



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO
AGRICULTURA E SOCIEDADE

Os caminhos da política:
o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres
trabalhadoras rurais em Pernambuco

CAROLINE ARAÚJO BORDALO

Rio de Janeiro, 2011.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**Os caminhos da política:
o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres
trabalhadoras rurais em Pernambuco**

CAROLINE ARAÚJO BORDALO

Sob a Orientação da Professora
Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção
do grau de **Mestre em**
Ciências, no Curso de Pós-
Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, outubro de 2011.

335.82081
34
B727c
T

Bordalo, Caroline Araújo.
Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os
movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em
Pernambuco / Caroline Araújo Bordalo, 2011.
127f.

Orientador: Leonilde Servolo de Medeiros
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências
Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 94-99

1. Sindicalismo rural - Teses. 2. Movimentos de
mulheres rurais – Teses. 3. Política – Teses. 4.
Pernambuco – Teses. I. Medeiros, Leonilde Servolo
de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**Os caminhos da política:
o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em
Pernambuco**

CAROLINE ARAÚJO BORDALO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade área de Concentração em Movimentos Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20 / 10 /2011

Prof^a Dr^a Leonilde Servolo de Medeiros CPDA/ UFRRJ
(Orientador)

Prof^a Dr^a Ana Maria Motta Ribeiro (PPGSD/UFF)

Prof. Dr. Jorge Romano (CPDA/UFRRJ)

Prof^a Dr^a Maria José Carneiro (CPDA/UFRRJ)

*À minha mãe Rosa,
Sérgio, Miguel e Mercedes*

AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho acadêmico é resultado apenas de um investimento individual. Embora ele frequentemente seja associado a uma pessoa, sabemos que muitas foram responsáveis pelo seu resultado. Este trabalho não é diferente. Muitas fizeram parte deste trabalho de forma decisiva. Sem estas, eu não teria concluído esta etapa da minha vida. Entre idas e vindas, até a conclusão desta dissertação, contei com o apoio e estímulo de diversas pessoas em momentos distintos da minha vida. São tantas, que desde já peço desculpas por qualquer omissão.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelas bolsas de estudos concedidas e, sem as quais, seria para mim inviável cursar o mestrado. O CPDA é um Programa de Pós-Graduação que oferece aos seus alunos uma formação riquíssima. Não me refiro apenas ao aspecto acadêmico de alto nível mas, sobretudo, à experiência que tive junto aos professores, os demais colegas e funcionários, repleta de respeito, carinho, amizade, compreensão e estímulo permanente. Guardarei com imenso carinho a lembrança do tempo em que convivi com todos. Muito obrigada.

Agradeço também os recursos disponibilizados pelo Programa de Apoio à Pesquisa Discente - CPDA/UFRRJ / Nead/MDA / ActionAid, que financiou a minha pesquisa de campo em Pernambuco.

Gostaria de agradecer especialmente aos professores John Comerford e John Wilkinson pelo apoio à retomada da dissertação. Aos membros da banca de defesa – Profª Maria José Carneiro, Profª Ana Maria Motta e Prof. Jorge Romano pela leitura crítica, contribuições e observações valiosas.

Meu agradecimento à professora Regina Bruno é de duas ordens. Em primeiro lugar, aos momentos de intenso aprendizado compartilhado durante suas aulas e nas duas pesquisas em que trabalhamos juntas. Todos estes momentos foram muito importantes para mim. Em segundo lugar, pela força e apoio de sempre. Muito obrigada professora.

Sempre lembrarei com um carinho especial de Têresa. Pessoa querida e que sempre me ajudou demais. Ela sabe disso, mas deixo registrado aqui que ela foi fundamental para a conclusão desta dissertação. Sou imensamente grata a ela. Às funcionárias da biblioteca Silvia e Rita, à Diva e ao Henrique, muito obrigada pelo carinho e presteza em todas as vezes (e foram muitas) em que precisei de vocês.

À professora Ana Maria Motta Ribeiro, que foi minha professora durante a graduação, devo o exemplo de paixão e comprometimento com as questões acadêmicas e políticas que envolvem o meio rural brasileiro. Agradeço a ela também a oportunidade de participar do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF) na UFF, a qual me possibilitou alargar meu conhecimento sobre os conflitos no campo.

No CPDA fiz amigos queridos. Todos com quem convivi contribuíram de algum modo para esta dissertação, nos debates em sala de aula, em pesquisas ou mesmo em conversas informais. Mas, preciso dizer que Silvia Aquino, Olavo Carneiro, Maíra Martins, Janaína Tude, Laeticia Jalil e Junior Weiss são pessoas que marcaram minha vida acadêmica e minha vida pessoal. Concluí-se a dissertação, segue a amizade! Obrigada!

Durante o percurso desta pesquisa conheci pessoas encantadoras. Sara Bezerra, assessora da Contag, é uma delas. Sem me conhecer direito, abriu as portas de sua casa em Brasília e me permitiu ficar alguns dias enquanto participava da preparação para a Marcha das Margaridas. Tornou-se minha amiga e a ela sou grata pelas conversas e pelos muitos conselhos sobre a pesquisa.

Agradeço a todas as mulheres trabalhadoras rurais do MMTR-NE, MMTR-Sertão

Central e Fetape com que cruzei e que, pacientemente, compartilharam comigo um pouco de suas vidas. Ilda Margarida, Vanete Almeida e Auxiliadora Cabral são mulheres inesquecíveis. Tê-las conhecido foi um privilégio.

Ainda que não estivessem diretamente ligadas a esta dissertação, minhas amigas são parte daquilo me mantém forte, com garra para superar os obstáculos e feliz por saber que tenho com quem dividir minhas angústias e alegrias. Roberta Brandão, Sabrina Trica, Camille Ribeiro, Marília Márcia, Cássia Farias, Camila Daniel e Aline Magalhães são mais que amigas. Estiveram sempre ao meu lado e sou grata demais por isso. Obrigada meninas, por tanto carinho e amizade.

Minha família é meu alicerce. A eles devo tudo e todo apoio que me deram para que concluísse o mestrado. Obrigada mãe, pela paciência, pelas muitas horas em que precisei que ficasse com as crianças, pelo carinho e amor incondicionais. Agradeço aos meus irmãos, Adriana e Robson, pela torcida para que tudo desse certo e pelo carinho de sempre.

Ao meu companheiro, Sérgio, pelo amor, paciência, por estar sempre ao meu lado. Pelo privilégio de tê-lo sempre por perto e pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

Ao Miguel, meu amor. Por ser uma pessoa tão especial e por ter tido tanta paciência com uma mãe que muitas e muitas vezes deixou de brincar ou de ler um livro com ele porque estava às voltas com este trabalho. Por ser uma criança doce, amiga, carinhosa e compreensiva com todos e por me fazer transbordar de alegria pelo privilégio de ser sua mãe.

À Mercedes, minha princesinha. Por ser tão pequenina e me preencher tanto. Por acordar sempre com um sorriso lindo e fazer meus dias mais alegres.

À Prof^a Leonilde, minha orientadora, agradeço pela compreensão, pela enorme paciência que teve e por eu ter conseguido chegar até aqui. Por ser para mim não apenas uma referência acadêmica, mas de comprometimento, ética, afeto e seriedade. Agradeço também os recursos de sua pesquisa disponibilizados para que eu realizasse parte do trabalho de campo. Sou eternamente grata por tudo que fez e por ter marcado minha trajetória de forma tão definitiva.

RESUMO

BORDALO, Caroline Araújo. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco**, 2011, 162 páginas. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

A presente dissertação tem por objetivo analisar o contexto político, as condições sociais que possibilitaram o surgimento de organizações de mulheres rurais em Pernambuco bem como a estreita relação estabelecida com o sindicalismo rural nas últimas duas décadas. Tais organizações surgiram no bojo das transformações políticas que marcaram a década de 1980 e além das demandas específicas pautadas pelas trabalhadoras rurais trouxeram à tona questões relativas à sua participação e representação política. Nos movimentos analisados - o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – as concepções de participação, representação e do “fazer política” estão diretamente associadas à legitimidade dos sindicatos de trabalhadores rurais. Num contexto onde a noção de “autonomia” em relação às organizações mistas ganha preponderância nos movimentos de mulheres rurais em todo país, nos interessa perceber como essa relação com os sindicatos se estabelece no caso de ambos os movimentos. Para tal, as trajetórias e a socialização política das integrantes desses movimentos não são aqui percebidas pela perspectiva que busca ver nesses movimentos de mulheres uma crescente conscientização de sua condição subordinada e, portanto, um lócus privilegiado de resistência. Para além dessa questão, nos interessa abordar outra dimensão dessa socialização que aponta para a conformação de concepções do que é “política”, que define os espaços por excelência para “representar-se politicamente” e que ao longo de duas décadas têm definido as trajetórias políticas desses movimentos independentes de mulheres rurais.

Palavras-chave: sindicalismo rural, movimentos de mulheres rurais, política, Pernambuco.

Abstract

BORDALO, Caroline Araújo. **The ways of politics: the rural unionism and the movement of rural women workers of Pernambuco**, 2011, 162 p. Dissertation (Master's degree of Social Sciences of Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Rural Federal University of Rio de Janeiro. RJ, 2011.

This dissertation aims to analyze the political context and the social conditions that made possible the emergence of rural women organizations in Pernambuco, as well as the close relationship established with the rural unionism in the last two decades. Such organizations have emerged in the core of political changes that marked the 1980s and beyond the specific demands guided by rural workers, it brought to the fore issues related to their participation and political representation. In the analyzed movements – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central and Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste- the concepts of participation, representation and the "to politics making" are directly related to the legitimacy of rural workers' unions. In such a context, where the notion of "autonomy" in relation to mixed organizations gain preponderance in rural women's movements all over the country, we are interested to understand how this relationship with unions is established in the case of both movements. To this end, the trajectories and political socialization of the members of these movements are not here perceived by a perspective that seeks to see in these women movements a growing awareness of their subordinate condition and, therefore, a privileged locus of resistance. Beyond this point, we are interested in addressing another dimension of socialization that points to the formation of conceptions of what is "political," which defines the arena par excellence for "represent yourself politically" and that, over two decades, have defined the political trajectories of these independent movements of rural women.

Key-words: rural unionism, movements of rural women, policy, Pernambuco.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Introdução | 1 |
| Capítulo I - Processos sociais e transformações recentes no campo brasileiro: a participação e representação política dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais | 14 |
| 1.1. Mobilização, organização e representação política dos trabalhadores rurais no Brasil ... | 15 |
| 1.2. A Contag: considerações sobre suas formas de ação | 21 |
| 1.3. A emergência de um “novo contexto”: a década de 1980 e a institucionalização da participação política da mulher | 24 |
| 1.4. As mulheres rurais na política sindical rural | 26 |
| 1.5. A crítica à estrutura sindical: confluências e conflitos | 35 |
| 1.6. A Fetape e sua importância no sindicalismo brasileiro | 38 |
| 1.7. Mobilização, organização e representação política das trabalhadoras rurais em Pernambuco | 40 |
| Capítulo II – O surgimento dos movimentos de mulheres rurais (MMTRs) e os caminhos da participação política | 51 |
| 2.1. O sindicalismo rural e os movimentos de mulheres rurais no Nordeste | 57 |
| 2.2. Ser trabalhadora rural: política e participação nos movimentos de mulheres rurais em Pernambuco | 59 |
| 2.3. Os caminhos da representação: a Fetape e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central | 65 |
| Capítulo III. O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste | 73 |
| 3.1. As Marchas das Margaridas: visibilidade, legitimação das lutas das mulheres trabalhadoras rurais e a reafirmação de laços políticos | 84 |
| 3.2. O engajamento, a participação política das mulheres rurais e suas conseqüências “inesperadas” | 87 |
| Considerações finais | 90 |
| Bibliografia | 94 |
| Anexo I (documentos) | 100 |
| Anexo II (fotos) | 114 |

LISTA DE SIGLAS

ANMTR - Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
AIMTR-Sul - Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais-Sul
AMUTRES - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo
CEM/FETAGRO - Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia
CAMUTRA - Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre
CEMTR/Fetape - Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetape
CNMTR/Contag - Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag
CNMTR/CUT - Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT
CMTR-PI - Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí
CMTR-BA - Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
MIQCB - Movimento das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu
MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMA-SP - Movimento das Mulheres Assentadas de São Paulo
MMC - Movimento das Mulheres Camponesas
MPMP - Movimento Popular de Mulheres do Paraná
MMT - Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo
MMTR-AL - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alagoas
MMTR-BA - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia
MMTR-CE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Ceará
MMTR-NE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTR-RN - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Norte
MMTR-RS - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MMTR-PB - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Paraíba
MMTR-PE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco
MMTR-Sertão Central - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central
MMTR-SE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Rede Lac - Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo analisar o contexto político e as condições sociais que possibilitaram o surgimento de organizações de mulheres rurais em Pernambuco bem como a estreita relação estabelecida entre elas e o sindicalismo rural nas últimas duas décadas. Trata-se de compreender os processos de mobilização, engajamento e organização dos movimentos de mulheres rurais a partir do estudo de um caso específico. No que se refere ao contexto mais amplo, tais organizações surgiram no bojo das transformações políticas que marcaram o Brasil na década de 1980 e, além das demandas particulares pautadas pelas trabalhadoras rurais, trouxeram à tona questões relativas à sua participação e representação política.

Contudo, ao mesmo tempo em que a noção de *autonomia* em relação às organizações mistas¹ (sindicatos e movimentos sociais) será ressaltada por tais movimentos, é necessário perceber que estes processos organizativos são complexos e emergem de uma teia de relações que não são formadas apenas por mulheres rurais ou urbanas, mas por um conjunto de organizações políticas. A esse respeito, Souza-Lobo (2011) afirma que a discussão acerca da emergência dos movimentos de mulheres no Brasil tem obedecido a uma codificação simplificadora que tende a enfatizar tais movimentos como vinculados à ascensão dos movimentos populares a partir de 1975 ou às influências do movimento feminista nacional e internacional. Alerta a autora para o fato de que estas não são relações de causa e efeito e nem sempre relações de conhecimento. Tampouco podemos compreendê-los como efeito mecânico das necessidades das mulheres, simples resposta ao fechamento do espaço político tradicional ou resultado de estratégias políticas.

Longe de ser um processo linear, a emergência dos movimentos de mulheres expressa a diversidade de experiências cuja heterogeneidade nos impossibilita qualquer generalização *a priori* acerca de suas origens e causas primeiras. Por esta razão, somos sempre obrigados a “abrir parênteses e explicar subcategorias” (SOUZA-LOBO, 2011). Assim, esse caminho longo e acidentado trilhado pelos movimentos de mulheres nos revela a necessidade de se conciliar as dimensões que envolvem o seu cotidiano e as possibilidades locais de engajamento e organização com este cenário político mais amplo. Neste caso, nosso interesse se direciona para as *mulheres trabalhadoras rurais*. São elas que nos apontam os caminhos e os significados de uma experiência que, se não é restrita e localizada, possui contornos específicos e se articula a processos distinguíveis de outros tantos. Como sugere Souza-Lobo (2011), só há movimento onde ocorre a agregação e o sentimento da experiência comum e, portanto, “seu processo de construção não é separável em fatores internos, ou externos, mas remete à articulação de experiências consumindo um coletivo.” (p.226) No que se refere às mulheres rurais e suas iniciativas de organização política, compreendê-los significa buscar situá-los em um processo amplo.

¹ Nesta dissertação, os termos “movimentos autônomos” ou “independentes” e “movimentos mistos” são trazidos em acordo com a classificação utilizada pelas organizações em questão, onde os primeiros são formados apenas e exclusivamente por mulheres enquanto o segundo é formado tanto por mulheres quanto homens tais como o movimento sindical rural e outros movimentos de luta pela terra. A noção de *autonomia* se refere, sobretudo, à possibilidade de o próprio movimento decidir sobre suas lutas e seus objetivos. Cabe dizer que, essa diferenciação, muito comum quando nos debruçamos sobre esse contexto, por vezes é transportada para a análise sociológica tal como é posta pelos movimentos envolvidos, sem maiores questionamentos.

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais (MMTRs) despontaram no Brasil na primeira metade da década de 1980 em diversos estados. De norte a sul do país vimos surgir uma diversidade de experiências que se reverteram em organizações concretas, refletindo não apenas um momento de intensa efervescência política nos movimentos populares, mas também trazendo à tona os conflitos que conformam a experiência dos trabalhadores rurais e urbanos ao longo do tempo. Contudo, analisar esse processo é ainda um desafio de pesquisa, pois, embora tenhamos uma imensa produção acerca dessa conjuntura política, os estudos sobre a emergência dos movimentos de mulheres rurais ainda é extremamente fragmentado.

Esta fragmentação nos oferece duas ordens de problemas. Em primeiro lugar, parte das pesquisas se debruça sobre casos específicos sem, contudo, lançar luz acerca deste processo que não foi de forma alguma localizado em um estado ou região. Ao contrário, a despeito da multiplicidade das experiências organizativas, o que se observa é a articulação com o impulso organizativo mais amplo e que compreendia a renovação da prática sindical, a presença de setores progressistas da Igreja Católica e a emergência de movimentos de luta pela terra. Ou seja, esse “entorno” não pode ser compreendido apenas como cenário geral de onde emerge uma luta específica. Tomá-los dessa forma seria trazer para o campo teórico e analítico uma divisão forjada pelos próprios movimentos no âmbito da luta política.

No mais, vale ressaltar que nesta perspectiva, tais movimentos são percebidos a partir de uma relação de oposição entre velhas e novas práticas dos movimentos populares. Num contexto de fortes críticas ao sindicalismo, são saudados como novas formas de organização. Todavia, ainda que representem singularidades a esse respeito, não podemos tratá-los como se fossem uma espécie de marco zero de onde a história começa a ser escrita, obscurecendo todo um processo de organização dos trabalhadores ao enfatizar as suas “novidades”. Numa tentativa de aproximação entre este contexto mais amplo e as experiências locais, acaba-se por estabelecer uma explicação simplificadora, em termos de causa e efeito. E, ao diminuir a relevância da experiência organizativa de períodos anteriores, se constrói a oposição novos/velhos. Se tal oposição pode via a ser oportuna e elucidar posicionamentos e conflitos deste período, é necessário também compreender que não podemos tomá-la de modo absoluto como se o espectro de experiências a ela se reduzisse.

Temos outra perspectiva que se propõe a compreender os MMTRs de forma ampla lançando mão, inclusive, da comparação na tentativa de entender o alcance da transformação que estes têm impetrado não apenas no meio rural, mas no que se refere às conquistas das mulheres no Brasil em termos de direitos, em termos de cidadania. Antes de qualquer coisa, vale dizer que são pouquíssimas as pesquisas que se voltam para este aspecto mais amplo, isto é, que buscam a partir de casos específicos oferecer possibilidades de comparação que iluminem esse fenômeno maior, possibilitando o aprofundamento do conhecimento acerca dos processos sociais.

Os trabalhos de Paulilo (2003, 2004 e 2007) e Deere (2002, 2004) são ricas contribuições neste sentido. Evidentemente, as pesquisas das autoras vão além do tema desta dissertação e nos trazem reflexões substanciais acerca da realidade e dos obstáculos enfrentados pelas mulheres rurais no que se refere ao acesso a uma cidadania plena e uma experiência política emancipadora. Entretanto, e para além dos trabalhos de Paulilo e Deere, as pesquisas que comungam de preocupações neste sentido acabam por assumir uma perspectiva com forte viés normativo, estabelecendo uma espécie de hierarquia entre os movimentos. Onde alguns “avançam pouco” e outros “avançam muito” sem que conceitos sociológicos como cidadania e Estado (conceitos sociológicos implícitos nestas análises), por exemplo, sejam problematizados a fim de apontar a que se referem de fato tais transformações.

Assim, certos movimentos são vistos como expressão da efetivação de uma nova forma de organização (contribuindo de forma concreta e coerente) enquanto outros ainda

estariam associados a práticas ambíguas, que ainda guardam relações estreitas com velhas formas de política. Vistos como resquícios, ou como falhos, estes movimentos ainda necessitariam “cumprir etapas”. O que veremos nesta dissertação é que, nesta hierarquia, os movimentos de mulheres que se situam no nordeste brasileiro figuram como representantes do atraso, pois teriam uma relação de tutela com o sindicalismo. Mais uma vez o nordeste surge como expressão de algo que precisa ser superado.

Esta dissertação teve como preocupação contribuir para a superação destas dicotomias que, ao fim e ao cabo, limitam nosso horizonte de análise. Trata-se, portanto, de um redirecionamento de questões comuns a essa bibliografia, mas que não são centrais a ela. Por ora, é importante assinalar que, após nos debruçarmos sobre esta literatura, nos pareceu importante levar a cabo uma perspectiva que buscasse cobrir algumas dessas lacunas “sócio-históricas”, redirecionando algumas questões e lançando mão de uma perspectiva que considerasse quadros amplos de transformação social. Esse olhar analítico retrospectivo² nos levou a tomar como relevantes os aspectos que possibilitaram a emergência desses movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, em qual contexto e em quais condições sociais.

Todavia, o decorrer de nossa pesquisa acabou por revelar que, ao mesmo tempo em que era relevante considerar os aspectos em comum e que tornavam possível a construção compartilhada de bandeiras de lutas específicas das mulheres rurais, era, a partir de suas principais distinções que poderíamos explicar os posicionamentos tomados nas duas últimas décadas. Se as primeiras iniciativas de organização estadual dessas mulheres nos permitiam tratar de forma mais genérica estes movimentos - os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) - o decorrer dessa década (1980) e os anos seguintes trariam à tona diferenciações mais profundas entre estes, alertando para a necessidade de se abdicar de uma abordagem mais abstrata dessa experiência que surgiu concomitantemente em quase todos os estados do país.

Nesse sentido, a pesquisa se singulariza em sua abordagem ao não partir da observação das condições desiguais entre homens e mulheres no movimento sindical rural (como se os movimentos fossem uma espécie de resposta aos conflitos e às dificuldades impostas à participação da mulher), mas da relação entre as *formas de socialização política*, a fim de perceber as mudanças que o surgimento dos movimentos de mulheres rurais trouxe tanto para o cotidiano das organizações, como para os seus encaminhamentos mais gerais. Assim, ao mesmo tempo em que podemos falar em condições e características similares compartilhadas pelos movimentos de mulheres rurais e que abrangem uma variedade de situações para além de qualquer especificidade mais local, a relação entre as organizações políticas que disputam o estatuto de porta-voz dos “trabalhadores rurais” surge como um aspecto que não só merece mais atenção, mas certa preponderância face à estreita relação que os movimentos de mulheres rurais acabam por estabelecer com uma ou outra organização, movimentos sociais rurais e sindicatos de trabalhadores rurais³.

Em segundo lugar, e a partir das considerações tecidas, um novo desafio se impõe: o de reconstruir uma história que é em grande medida uma história de “ausências”. Compreender os caminhos percorridos pelas mulheres, seus desafios e obstáculos tanto nos

² Tal perspectiva é diretamente influenciada pela sociologia de Norbert Elias que outorga um olhar retrospectivo em um plano “mais elevado que o meramente histórico”.

³ Obviamente, não se trata de considerar essa divisão de forma absoluta, estanke. Mas de observar que ainda que possamos apontar raízes mais antigas para compreender as ações empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (e que provavelmente iriam até meados do século XX), seu surgimento em 1984 traria o acirramento entre formas distintas de concepção e de representação política.

sindicatos quanto nos movimentos rurais é muitas vezes aprender a desvelar os “silêncios da história” como coloca Perrot (2005). Entretanto, não se trata aqui de buscar traçar uma “história das mulheres rurais”, mas de tratar de um processo onde estas mulheres estão presentes. E cada vez mais presentes. Parte-se aqui, portanto, da diferenciação entre o que grosso modo poderíamos chamar de “a condição social da mulher no campo” (ou seja, de certas características tais como o não acesso ou a dificuldade de acesso à terra ou ainda a divisão sexual do trabalho) dos processos de mobilização e organização articulados às dinâmicas mais amplas das disputas pela representação política dos trabalhadores rurais.

Histórico da pesquisa

Os caminhos que me levaram aos movimentos de mulheres rurais se confundem com a minha própria trajetória acadêmica, que teve diversas fases e formas de contato com o que se tornou meu tema de maior interesse – o meio rural e, em especial, seus conflitos e formas de organização políticas de trabalhadoras e trabalhadores rurais⁴. Instigada pelo lugar marginal que o “rural” possui nas pesquisas sociológicas, voltei-me, como muitos sociólogos iniciantes, para aqueles fenômenos que se impõem como algo evidente para nós pesquisadores, como uma realidade incapaz de passar despercebida ou ser ignorada⁵.

Para muitos, o rural permanecia (ou permanece) como o lugar do costume, da tradição, do imutável. Obviamente, tal concepção só se mantém a partir de inúmeros pré-conceitos (sociológicos ou não) e não por uma análise acurada do cotidiano daqueles que “insistem” em habitar esse espaço. A emergência de diversas formas de organização dos trabalhadores rurais no início da década de 1980 traria à tona e de forma manifesta a profundidade e a dimensão dos conflitos agrários e, sobretudo, a diversidade e complexidade desses conflitos em cada caso, em cada região do país. Certamente, conflitos por terra e poder são historicamente tão constituintes do meio rural quanto outros aspectos culturais, geralmente mais ressaltados⁶. Entretanto, é nesta década que assistimos à formação de movimentos como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de organizações de mulheres rurais como, por exemplo, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Ao mesmo tempo em que estes surgem a partir de um contexto social historicamente marcado por intensos conflitos, o ambiente político desta década nos leva a percebê-los a partir da relação entre transformações macro e as possibilidades locais de mobilização e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Toda essa efervescência política se impõe de forma contundente e aponta para a necessidade de se compreender seu espectro, suas dimensões e possibilidades de transformação.

⁴ Uma destas formas de contato se deu por meio do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF), coordenado pela Prof.^a Dra. Ana Maria Motta Ribeiro. A oportunidade de acompanhar os conflitos fundiários no Rio de Janeiro, os constantes debates e as reflexões sobre a diversidade das questões relativas ao “rural” foram um estímulo ímpar em minha trajetória e também uma importante fonte para o delineamento do objeto de minha monografia de conclusão de curso.

⁵ Os questionamentos feitos por Bourdieu (1999) sobre esse aspecto foram fundamentais para perceber e situar as questões colocadas pela literatura que se debruça sobre o tema. Sobretudo por duas observações: a) “Não é possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré-construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pela sociologia espontânea ou “problemas sociais” cuja pretensão a existirem como problemas sociológicos é tanto maior na medida em que têm mais realidade social para a comunidade dos sociólogos” e b) Numerosos sociólogos principiantes agem como se bastasse adotar um objeto de realidade social para deterem, ao mesmo tempo, um objeto dotado de realidade sociológica: sem falar nas inumeráveis monografias de aldeia, poderíamos citar todos os temas de pesquisa que têm como única problemática a pura e simples designação de grupo sociais ou problemas sociais percebidos pela consciência comum em determinado momento do tempo”. (p.417)

⁶ Ver Medeiros (1989), Martins (1981).

Nesse sentido, ainda como aluna de graduação de Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense e incitada pelos principais debates (na academia e também fora dela) acerca desse processo de intensas mobilizações, iniciei, no primeiro semestre do ano de 2005, minha pesquisa para a monografia de conclusão de curso sobre um processo que se tornava cada vez mais evidente no cenário político nacional: as organizações de mulheres rurais formadas em diversos estados do Brasil na década de 1980. A partir desse período temos uma série de encaminhamentos e novos rumos foram seguidos por estes movimentos⁷.

Ainda que de forma breve, dado o caráter limitado de um trabalho de conclusão de curso, o objetivo da monografia intitulada “Sindicalismo rural e movimentos sociais: um estudo a partir do processo de formação do Movimento de Mulheres Camponesas”⁸ e orientada pelo Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa, era o de compreender os caminhos que levaram ao processo de formação da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1995 e, posteriormente, em 2004, a mudança da nomenclatura para Movimento de Mulheres Camponesas⁹. Entretanto, mesmo que a visibilidade desses movimentos tenha logrado um aumento relativo na última década, sobretudo a partir da realização de grandes eventos públicos como, por exemplo, a Marcha das Margaridas que teve em 2007 a sua terceira edição¹⁰, o tema permanece ainda um terreno pouco explorado no âmbito da Sociologia.

Como foi dito anteriormente, parte significativa dos dados da pesquisa de monografia foi incorporada às reflexões desenvolvidas nesta dissertação. O primeiro contato com líderes do Movimento de Mulheres Camponesas se deu em 2005 durante um seminário da Sempre Viva Organizações Feministas no Rio de Janeiro. Loiva Rubenich, uma das principais articuladoras do movimento, me relatava o processo que teria levado à formação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). De acordo com Loiva o surgimento do MMC representava a articulação das mais diversas experiências organizativas levadas a cabo pelas mulheres rurais nos estados e que a mudança no nome do movimento tinha a intenção de abarcar essa diversidade. A partir desse momento, meu objetivo tornou-se compreender o processo que teria levado a essa unificação. Quais eram as questões comuns? Quais articulações foram possíveis? A partir de que bases teria se consolidado a proposta? Quais eram os encaminhamentos e perspectivas do movimento?

Cheguei a Passo Fundo para realizar o trabalho de campo em agosto de 2005. Esse segundo contato me levou a novas descobertas e a redirecionar meu olhar sociológico. A partir de entrevistas com outras lideranças, o que apareceu como um dado fundamental foi o fato de o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste não ter aderido a essa proposta e sequer ter participado das discussões que levaram à essa decisão, o que demonstrava ter havido direcionamentos políticos distintos para ambas organizações. Lentamente, percebi que se tratava de concepções distintas de “política” que estavam em jogo

⁷ Todos formados por mulheres membros de sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) ou à Central Única dos Trabalhadores, dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, ou ainda de outros movimentos como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

⁸ O trabalho de campo que subsidiou a pesquisa foi realizado em Passo Fundo/RS, na sede do Movimento de Mulheres Camponesas. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e por um curto período pude lançar mão da “observação participante”. Não foram utilizados questionários.

⁹ Voltaremos à esse ponto no Capítulo I desta dissertação. Gostaria de ressaltar apenas o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste nunca esteve ligado nem à ANMTR tampouco ao MMC. Essa mudança da nomenclatura analisada na monografia se relacionava aos processos históricos que subjazem a formação dos movimentos de mulheres rurais na região Sul do Brasil, bem como à dinâmica de disputas pela representação dos trabalhadores rurais, onde podemos destacar a formação da Via Campesina em 1992 e deliberações junto às articulações políticas do MMC na América Latina.

¹⁰ A primeira Marcha das Margaridas aconteceu em 2000 e a segunda em 2003. O nome é uma homenagem à sindicalista paraibana Margarida Maria Alves assassinada em 1983.

e o que desde o início não me parecia homogêneo começava a aparecer com toda sua complexidade. Quis então compreender melhor as concepções que pautavam o MMC. Quando perguntava sobre a atuação do MMC em outros estados as respostas seguiam uma mesma narrativa: a região sul ainda era a “base do movimento”¹¹. Outra dirigente me explicava que a unificação havia sido um importante passo, mas que “o movimento tem que ficar perto da sua base, uma vez que o Sul é sem dúvida a região mais ‘avançada’ no sentido da luta, do que nas outras regiões”, sendo esse o principal motivo da secretaria ser em Passo Fundo. Outra líder do movimento me dizia que “não tem nenhum movimento no Brasil que não tenha virado MMC, só em Pernambuco que não tem, lá as mulheres são viciadas em sindicato” e que ao contrário, o momento era o de fortalecer “o movimento” como meio de conquistas de direitos sociais.

Mulheres “viciadas em sindicato” e mulheres que buscam fortalecer “o movimento” eram agora minhas guias para observar aquilo que tem sido pouco analisado pela literatura dedicada ao tema: as formas de socialização política dessas mulheres. Formas essas que são distintas e que incidem nas trajetórias e posicionamentos das mulheres rurais e de seus movimentos. Nesse sentido, esta dissertação explora esse aspecto e, sobretudo, o caráter não planejado dessa socialização, ou seja, as conseqüências não esperadas e não manifestas nos discursos dos atores. A ênfase recai, portanto, nas matrizes de socialização política destas mulheres, nos espaços de socialização. Cabe neste ponto uma ressalva fundamental. Não busco estabelecer qualquer dicotomia entre formas distintas de pertencimento político e tampouco olhar para sindicatos e movimentos como organizações muito bem delimitadas em suas ações e concepções políticas ou ainda com contornos nítidos. É claro que distinções podem ser feitas e o serão.

O que não se pretende é estabelecer oposições simplistas que em geral tendem a hierarquizar valorativamente formas de mobilização e organização e, conseqüentemente, passar ao largo de questões sociologicamente pertinentes como, por exemplo, a disputa pela representação política dos trabalhadores rurais. Considerando que essa disputa deva ser compreendida em seu aspecto relacional, é fundamental que se afaste de uma concepção funcionalista de movimentos e demais organizações. Nesse aspecto, o que nos chamou a atenção foi o fato de que, na análise acerca dos “movimentos de mulheres trabalhadoras rurais” presente em parte significativa da literatura, a ênfase recai sobre as noções de ‘movimento’ e de ‘mulheres rurais’. O termo ‘trabalhadora’ é subtraído sem que se pesem as conseqüências dessa ausência. Isto é, problematiza-se teoricamente o movimento, problematiza-se o gênero bem como as diferenças entre mulheres urbanas e rurais (sobretudo a partir da perspectiva da conquista de direitos sociais por uma e outra), desnaturaliza-se uma série de concepções para, ao final, reificar categorias sociológicas fundamentais como *trabalho* e *representação política* e, sobretudo, reifica-se o processo social onde essas categorias são dotadas de sentido sociológico.

Essa questão não é nova. Joan Scott (1989) já apontava para a necessidade de uma reflexão a partir da categoria “gênero” sem que essa fosse tomada como sinônimo de mulher, pouco relacional, baseada em preceitos dicotômicos. Outra questão relevante apontada pela autora é a necessidade de delimitação da relação entre o “gênero” e a “sociedade”. Ou seja, entre dois conceitos sociológicos. Por essa razão, é no domínio do político e do poder que a autora situa como a forma dominante de se conceber a Política é pensada a partir de conceitos de gênero.

As conclusões dessa primeira pesquisa foram norteadoras da perspectiva adotada nesta segunda aproximação com o tema. Assim, neste estudo, tão fundamental quanto compreender

¹¹ Segundo Loiva, a atuação do MMC no nordeste ainda não é efetiva, e em alguns estados existem apenas salas do movimento com trabalhos voltados para divulgação do movimento etc. No estado de Pernambuco o MMC não está presente.

essas formas de socialização será analisar em quais processos se situam esses “espaços”, ou seja, movimentos de mulheres rurais, os sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, a Fetape etc. Tendo a década de 1980 como ponto de partida para nossa investida, as intensas transformações sofridas pelo sindicalismo rural neste período serão norteadoras e nos guiarão por todo o texto desta dissertação uma vez que é neste período que a organização das mulheres assume outra dimensão na sua relação com os sindicatos. De um lado, a demanda por uma participação mais ampla e efetiva na hierarquia sindical e, de outro, o constrangimento dessa hierarquia a uma conjuntura política de crescente legitimação da participação política das trabalhadoras rurais fruto da organização e mobilização (em movimentos autônomos e mistos) das mulheres rurais e urbanas para serem reconhecidas como trabalhadoras.

Nesse sentido, o cenário político de Pernambuco se tornou um *locus* privilegiado de investigação, pois combinava não só a tradição sindical da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco como a emergência de um dos primeiros movimentos de mulheres rurais do país - o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Sertão Central - além do fato de sediar desde o seu surgimento o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Assim, ainda que o MMTR-NE se constitua como uma organização regional presente em todos os estados do nordeste, um olhar retrospectivo, direcionado àquilo que seria perceber as condições de seu surgimento e continuidade, nos leva diretamente ao contexto político deste estado, principalmente à região do sertão central, uma sub-região do sertão pernambucano.

Os dados

Definido o universo a ser pesquisado, o primeiro período de campo desta pesquisa foi realizado na sede da Contag em Brasília no mês de novembro de 2006 durante a preparação da Marcha das Margaridas 2007. Desde o início a pesquisa se baseou em métodos qualitativos¹² de análise e em momento algum lancei mão de questionários. Nesta etapa pude realizar diversas entrevistas com líderes do MMTR-NE, do Movimento das Mulheres Quebradeiras de Côco de Babaçu (MIQCB), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Fetape, Contag. O fato de ser um evento restrito às entidades que organizavam a Marcha fez com que minha presença fosse por vezes sentida com certa desconfiança. Algumas mulheres, mais à vontade, teciam longas conversas comigo, outras preferiam uma entrevista mais formal. Em muitos momentos abduquei de meu primeiro nome, eu era simplesmente “a estudante”, como fiquei conhecida por muitas mulheres que participaram da preparação da Marcha.

Não obstante o fato de que as principais hipóteses de trabalho estivessem delineadas, sobretudo no final de 2006, quando da preparação do projeto de qualificação para o mestrado, novidades advindas do trabalho de campo não tardaram em aparecer. A ida à Contag apontou a complexidade da atuação da Fetape no estado, e não apenas na Zona da Mata. Manoel dos Santos, presidente da Confederação, relatava o peso das oposições sindicais no sertão, e da relação de apoio para com as primeiras iniciativas de organização das mulheres naquela região pelo direito de alistamento nas ‘Frentes de Emergência’¹³.

¹² A esse respeito me respaldo na contribuição de Melucci segundo o qual a dicotomia observador;campo passa à conexão observador-no-campo: “Tudo o que é observado na realidade social é observado por alguém, que se encontra, por sua vez, inserido em relações sociais e em relação ao campo que observa” (2005).

¹³ As Frentes de Emergência, programas executados nos períodos mais críticos das secas, consistiam em obras de pequeno e médio porte em grandes propriedades e não alistavam mulheres, tendo esta se tornado uma das principais demandas nos primeiros anos da década de 1980.

Assim, surgia em 1982 o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, ligado ao Polo Sindical Sertão Central da Fetape no município de Serra Talhada. A relação estreita entre os sindicatos e as iniciativas de uma organização ‘autônoma’ de mulheres rurais no sertão do estado num período imediatamente posterior às greves levadas a cabo na Zona da Mata do estado indicava a relação entre os processos políticos internos à Fetape bem como com o contexto mais amplo de outras iniciativas estaduais. Desde a sua formação em 1986 a sede do MMTR-NE se fixou em Serra Talhada e a alternância de diversas lideranças nesses espaços (MMTR-Sertão Central, Fetape e MMTR-NE) apontava para um caminho profícuo de análise.

Esse fato nos impelia a investigar esse contexto que geograficamente se situa no Sertão Central de Pernambuco, mas que extrapola fronteiras quando consideramos as relações sociais entre sindicatos, oposições sindicais, o histórico e a atuação da Fetape num período de turbulências ininterruptas no âmbito do sindicalismo rural e que se seguiriam por longos anos. Assim, realizei em Pernambuco a outra etapa do trabalho de campo em junho/julho de 2007 onde foi possível efetuar entrevistas semi-diretivas¹⁴ com as dirigentes dos movimentos bem como observar/participar do cotidiano do MMTR-NE, além da realização de pesquisa documental nos acervos do MMTR-NE, da Fetape e do MMTR-Sertão Central.

Como afirmado anteriormente, esta dissertação teve como objetivo compreender como a relação com o sindicalismo se estabelece no caso de ambos os movimentos. Para tal, as trajetórias e a socialização política das integrantes desses movimentos não são aqui percebidas pela perspectiva que busca ver nesses movimentos de mulheres uma crescente conscientização de sua condição subordinada e, portanto, um *locus* privilegiado de resistência¹⁵. Para além dessa questão, nos interessa abordar outra dimensão dessa socialização que aponta para a conformação de concepções do que é “política”, que define os espaços por excelência para “representar-se politicamente” e que, ao longo de duas décadas, têm definido as trajetórias políticas desses movimentos independentes de mulheres rurais.

Neste sentido, estes movimentos são fruto não apenas de um processo ou de uma conjuntura política específica, mas de ambos. A radicalização desta hipótese nos levou a considerar tais movimentos não como uma resposta a uma situação de opressão, ainda que a experiência destas mulheres enquanto indivíduos subordinados a uma divisão desigual de poder, tanto no âmbito privado quanto na esfera pública, seja um importante elo, um aspecto fundamental para compreender o seu engajamento e as suas lutas. O fato é que muitos, em seus primeiros momentos de organização, lançaram mão desta noção de autonomia. Ser autônomo muitas vezes não significava uma rejeição absoluta aos espaços já constituídos, mas, uma forma de garantia de mais espaço para a construção da aproximação das mulheres

¹⁴ A respeito das entrevistas realizadas, compartilho com Elias a ideia de que a *socialização* e a *individualização* de um ser humano são nomes diferentes para o mesmo processo. Nesse sentido - e articulando esse pressuposto à noção de processos sociais - procurei ajustar a trajetória de atuação política e os espaços de socialização política. Elias chama a atenção para a identificação de que certos indivíduos como parte visível desta, sentem e refletem mais dramaticamente tais processos. Essa perspectiva se respalda também em pesquisas recentes sobre o pertencimento a um movimento ou outras organizações (ROSA, 2004, LOERA, 2006) e que têm se ressaltado a impossibilidades de generalizações acerca do engajamento a estes, chamando a atenção para a heterogeneidade de suas composições. Assim, foram enfatizadas aquelas mulheres que assumem ou assumiram uma posição dentro da hierarquia das diferentes organizações.

¹⁵ Sem dúvida alguma, este tem sido um aspecto fundamental e diversas pesquisadoras têm apontado para este fato. Os trabalhos de Cordeiro (2006, 2004) e Paulilo (2007, 2004) são uma importante contribuição a esse respeito.

com a política. Com tudo o que se aproximar da política pode significar: falar, ouvir outras mulheres, discutir situações comuns, entender a diversidade, a sua importância nas lutas históricas e ao mesmo o esquecimento produzido por uma sociedade que privilegia os homens, a invisibilidade do trabalho realizado, passando pela sua sexualidade e pela questão da representação política.

Ao observarmos a dinâmica dos movimentos de mulheres, o que apontamos aqui é a importância que a convergência entre diversos fatores teve para o seu surgimento (tais como o processo de redemocratização, a atuação dos movimentos feministas nacional e internacionalmente, as transformações no campo brasileiro, a invisibilidade do trabalho das mulheres no campo e na cidade, o predomínio masculino na organização dos trabalhadores, as disputas pela representação política dos trabalhadores rurais, as possibilidades locais de engajamento e organização). Se, ao olharmos para estes movimentos, nos pautarmos pela idéia de autonomia para analisar seus significados, nos esqueceremos, por exemplo, que autoras como Deere (2004) e Paulilo (2003) apontaram que a maior parte das mulheres que se engajaram em sua formação era também sindicalizada e buscava atuar no movimento sindical. Ou seja, consideramos que o processo de organização política no campo tem um peso fundamental e que orienta as ações das mulheres engajadas nos movimentos independentes. Ao contrário de serem espaços apartados, estes possuem uma trajetória intensamente imbricada com esse processo e suas características e expedientes compartilham os significados construídos ao longo do tempo.

Por outro lado, argumenta-se que estes movimentos, de norte a sul do país, se diferenciam, sobretudo, pela sua clareza em relação aos desafios colocados atualmente em relação aos conflitos de classe e de gênero. Nesse enfoque, as ações das mulheres são mensuradas de acordo com os posicionamentos políticos assumidos tanto entre os próprios movimentos quanto em relação às demais organizações políticas, ao governo e, em última instância, ao Estado. De forma distinta, nesta pesquisa procuramos nos guiar por um olhar menos normativo, entendendo que estes processos não podem ser compreendidos apenas por esta questão e que se referem a uma diversidade de dimensões.

Os movimentos de mulheres são riquíssimos neste sentido. Trazem a mulher por inteiro e toda a complexidade inscrita em sua experiência histórica. Portadores de vozes historicamente silenciadas, os movimentos de mulheres são uma explosão de significados. Cientes disto, não pretendemos abarcar todas estas dimensões. Tal empreitada talvez seja impossível de ser realizada. Cercada de limites, esta dissertação busca tão somente refletir sobre as possíveis razões para o seu surgimento a partir do que já foi apontado pela literatura e da análise de dois movimentos independentes de mulheres trabalhadoras rurais (o MMTR-NE e o MMTR-Sertão Central). Trata-se de entender os aspectos que conformam as suas dinâmicas, dado que, durante a sua existência, estes não obedeceram a um caminho linear, e também de apontar uma perspectiva para percebê-los de forma menos genérica, nem pela concepção de que simplesmente surgiram em meio ao cenário de redemocratização nem que obedecem a uma lógica reativa que, em dado momento, desponta contra a opressão e o controle sobre as mulheres.

A tradição sindical pernambucana em um contexto de crescente fortalecimento das demandas das mulheres (rurais e urbanas) não é apenas o pano de fundo para o surgimento dos movimentos de mulheres rurais. Ao contrário, essa relação entre a tradição sindical e o engajamento e organização das mulheres trabalhadoras rurais é aqui analisada a partir da compreensão de que estes não possuem uma linha divisória nítida do tipo “aqui termina o sindicato e ali começa o movimento”. É uma relação expressa nas trajetórias das mulheres que construíram a história destes movimentos onde participar do movimento de mulheres é significativo assim como participar do sindicato também o é. No caso de Pernambuco, os conflitos vivenciados ao longo do processo lento de inserção das trabalhadoras na vida

sindical não representaram uma guinada para a formação de movimentos de mulheres que disputassem com o sindicalismo o lugar de porta-voz das trabalhadoras rurais.

Os movimentos aqui analisados apontam para outra direção, onde os movimentos surgem como um espaço formativo, que insere e qualifica a participação das mulheres rurais nos sindicatos e que atualiza a tradição sindical pernambucana. Sem embargo, ressaltamos que os movimentos de mulheres não possuem como causa primeira de sua existência o sindicato. Ambos os movimentos analisados possuem mais de duas décadas de existência e as questões pautadas durante esses anos variaram mantendo, no entanto, como constante a preocupação com a participação na esfera sindical. É esse aspecto que, aqui, estamos ressaltando como fundamental para compreender uma das dimensões destes movimentos.

A dissertação é composta por três capítulos. O primeiro capítulo se inicia com a questão da participação e representação política dos trabalhadores rurais. De forma breve, se resgatamos o processo histórico onde as lutas sociais no campo brasileiro se deram e como a representação política dos trabalhadores rurais se constitui. Tal resgate não se traduz no estabelecimento de um apanhado de aspectos meramente históricos, mas, sobretudo, de profunda relevância sociológica se nos detivermos nos significados dos processos que envolvem os conflitos no campo e a organização dos trabalhadores rurais no Brasil. Aliados dos espaços propriamente políticos até pelo menos meados do século XX, esse processo de organização nos remete a construção lenta e paulatina da sua participação política.

Conflitos por terra e por direitos trabalhistas surgem então como reivindicações legítimas dos trabalhadores rurais e, neste processo, a consolidação do sindicalismo rural apontava para a conformação de um espaço fundamental para o encaminhamento de suas lutas. Contudo, o que temos a partir de então é o estabelecimento de um cenário complexo de disputa pela sua *representação política*. Não obstante, este capítulo busca abordar quando surge a *trabalhadora rural*, como categoria política que, ao exigir seu reconhecimento, denunciava a discriminação sofrida pelas mulheres tanto nos espaços políticos quanto na vida privada. Certamente havia exceções e mulheres como Margarida Maria Alves e Elizabeth Teixeira são exemplos disso. No entanto, o fato é que o sindicalismo rural era formado em sua imensa maioria por e para homens. Como afirma Souza-Lobo (2011), o acesso das mulheres à vida pública, por mais real que fosse, permanecia invisível.

Neste sentido, busca-se localizar o momento em que a questão da “mulher” e do seu reconhecimento como trabalhadora surge como uma demanda na política sindical, analisando principalmente como, no contexto da década de 1980, o debate sobre a invisibilidade da mulher no mercado de trabalho e na política repercute nesta esfera. Fundamental para compreendermos os matizes das organizações de mulheres rurais é compreender a emergência de diversos movimentos de mulheres rurais que se reivindicam como “autônomos”. Aqui, buscamos compreendê-los não como expressão de uma demanda original mas como fruto de uma relação conflituosa tanto com o movimento sindical quanto com outros movimentos sociais num contexto político onde as questões de gênero também estão colocadas. Trata-se, portanto, de compreender esses movimentos a partir de uma rede de relações que dota de sentido as suas estratégias de ação e seus posicionamentos políticos. Nesse sentido, busca-se esboçar outra possibilidade de pesquisa sobre estes movimentos direcionada menos às razões *per se* e demandas postas pelos movimentos como razão última de sua ação e mais à relação estabelecida entre as organizações políticas.

O segundo capítulo centra-se no contexto político de surgimento dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais e, de forma mais específica, nos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco. Buscamos compreender a inflexão histórica entre a tradição sindical do estado e o surgimento das primeiras iniciativas de mobilização e organização das mulheres rurais, identificando questões afins e caracterizando a relação entre o sindicalismo rural e o contexto da década de 1980, quando surgem os dois movimentos – o

Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Para tal, parte-se de um olhar sociológico retrospectivo buscando compreender como a histórica organização de trabalhadores rurais e as lutas sociais no campo neste estado se relacionam com o processo de mobilização e organização das mulheres rurais. Neste ponto, interessa-nos também conhecer uma região sobre a qual não se dispõe de muitas informações – o sertão pernambucano – dado que é lá onde surgem as primeiras iniciativas de organização das mulheres rurais.

No terceiro capítulo o foco é o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, a socialização política das mulheres e como esta socialização influencia na forma de construir suas demandas e seus expedientes. Explora também as questões suscitadas nos capítulos anteriores buscando apontar a necessidade de se relacionar o debate sobre gênero no meio rural com a dinâmica mais ampla de disputa pela representação dos trabalhadores rurais. Se desconsiderarmos esse último aspecto na análise destes movimentos, relegaremos a segundo plano o fato de que a forma como as mulheres rurais percebem suas “questões específicas” não são homogêneas, não são lineares, não são as mesmas em todas as regiões do país e não seguem etapas pré-estabelecidas de conscientização acerca da sua condição subordinada.

Ao contrário, são extremamente diversificadas, complexas, envolvem muitas dimensões de sua vida. Assim o é também a *política*, tomada aqui como um fenômeno empírico e múltiplo por princípio¹⁶. Ao resgatarmos essa dimensão, fundamentalmente distinta da dimensão moral, neste capítulo apontamos para algumas conseqüências “inesperadas” desse engajamento e politização das mulheres rurais em Pernambuco. Ou seja, além da notável mudança alcançada pelas mulheres no que concerne a papéis tradicionalmente estabelecidos, ressalta-se aqui como a forma de “inserção na política”, a *socialização política* e o contexto político de Pernambuco contribuem para uma determinada concepção de *política* e no modo de ser *fazer política*.

Antes do movimento como expressão de um coletivo, nos interessa problematizar seu processo de formação. Considerando que estes movimentos não são uma resposta imediata, um mero efeito de relações de opressão, nosso olhar se direciona para as relações estabelecidas entre estes movimentos e o sindicalismo rural pernambucano. Momentos como o da preparação para a Marcha das Margaridas de 2006 também foram analisados no sentido de perceber as relações entre os movimentos, os sindicatos e a CONTAG e como estas repercutem para além do momento da marcha.

Evidentemente, não pretendemos com esta dissertação ter produzido conhecimentos absolutos. Os limites deste trabalho não se dão apenas pela referência a um aspecto parcial de uma realidade que extrapola a construção de um objeto de pesquisa, mas também pela perspectiva teórica adotada. Como foi exposto anteriormente, ainda precisamos dar muitos passos para superar o caráter fragmentado dos estudos sobre os movimentos de mulheres rurais. Este trabalho buscou tão somente contribuir no sentido de apontar uma perspectiva de análise que julgamos ser fértil e que possa auxiliar a pesquisa sociológica sobre o tema.

Ainda que a pesquisa possua um caráter “histórico”, não se deve presumir a construção de fatos ou de uma história linear, teleológica. De acordo com Marx, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem do seu próprio movimento, nas circunstâncias escolhidas por eles; essas circunstâncias lhes são dadas, transmitidas pelo passado” (MARX, 1982: pg. 417). Desse modo, ao mesmo tempo em que se insiste na importância de uma espécie

¹⁶ Sobre este aspecto, esta pesquisa é inspirada na perspectiva de Borges (2004).

de “resgate histórico” dos contextos de surgimento destes movimentos, este se dá pela conexão desse “passado” com o nosso “presente”¹⁷ e não pela idéia de fornecer de forma mecanicista um suposto *background* histórico composto por uma série de fatos objetivos e inquestionáveis.

Assim, é necessário que se parta de uma concepção de “tempo” – e por consequência de “processos históricos” - onde a conexão entre presente e passado não assuma uma relação de causa e efeito e tampouco precise ser compreendida em termos típico-ideais¹⁸. Busca-se aqui estabelecer interpretações sociologicamente possíveis acerca do tema bem como das questões teórico-metodológicas que subjazem esta dissertação como, por exemplo: a) como pensar teórico-metodologicamente tais transformações no meio rural brasileiro? b) Como pensar estas mudanças sem reificar a dinâmica deste mesmo processo ou ainda sem cair no fetichismo da categoria “movimento” como se fosse possível localizar uma espécie de “epicentro” da mudança social? c) Como a socialização de um indivíduo pode “conformar” formas de enxergar, de sentir e de se comportar politicamente?

O caso de Pernambuco trouxe um desafio que nos pareceu exemplar: a existência de dois “movimentos” que por mais de vinte anos se fortaleceram a partir de uma relação intensa com o sindicalismo de uma das federações mais atuantes do país, a Fetape. Ressalte-se, portanto, que neste caso, pensar em termos dicotômicos (movimentos sociais x sindicatos) nos ajudaria pouco a compreender em que cenário essa relação se estabelece e como se nutre pelo cotidiano da vida sindical. Distancio-me dessa forma de qualquer perspectiva que considere esse tema em termos de avanços ou recuos da atuação dos movimentos de mulheres rurais, estabelecendo o que seria uma espécie de forma “mais avançada da luta” em detrimento de formas consideradas “atrasadas”, trazendo consigo a idéia de que tais movimentos maculam uma “luta originária”.

Trata-se, portanto, de compreender a emergência dos movimentos de mulheres a partir da sua relação com forte tradição sindical do estado. Parto, portanto, de uma *démarche* sociológica de acordo com a qual o surgimento de organizações políticas e, sobretudo, dos movimentos de mulheres rurais devem ser entendidos não como uma espécie de resposta, uma reação a uma determinada situação dada *a priori* ou ainda de um “desmascaramento” de uma situação de opressão e injustiça social. Busco com esse estudo compreender como a tradição sindical de Pernambuco imprimiu nas organizações de mulheres determinadas características que, sem esvaziar o sentido do surgimento destes movimentos, aponta para um

¹⁷ Essa idéia que por vezes soa como óbvia e até ingênua, quando levada a cabo e, epistemologicamente, ao seu limite, nos conduz a questões que, longe de serem óbvias, nos apontam necessariamente caminhos novos ao nos obrigar à perceber as relações sociais como algo dinâmico por definição. Se certas características fazem parte do que podemos chamar, grosso modo, de “nossa história” como, por exemplo, a concentração fundiária, não se pode tratar dessa mesma história como uma continuidade, um fluxo ininterrupto de relações sociais pré-determinadas. Se assim o fizéssemos, correríamos o risco de assumir a possibilidade de se encontrar um marco zero, um ponto originário que é ao mesmo tempo a pergunta e a resposta para se explicar os principais conflitos no campo. O que seria uma conduta estéril. Assim, podemos dizer que, não raro, categorias analíticas “clássicas” das Ciências Humanas, são acionadas como princípio explicativo para as principais transformações sócio-históricas onde surgem como uma espécie de *deus ex machina*. *Estado, democracia, cidadania, governo, representação política e política* não são exceções e, por esse motivo, tendem a serem esvaziadas de qualquer significado sociológico.

¹⁸ A contribuição de Elias (1998b) é fundamental nesse ponto. Para Elias, “um dos dilemas próprios das ciências humanas é que elas são largamente dominadas pela aspiração dos homens a fugir deles mesmos”. (p. 69) Ou seja, a concepção de um “tempo” exterior e, em última instância, da existência de uma “natureza”. Para o autor, tal concepção acaba por nos levar à conclusões metafísicas, enraizadas tanto na tradição filosófica quanto no senso comum de uma oposição entre sujeito e objeto, entre o “indivíduo” e um mundo exterior e natural. Assim, os dois conceitos de sujeito e objeto que, no interior de um mesmo processo cognitivo, remetem simplesmente a uma indissolúvel correlação funcional entre o homem e a natureza, ou entre o homem e ele mesmo, são travestidos pelo discurso filosófico em duas existências independentes a partir da estéril noção de “mundo exterior” e de seus equivalentes, a qual levaria à construção de pseudoproblemas. A esse respeito ver também Elias (1994).

princípio de explicação sociológica para a legitimação de uma concepção específica de se fazer política e de representação política. Em suma, trata-se de compreender como estas sociabilidades políticas acabaram por conferir ao “caso” de Pernambuco uma singularidade que nos permite tanto a análise de um determinado contexto social quanto situá-lo em transformações sociais amplas.

Capítulo I

Processos sociais e transformações recentes no campo brasileiro: a participação e representação política dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais

Começar a compreender os caminhos que levam à mobilização e à organização das trabalhadoras e trabalhadores rurais exige que se considere quais foram as condições sociais que favoreceram a emergência dessas ações. No caso brasileiro, em determinados contextos históricos, podemos perceber o surgimento de movimentos políticos e organizações concomitantemente em diversos pontos do país (MARTINS, 1981; MEDEIROS, 1989). E se podemos dizer que esses conflitos possuem uma multiplicidade de dimensões (econômica, religiosa, política), um verdadeiro mosaico, acreditamos também que uma perspectiva rica de análise deve buscar articular essas dimensões, identificando que fio liga os principais caminhos tomados pelos movimentos, entidades e organização no campo. Nesse aspecto, e considerando o caráter artificial de toda cisão entre passado e presente, nosso desafio se traduz na tentativa de resgatar a persistência do passado, avaliar a influência das ações e configurações sociais passadas no processo de organização de representação política dos trabalhadores rurais.

De acordo com Martins (1986), “a exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política”. No entanto, o autor nos chama a atenção para os fatores que escamoteiam a ação política dos camponeses assim como para o fato de que não se trata de uma mera exclusão política. Segundo Martins, a história política do campesinato não pode ser analisada dissociada da história das lutas pela “tutela política do campesinato”. Sobre esse aspecto, afirma que:

É necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês *no* processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a *sua participação nesse processo* – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. (MARTINS, 1986: p.25)

Martins nos mostra, portanto, que, mais do que a exclusão no processo político, as disputas em torno da representação política dos camponeses acabaram por prolongar sua “ausência” na história política, diminuindo sua relevância¹⁹. A percepção do campesinato como alheio à política nacional levou, por consequência, à conclusão da necessidade de subordinação a outros setores da sociedade, ignorando ou mesmo conferindo pouca importância histórica às lutas e conflitos no campo²⁰.

¹⁹ Dessa análise decorre a conhecida expressão de Martins: “o camponês nos projetos dos outros”. (MARTINS, 1986, p. 81).

²⁰ É interessante perceber que essa análise de Martins guarda semelhanças com o processo de mobilização das mulheres rurais. Isto é, a percepção muito comum entre as organizações políticas, inclusive de movimentos feministas, de que seria muito difícil mobilizar as mulheres rurais, dada sua inserção irregular e provisória no mercado de trabalho bem como pelo fato de que seriam depositárias e reprodutoras dos valores patriarcais dominantes na sociedade brasileira. Legitimando dessa forma, a “necessidade” de mediadores capazes de conduzi-las pelos caminhos da politização.

Mobilizações como Canudos, a guerra do Contestado, Revolta de Trombas e Formoso, as Ligas Camponesas, entre outros momentos, atualmente, fazem parte da história política dos trabalhadores rurais. No entanto, se hoje podemos perceber esses eventos como possuindo características comuns, é importante ter claro que, ao mesmo tempo em que podemos apontar semelhanças na tentativa de relacioná-los, devemos atentar para o fato de que essa história é também marcada por muitas distinções e descontinuidades.

Certamente, não podemos traçar uma única linha que torne possível ligar as lutas e os momentos de mobilização no campo. Grynszpan (1998) nos alerta para o fato de que associações que atualmente nos soam como óbvias, nem sempre assim o foram e que, por vezes, projetamos para o passado nossas atuais visões sobre o campo e seus atores, estabelecendo nexos entre eventos distantes, tais como Canudos e as recentes ações de trabalhadores rurais, como se uma fosse a antecipação da outra. No entanto, a despeito desse caráter fragmentado dos conflitos rurais, nos interessa perceber aqui como desponta, a partir destes, a organização dos trabalhadores rurais e as disputas pela sua representação política. Ou seja, é preciso estabelecer em que medida é possível estabelecer relações entre estes conflitos.

A despeito de sua diversidade, os expedientes utilizados para o encaminhamento destes conflitos encontraram rumos específicos. Neste sentido, a mobilização e a organização dos trabalhadores rurais em prol de sua representação política é um aspecto importante no sentido de nos indicar os encontros e articulações possíveis nesse processo. A conformação de um campo de disputas em torno de sua representação, a crescente legitimidade de suas demandas e o estreitamento das relações com o Estado nos impele a considerar tais fatores como fundamentais para a compreensão das trajetórias individuais e dos processos de engajamento nestes espaços.

1.1. Mobilização, organização e representação política dos trabalhadores rurais no Brasil

Grynszpan argumenta que as décadas de 1950 e 1960 representaram um marco fundamental, pois surgem novas categorias de percepção do mundo rural e dos seus atores, uma vez que neste momento constitui-se uma questão agrária e, mais, anuncia como sua solução a reforma agrária. Nesse momento, ressalta o autor, o nexos entre a concentração fundiária e a existência de uma “questão agrária” começa a se estabelecer:

No Brasil, foi mais claramente a partir dos anos 1940 que essa associação passou a ser feita de forma sistemática. Sempre existiram conflitos no campo, como os de Canudos, na Bahia, na década de 1890, e do Contestado, no Sul, em uma região disputada por Paraná e Santa Catarina, no início dos anos 1910. No momento em que se deram, porém, tais conflitos foram percebidos não como lutas por terras, mas como movimentos religiosos. As próprias ciências sociais os analisaram, posteriormente, como movimentos messiânicos. Somente nas décadas de 1940, 1950 e 1960 foi alterada, de modo definitivo, a percepção do mundo rural, dos seus agentes e da sociedade brasileira de maneira mais ampla, generalizando-se a visão de que havia uma questão agrária no país, de que sua origem era o latifúndio e de que sua solução era a reforma agrária. (GRYNSZPAN: 1998: p.3)

Por outro lado, o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira levado a cabo ao final da década de 1960, acabou por imprimir características fundamentais para a compreensão do novo pilar de acumulação e de novas formas de dominação. A alteração na base técnica e produtiva e a articulação dos complexos agroindustriais, a mudança na arquitetura das classes sociais, com uma maior e intensa integração entre os capitais agrário, industrial e financeiro e uma transformação relativa ao papel do Estado e das políticas públicas conformaram uma virada no meio rural²¹. (SORJ, 1980, MUELLER, 1986 apud FAVARETO, 2006)

No que se refere à representação do trabalhador rural, ocorre uma transformação também fundamental. Como sinaliza Grynszpan (2004), nas décadas anteriores eram os grandes senhores, as elites agrárias, os porta-vozes do mundo rural. Ademais, os trabalhadores urbanos já eram significativamente presentes na cena política com sindicatos e centrais atuantes bem como contavam com partidos que propunham representá-los. Não obstante, é na década de 1950 que se começa a atribuir ao homem do campo um caráter político a partir do surgimento de organizações como as ligas e associações e, já na década de 1960, com a criação dos sindicatos, federações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). De acordo com o autor:

Esse reconhecimento ganhou concretude e se consolidou em leis com o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, que estendia ao campo direitos que os trabalhadores urbanos já gozavam desde os anos 1930. (GRYNSZPAN, 1998: p.4)

Nesse sentido, Medeiros (2005) afirma que a constituição do sindicalismo rural e dos trabalhadores rurais como categoria política surge num contexto de intensos conflitos e resistência aos processos de expulsão da terra²². Nesse processo de mobilização e organização, foram forjadas categorias muitas vezes alheias aos contextos locais, mas que buscavam transformar demandas pontuais em uma luta unificada e politicamente articulada. No que concerne a esse aspecto, Palmeira e Leite (1997) apontam para uma questão crucial, qual seja, a presença do Estado no campo e que essa “simples” presença possui muitos significados. Se, ao analisar esse processo, sociólogos e cientistas políticos apontam questões como “quem fez?” ou “A quem serviu?” ou mesmo “Foi ou não cumprida?”, e apesar da aparente coerência destas interrogações, os autores colocam que um fato sociológico novo acabou por passar despercebido: o de que a partir desse momento passou a existir uma legislação destinada a uma categoria profissional que abarcava uma diversidade de relações sociais do meio rural. Os autores apontam para a complexidade desse período:

Tanto o Estatuto do Trabalhador Rural quanto o Estatuto da Terra e seus desdobramentos foram resultado de um longo processo de lutas sociais e políticas. Longe de representarem a imposição unilateral da vontade de um grupo, refletiram um jogo de conflitos e composições entre os interesses dos setores sociais envolvidos com a questão da terra ou dos direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que expressaram

²¹ A esse respeito, Favareto chama a atenção para o fato que o Estado tornara-se, a um só tempo, “repressor dos conflitos e indutor e regulador do processo de modernização”. (2006)

²² De acordo com Grynszpan (2004) a expulsão de camponeses de grandes propriedades teve motivações distintas em cada região do país. No caso do Nordeste, a incorporação dos antigos engenhos ao sistema de usina visando atender ao aumento da demanda por açúcar no pós-guerra e, no sudeste, pelo processo de urbanização impulsionado pelo crescimento das migrações do campo para a cidade fazendo com que áreas antes destinadas à agricultura fossem esvaziadas e loteadas.

as alterações nas “composições de poder e estilos de populismo” que desembocaram no golpe militar de 1964. (...) Antes de indicar uma política, a nova legislação impôs um novo recorte da realidade, criou categorias normativas para o uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades, antes impensáveis, de intervenção do primeiro sobre esta última. (...) Tornou-se uma referência capaz de permitir a reordenação das relações entre grupos e propiciar a formação de novas identidades. (PALMEIRA e LEITE, 1997: p. 23)

A partir deste período, os camponeses passaram a se identificar e, sobretudo, a ser identificados como atores políticos importantes e, assim, “também móvel da disputa entre grupos e partidos que buscavam apresentar-se como seus porta-vozes e legítimos representantes” (GRYNSZPAN, 1998). Esse processo, que traduz a inserção dos trabalhadores nos debates políticos nacionais, possui diversas dimensões e desdobramentos, tendo como uma consequência fundamental a organização política dos trabalhadores. Após o surgimento das Ligas Camponesas, a implantação dos sindicatos de trabalhadores rurais, ocorrida paralela à intervenção do Estado teria contribuído incisivamente para enfraquecer padrões tradicionais de dominação.

É neste sentido que o surgimento das Ligas Camponesas na Zona da Mata pernambucana teria representado um fato social fundamental na medida em que figurava como elemento empírico que permitia, naquele momento, significar as disputas em torno das interpretações sobre o meio rural e seus trabalhadores (Medeiros, 1989; Martins, 1986; Rosa, 2004). A regulamentação do sindicalismo rural em 1962 teria impulsionado uma verdadeira corrida pela formação de sindicatos de trabalhadores rurais no país, culminando com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura em 1963²³. Segundo Palmeira e Leite (1997), o sindicato nesse contexto se colocaria não apenas como um mediador alternativo, mas como um “veículo para a implementação de regras impessoais”.

Mesmo nos períodos que se seguiram, já durante a vigência do regime militar, a repressão não teria conseguido impedir o esforço na organização dos trabalhadores. A impossibilidade de mobilização política neste período levou o sindicalismo a lançar mão de outro expediente, desenvolvendo um intenso trabalho pedagógico em torno da questão da reforma agrária, ponto que agregava os interesses de diferentes categorias de trabalhadores rurais. De acordo com Palmeira e Leite (1997),

as entidades sindicais se reorganizaram com relativa rapidez e, ao mesmo tempo em que sustentaram lutas que se dispersaram politicamente como decorrência da própria conjuntura nacional, partiram para ampliar e fortalecer sua organização em nível nacional. (PALMEIRA e LEITE, 1997: p.37)

A bandeira da Reforma Agrária impulsionada pela Contag daria unidade à diversidade de situações e conflitos durante o regime militar. Sigaud (1979) ao analisar o caso de Pernambuco ressalta ainda que a luta por direitos trabalhistas levado a cabo pelos sindicatos se tornaram um fator fundamental de organização dos trabalhadores neste período:

²³ De acordo com Grynszpan (1998), neste contexto a percepção de que o país necessitava da reforma agrária se tornou legítima ao ponto de mesmo os governos militares terem de mantê-la em sua agenda. No entanto, Martins (1981) já apontava como o governo militar pôde, então, controlar as tensões sociais a favor de uma política deliberada de concentração fundiária.

os sindicatos, enquanto instrumentos de reivindicação dos trabalhadores, sobreviveram à repressão. Na medida em que a oposição entre trabalhadores rurais e proprietários era um fato irreversível e que as contradições que estavam na base dos conflitos haviam se mantido inalteradas, esses Sindicatos, em pouco tempo, recuperaram sua combatividade e conseguiram retomar as lutas pelo cumprimento da legislação trabalhista, assegurando continuidade ao movimento do período anterior.” (SIGAUD, 1979: p. 13)

Medeiros (2005) destaca ainda que o fato de diversos sindicatos oriundos da ação da Igreja Católica terem sido relativamente poupados durante o processo de intervenção possibilitou a rearticulação de uma rede sindical consolidado ao longo das duas décadas seguintes, sobretudo, pela ação da Contag. Nesse sentido, o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e o Estatuto da Terra de 1964 acabaram por se tornar eixos fundamentais da ação da Confederação, articulando um conjunto disperso de sindicatos em torno da luta por direitos trabalhistas e por reforma agrária, ambos previstos na legislação, porém distantes da realidade dos trabalhadores rurais. Entretanto, Palmeira e Leite (1997) apontam que a legislação impunha a questão da conformação de uma identidade de classe. Se a identidade de camponês tinha a capacidade de vincular pessoas e grupos que por diversas razões estavam politicamente separadas, a censura governamental ao uso do termo camponês agravaria o problema trazido pela legislação, qual seja, o de contribuir para a dispersão de identidades. Não obstante, o sindicalismo teria conseguido se desvencilhar da diversidade de termos utilizados pelos organismos oficiais. O termo “trabalhador rural” era, como apontam os autores, o mais neutro dada sua generalidade e o menos neutro dada sua referência ao trabalho²⁴.

Todavia, Medeiros (2005) aponta para a conformação de uma conjuntura marcada pela constante tensão entre o domínio local e a ação sindical. Segundo a autora, ante a diversidade de situações existentes e a forte influência de prefeituras ligadas ao poder local na constituição dos sindicatos, a ação da Contag transformou-se em uma forma de resistência às formas de dominação consolidadas no meio rural. Por falar em nome do “trabalhador rural”, abarcando segmentos diversos tais como os “assalariados”, “parceiros”, “arrendatários”, “pequenos proprietários”, “posseiros”, etc, acabava por respaldar a associação e a organização dos trabalhadores rurais a nível local. Tal processo teria representado o amadurecimento de um projeto próprio de reforma agrária pelo sindicalismo rural e elaborado a partir de um processo complexo e que envolve as experiências de mobilização, a incorporação de análises feitas por intelectuais, bem como os posicionamentos e decisões políticas de inúmeros seminários, encontros, congressos. Nesse sentido, quando da época da abertura política, o III Congresso da Contag em 1979 pautou uma “reforma agrária ampla, massiva e imediata” associando-a à democracia, acabou por criar um espaço novo para a discussão do tema.

Não obstante, é exatamente neste contexto de intensas transformações políticas que a Contag recebe agudos questionamentos acerca de sua forma de ação e de organização. Ainda que se constituísse como uma referência nacional dada sua atuação nas campanhas salariais, nas greves dos canavieiros em Pernambuco e pelo empenho em prol da reforma agrária, a emergência de intensos conflitos e de organizações em franca oposição à sua forma de ação acabaram por questionar sua eficácia em representar os trabalhadores rurais. No processo de redemocratização, o surgimento de novas iniciativas de organização dos trabalhadores erigiu-se, principalmente, a partir da crítica à prática sindical “contaguiana” e às ações levadas a cabo

²⁴ Por outro lado, Medeiros (2001) ressalta que tal identidade também buscava enfatizar o “vínculo com a esfera do trabalho, mesmo em se tratando de produtores proprietários da terra e dos meios de produção e que eventualmente empregavam outros trabalhadores”.

pelos sindicatos, tidas como meramente assistencialistas e, por essa razão, incapazes de encampar as lutas concretas por direitos no campo. Como pontua Medeiros (2005), um segmento da Igreja Católica adepto da Teologia da Libertação²⁵ dirigiu duras críticas tanto à estrutura sindical vigente, quanto às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo sendo um dos principais responsáveis pelo surgimento das “oposições sindicais”. De acordo com a autora:

Em 1975, a criação da Comissão Pastoral da Terra mostrou a força desse segmento e gerou as condições para a consolidação de uma poderosa rede de influência. Com sua legitimidade, inerente ao seu caráter institucional, fornecia uma legitimação teológica para as demandas emergentes e para as ações de resistência, formava quadros, através da ação das pastorais e viabilizava espaços e infra-estrutura para encontros e gestação de organizações, num período em que o próprio ato de reunir era posto sob suspeita pelo regime militar (MEDEIROS, 2005: p. 2).

Conquanto sua permanente atuação em denunciar questões concretas aos poderes públicas, tais críticas se traduziram em mobilizações e novas possibilidades de organização política, acirrando as disputas pela representação política dos trabalhadores rurais, até então hegemônicas pela Contag²⁶. Fundamental no que concerne à sua capilaridade, as ações da Igreja foram uma das principais razões que contribuíram para o surgimento de *oposições* no seio do sindicalismo rural. Ou seja, este movimento, inicialmente difuso, de crítica às práticas contaguianas e à estrutura sindical acaba por ganhar contornos definidos na medida em que as oposições sindicais²⁷ passa a se articular ao chamado “novo sindicalismo”, predominante em áreas urbanas e com bandeiras de caráter nacional, tais como liberdade e autonomia sindical, eleições diretas e etc. A partir deste período, conforma-se um campo acirrado de disputas por representação política dos trabalhadores rurais num contexto de intensificação dos conflitos no campo.

A criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983 aglutinou estas oposições. Conhecidos como *os rurais da CUT*²⁸, este grupo significou uma ruptura no interior do

²⁵ Este setor da Igreja Católica estava presente em todo o país, especialmente em áreas onde os conflitos por terra eram mais violentos.

²⁶ Esse período também se caracterizou pela reorganização partidária e, assim, nenhum partido tinha condições de propor algo que se aproximasse do projeto do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. (PALMEIRA e LEITE, 1997). De acordo com os autores, apesar desse descompasso, a interlocução entre estes teria se ampliado entre 1979 e 1984 a partir da nova orientação adotada pelo movimento sindical em dar prioridades às lutas coletivas.

²⁷ De acordo com Medeiros (2001), o surgimento das “oposições sindicais” no meio rural não pode ser separado da intensificação dos conflitos no final da década de 1970 e 1980, fruto da modernização agrícola estimulada pelo Estado. O acirramento das tensões no campo levou ao surgimento de um novo segmento expropriado, sobretudo, na região sul do país. Aliados a esse contexto de modernização da agricultura, os limites do sindicalismo contaguiano acabaram por favorecer o surgimento de novas propostas de ação e organização.

²⁸ Embora tenha participado do processo que culminou com a formação da nova central, a Contag optou por não referendar a sua criação, entendendo que a permissão à participação das oposições sindicais afrontava o princípio da unidade sindical. As oposições sindicais no meio rural representaram parte significativa se comparada a outros setores no processo de formação da CUT. Cerca de um terço da composição da direção nacional era de trabalhadores rurais. Não obstante, Favareto (2006) chama a atenção para o fato de que, observada sua base social, pode-se dizer que o projeto político do sindicalismo rural da CUT teve por base privilegiada os trabalhadores da região sul e os produtores de base familiar da Amazônia. Segundo o autor, participariam também em posição de destaque, ainda que secundariamente, os agricultores do Nordeste; principalmente aqueles originários do sertão. Favareto afirma que “essa conformação da base social determinou fortemente a constituição da agenda e das bandeiras de luta”.

sindicalismo rural. Contudo, Medeiros (2005) afirma que, apesar de tais contestações, a Contag conseguiu manter sua legitimidade por meio das lutas salariais no nordeste. Entretanto, tanto a crise na produção quanto a crescente mecanização provocaram um alto índice de desemprego e, com isso, as campanhas salariais se enfraqueceram. Ainda que não seja uma relação de causa e efeito, essa conjuntura acabou facilitando a adesão de vários trabalhadores à realização de ocupações de terra. Como veremos adiante, o acirramento entre essas práticas e àquelas empreendidas pela Contag darão o tom da competição pela representação dos trabalhadores rurais.

Assim, se a Contag, num momento anterior, se fortaleceu e se legitimou pela sua habilidade em unir conflitos antes dispersos e de consolidar o “trabalhador rural” como categoria política importante, nestes anos, a diversidade de situações e demandas que afloraram neste período se traduziram em duras críticas à Confederação, alterando profundamente o sindicalismo rural. A esse respeito, Medeiros (2005) aponta a criação de outra estrutura organizativa, a Federação dos Empregados Rurais em São Paulo, que organizou greves e ocupações de terra mesmo sem o reconhecimento da Contag. Tal sindicalismo se opunha, portanto, à tradição sindical anterior fortemente marcada por uma forma de ação baseada na prudência e no respeito aos limites colocados pela lei.

É importante ressaltar que este processo possui diversas dimensões. Ou seja, temos neste período transformações que se referem ao cenário político nacional, à intensificação dos conflitos no campo e o enfraquecimento da categoria “trabalhador rural” tal como foi forjada ao longo das décadas anteriores. Segundo Medeiros:

Surgiram tanto alternativas externas ao universo sindical, como é caso do MST, como outras que, dentro da lógica sindical, apontaram para a criação de sindicatos por categorias específicas (como é o caso dos “empregados rurais”, de “fumicultores”, de “suinocultores” e, mais recentemente, dos “agricultores familiares”). Mesmo muitos dos sindicatos que continuaram como de “trabalhadores rurais” reorganizaram-se internamente, criando secretarias específicas para tratar de temas relacionados aos assalariados, agricultores familiares e luta por terra, reconhecendo e legitimando a diversidade de situações e interesses emergentes, adequando a eles a organização interna dos sindicatos. (MEDEIROS, 2005: p. 2)

O surgimento do MST em 1984 e a eficácia de suas ações quebrou o monopólio que a Contag detinha sobre a representação dos trabalhadores rurais. A partir de uma nova concepção de mobilização e organização, o MST se tornou porta-voz legítimo da luta pela reforma agrária, sobretudo, pelo fato de que as ocupações de terra se tornaram uma forma bem sucedida na conquista de novos assentamentos²⁹. Ademais, todo o processo de engajamento e mobilização envolve uma série de aspectos que dotaram de sentido a ação política do MST em oposição ao sindicalismo contaguiano fomentando, portanto, a conformação de um campo acirrado de disputas.

De acordo com Favareto (2006), apesar da diversidade de situações, a conjuntura do período, que contava com o enfraquecimento progressivo da ditadura e uma ascensão da crítica social, propiciou que estas iniciativas conseguissem unificar bandeiras de luta que faziam sentido para quem vivia e experimentava os conflitos. Favareto afirma que temas como reforma agrária, direitos trabalhistas e o fim da violência no campo eram reivindicações básicas que encontravam sua oposição na figura do latifúndio, do patronato e das empresas

²⁹ A esse respeito, Medeiros (2005) ressalta que as ações espetaculares do MST contribuíram para dar maior visibilidade às lutas por terra.

colonizadoras. Dito isto, teciam-se duras críticas à estrutura sindical vigente, vista como um instrumento de limitação da ação política dos trabalhadores rurais e que, portanto, deveriam se fortalecer novas formas de mobilização e de encaminhamento dos conflitos.

Desse modo, as ocupações de terra passaram a ser incentivadas também no âmbito sindical na medida em que há então reconhecimento de que esta forma de ação é necessária para que ocorressem as desapropriações. Para além do resultado imediato que estas ações tiveram para os trabalhadores rurais, dado que a interlocução com os poderes públicos e a conquista de assentamentos era tanto concreta quanto crescente, tal reconhecimento indicava que o sindicalismo buscava reencontrar um espaço permanentemente questionado pela emergência de novos atores neste cenário político. O fato de que o sindicalismo cutista havia, neste momento, angariado espaços na Contag, contribui fortemente para essa inflexão nas suas ações e pela disputa pelo direito de falar também pelos “sem terra”.

No que concerne à organização sindical, é significativo o fato de que estas transformações sinalizaram para uma crise e uma tensão constante entre uma um tipo específico de prática sindical e a necessidade de se adequar às demandas deste novo contexto. No plano interno, temos a ascensão de novas lideranças em detrimento de antigas associadas às lutas dos assalariados como um fator relevante para a compreensão dos caminhos tomados nos anos que se seguiram.

1.2. A Contag: considerações sobre suas formas de ação

Neste ponto, cabem algumas considerações acerca de algumas características fundamentais para a compreensão do que foi, grosso modo, a prática sindical “contaguiana”. Obviamente, não se trata de considerar tais características como intrínsecas à estrutura sindical, mas de traçar aspectos que conformaram aquilo que se tornou uma forma específica de condução das lutas dos trabalhadores rurais. Favareto (2006) ressalta que o contexto de estruturação da Contag e de sua ampla rede de sindicatos se deu dentro de um marco desfavorável a uma ação sindical de contestação e crítica. A forma de condução dos conflitos e a defesa da reforma agrária como bandeira de luta num período de intensa repressão teria, portanto, constituído um padrão de ação sindical marcado pela prudência e pelo respeito aos limites colocados pela lei vigente. Se, por um lado, o Estatuto do Trabalhador Rural reconhecia os conflitos, por outro, impunha os caminhos para encaminhá-los limitando assim a ação sindical³⁰. Para o autor, é exatamente nestes anos que se cunha uma tradição de encaminhamento de problemas e de cobranças dos direitos.

Desse modo, prudência sindical e o legalismo foram dois aspectos que definiram esse padrão de ação sindical e, ao mesmo tempo, o que possibilitou que a Contag desse visibilidade e tratamento institucional aos conflitos bem como ampliasse sua rede de sindicatos (FAVARETO, 2006; MEDEIROS, 1989). Rosa (2004) ressalta que parte do que define o *modus operandi* contaguiano se deve ao fato de que a repressão política, o descumprimento contínuo das obrigações legais por parte dos patrões, bem como a formação de um aparato sindical que girava em torno da figura do advogado trabalhista contribuíram para que o sindicalismo, durante estes anos, se voltasse para a mediação jurídica dos conflitos de classe. Não se trata, portanto, de uma característica inerente à estrutura sindical contaguiana, mas das formas que suas ações assumiram em um período marcado pela necessidade de se legitimar os próprios princípios legais que garantiam aos trabalhadores rurais o acesso à justiça. Lutar por direitos e fazer da lei um campo de disputas eram as concepções presentes na ação sindical da Contag. (MEDEIROS, 1989)

³⁰ A esse respeito ver Novaes (1997).

Tais circunstâncias imprimiriam na Contag outro traço fundamental. O fortalecimento da Contag e a capilaridade alcançada nestes anos tiveram como contrapartida a conformação de um modelo organizativo altamente verticalizado e rígido (Favareto, 2006). A esse respeito, Medeiros (1989) afirma que, malgrado as transformações na postura da Contag para o encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores, seu verticalismo assumia a forma “de uma integração que visava a unidade de ação”. De acordo com Favareto, o próprio aparato institucional de regulação da representação sindical determinava as condições para que a estrutura do sindicalismo levado a cabo pela Contag assim se desenhasse:

a unicidade sindical e a instituição do imposto sindical compulsório permitiram, a um só tempo, um impulso e uma limitação à constituição do sindicalismo rural brasileiro do período. A unicidade sindical instituiu a obrigatoriedade de representação do conjunto de segmentos do campo em um único sindicato, de base municipal (FAVARETO, 2006: p. 6).

Entretanto, é fundamental para os nossos objetivos perceber que todos esses aspectos concorreram para a conformação de um expediente específico e que caracterizaria a Contag. O III Congresso da Contag em maio de 1979 foi emblemático nesse aspecto ao propor explicitamente a intenção de atrair a “base para a vida sindical e a necessidade de cooptação de lideranças para a construção da unidade sindical nacional via criação de delegacias sindicais”. (RICCI, 1999). Medeiros (1989) aponta que construir tal unidade de ação significava estar sintonizado com as orientações traçadas pela confederação e não pelos sindicatos ou federações.

Exemplar neste sentido foram as greves levadas a cabo na zona da mata pernambucana e que fizeram mais de duzentos mil trabalhadores rurais a cruzar os braços³¹. O que ficou conhecido como o modelo de “Pernambuco” agregava características locais ao projeto sindical empreendido pela Contag. Ou seja, se por um lado a experiência pernambucana lançava mão da lei para se contrapor à dominação tradicional utilizada nos engenhos e usinas, por outro, tinha também como elemento fundamental a articulação a partir da Confederação e a luta respeitando os parâmetros legais. Nos anos que se seguiram, Medeiros (1989) coloca que:

A retomada em escala ampliada dos movimentos grevistas no início dos anos 80 trouxe à luz o modelo sindical que se gestou nas áreas rurais durante os anos de ditadura. Articulado, integrado, portador de determinadas concepções de luta, que se buscou atualizar através do “modelo Pernambuco”: um encaminhamento que explora ao limite as virtualidades da legislação existente, procurando nela o espaço para a mobilização e organização dos trabalhadores. (MEDEIROS, 1989: p. 134)

Contudo, segundo Ricci (1994), ainda que a Contag detivesse o monopólio da representação dos agricultores e dos trabalhadores rurais, a concorrência com outras forças pela direção da organização e das lutas reforçava um discurso corporativista.³² Favareto (2006) argumenta ainda que a ação da Contag para tornar públicos os conflitos no campo,

³¹ Ver Medeiros (1989), Sigaud (1978; 1979), Rosa (2005).

³² Por outro lado, Favareto (2006) argumenta que a cobrança do imposto sindical constituiu um mecanismo constante de sustentação, cujo caráter obrigatório contribuiu de forma preponderante para o acomodamento de boa parte dos sindicatos que então se constituíam.

conseguir dar continuidade e visibilidade às lutas durante a vigência do regime militar, bem como possibilitar a ampliação da estrutura sindical tiveram como contrapartida uma “relativa domesticação da ação sindical e um fechamento de sua organização em relação a outras forças, temas e problemas do país naquele período” (FAVARETO, 2006: p. 7). É neste sentido que Medeiros (1989) assinala que, se em algumas regiões tal modelo transformou o sindicato em uma referência fundamental para o trabalhador rural, em outras o sindicato acabou por assumir o caráter de prestador de serviços assistenciais. E, ao mesmo tempo em que as greves dinamizaram a ação sindical, contribuíram para reforçar o corporativismo e a dependência dos sindicatos em relação às federações e à Contag em relação à orientação e condução de suas ações. De acordo com Ricci:

A direção da Contag, nas gestões encabeçadas por José Francisco da Silva, propiciou a consolidação desta “dinâmica social própria” da burocracia sindical, convencida de que proporcionaria a unidade política tão desejada para o enfrentamento da ofensiva do regime autoritário. Tratava-se de uma estratégia de construção do MSTR. Com uma dinâmica tão regrada e limitada, conquistava velocidade. Subordinação rigorosa, redução de atritos, discricção, tal como sugere os estudos weberianos sobre a dinâmica burocrática. (RICCI, 1999: p. 87)

Já neste novo contexto da década de 1980, a diversidade de situações com que se defrontava o sindicalismo rural trazia à tona algumas fraturas que se traduziram no questionamento da linha de ação tal como colocada pela estrutura da Contag. As greves, tidas como um modelo ritualizador e burocratizador, sofreram críticas agudas e deram origem a uma nova concepção de luta sindical. Ainda que a Contag tenha assumido, desde seu III Congresso, em 1979, uma postura mais reivindicativa e com ênfase em grandes mobilizações, os parâmetros da sua ação continuaram dentro dos limites da luta nos parâmetros da lei. Para Ricci (1999), tal tipo de conduta, ao contrário de se transformar em uma via progressista no âmbito sindical, acabou por dar origem a uma “dinâmica institucional conservadora e refratária a novas lideranças e aos movimentos sociais que não partilhavam de seu sistema de recrutamento e promoção política”. (RICCI, 1999: p. 85)

Se o sindicalismo levado a cabo pela Contag já era objeto de estudo durante estas décadas, as transformações deste novo período trarão uma mudança na forma como ele é analisado, reforçando algumas características já observadas e apontando para suas limitações em virtude da constante comparação com as novas formas de organização que se impunham. Segundo Ricci, tal modelo de representação sindical rural baseou-se na figura do camponês – um modo de ser que sintetizava a experiência de resistência social de uma categoria diversificada, constituída por “rendeiros, foreiros, agricultores, sem terra ou com pouca terra, e mesmo de assalariados que demandavam maior remuneração, mas que também eram originários de recente expropriação da terra”. (RICCI, 1999: p. 80) No entanto, suas demandas poderiam ser uniformizadas na bandeira pela Reforma Agrária, garantidora da sua permanência na terra. Possibilidade de unificação das demandas de um lado, e as transformações ocorridas nesta base social diversificada acabaram por gerar um descompasso entre a estrutura sindical contaguiana e as novas formas de conflito que emergiam. A figura do camponês, de acordo com Ricci, teria se tornado a referência para a construção da cultura sindical da Contag. Não obstante, para o autor luta camponesa traduzia um momento histórico específico.

Nesse sentido, tal fato teria contribuído para o seu enrijecimento na conformação de uma dada estrutura incapaz de assimilar as tendências da sociedade rural e de perceber as

transformações em andamento dando origem a um “modelo de sindicato-instituição em detrimento do sindicato-movimento”. Contudo, Ricci ressalta que, sob a direção de José Francisco da Silva, a Contag teria percebido a mudança na composição social de sua base sindical e, inclusive, procurado se adaptar à nova realidade ampliando sua pauta de demandas. Porém, não chegou a propor uma nova forma organizativa. Assim, a burocratização, a pouca mobilidade interna e práticas corporativistas acabaram por impor à base sindical uma participação pouco significativa nesse processo.

Como veremos adiante, malgrado a impermeabilidade característica à estrutura sindical, a partir da década de 1980 o processo crescente que reivindica maior participação das mulheres na esfera política trará conseqüências significativas para o sindicalismo rural. Ainda que este enrijecimento da Contag seja um aspecto ressaltado por diversos estudiosos, é interessante perceber que esta década é tida como um marco para diversos movimentos de mulheres rurais dadas as suas conquistas no âmbito sindical. É neste sentido que analisamos a seguir esse processo de inserção das mulheres na estrutura do sindicalismo rural. Ainda que os aspectos mais gerais apontados anteriormente tenham conformado a prática contaguiana, a compreensão por parte das mulheres rurais de que deveriam ocupar a estrutura sindical e aponta para um processo mais complexo entre o que permaneceu rígido e o que sofreu transformações significativas, mas que, porém, tem sido pouco observado.

1.3. A emergência de um “novo contexto”: a década de 1980 e a institucionalização da participação política da mulher

Esse processo que contempla desde a exclusão dos trabalhadores até a complexa rede de relações que sua organização traria no período anterior ao regime militar, durante e no período da reabertura política é fundamental para compreendermos outro processo social: a ampliação da participação e o engajamento das trabalhadoras rurais no sindicalismo rural. Vimos anteriormente o peso que a construção de “trabalhador rural” e “camponês” teve na mobilização, na organização e na consolidação do sindicalismo rural. Ainda que relacionadas a outras circunstâncias, as categorias “trabalhadora rural” e “camponesa” também serão acionadas e terão um peso fundamental no processo de engajamento das mulheres rurais. Mobilizadoras e atualizadas à luz de um novo contexto, tais categorias amalgamaram uma diversidade de situações vivenciadas pelas mulheres rurais mas que, em comum, lutavam pelo reconhecimento de suas demandas.

Não obstante, a presença das mulheres nessa história de conflitos não se traduziu em uma questão relevante, mesmo que os questionamentos acerca da invisibilidade da sua presença nas lutas sociais e na produção sejam apontados desde, pelo menos, o final do século XIX (PERROT, 2005). Ainda que estudos como o de Cappellin (1994; 1987) se dediquem a resgatar a participação das mulheres rurais nos momentos mais significativos das mobilizações no meio rural bem como em momentos “menores” da política, parte do cotidiano dos trabalhadores, a literatura que se desenvolve na década de 1980 acerca do tema possui em comum o silêncio acerca da contribuição da ação das mulheres rurais tanto na luta por demandas específicas, quanto no âmbito do sindicalismo rural de forma mais ampla.

Partindo de uma experiência que circunscreve a mulher rural à esfera do privado, muitas autoras buscarão identificar os fatores que as alijam da possibilidade de participação política. Não raro, o nome de Elizabeth Teixeira é resgatado como emblema de mulher que, na década de 1950, foi capaz de romper com relações de dominação no âmbito familiar bem como assumir a linha de frente dos conflitos. Sua vida, trágica em vários sentidos, alimentou a imagem de uma mulher que, ao contrário de muitas de sua geração, optou por atrelar sua vida

à política, apesar das duras conseqüências. Em entrevista³³ concedida a mim em sua casa, me chamou a atenção o fato de que durante todo o tempo, Elizabeth, com um enorme senso das injustiças que sofrem os trabalhadores, se referia à sua adesão à política como uma forma de dar continuidade “à luta de João Pedro”.³⁴

Como apontou Carneiro (2004):

Nesses casos, a liderança se firma com a morte do marido, fato que a conduz a substituí-lo, assumindo, então, o compromisso com a luta, numa demonstração de capacidade de liderança e de coragem desproporcionais à imagem que a sociedade lhe atribuía: aquela que deve ficar em casa, cuidar dos filhos e obedecer às ordens (do marido ou do pai). (CARNEIRO, 2004: p.1)

Obviamente, não se trata de diminuir a luta encampada por Elizabeth, mas de perceber que em momento algum se referiu à luta como sendo sua. Sua como mulher, agricultora, trabalhadora. Mesmo com o passar dos anos, essa concepção presente na fala de Elizabeth nos aponta o quão lento foram os processos que aproximaram os espaços políticos representativos constituídos das mulheres rurais. Nos alerta para o fato de que o engajamento das mulheres rurais em diversas situações não passou por um entendimento da sua luta como sendo específica ou diferenciada. Nesse sentido, torna-se fundamental a compreensão do peso que os sindicatos rurais como forma legítima de organização dos trabalhadores rurais assume para muitas das mulheres que, posteriormente, se engajarão na formação dos movimentos de mulheres rurais.

Todavia, o fato é que a década de 1980 traria como novidade um processo ascendente de visibilidade das mulheres rurais, percebidos nas mobilizações em todo país, nas conquistas presentes na nova Constituição em 1988³⁵, na criação de mecanismos institucionais que

³³ Realizada em 2008.

³⁴ João Pedro, seu marido, assinado por usineiros da região em 1962.

³⁵ A Constituição Federal de 1988 foi um marco na conquista dos direitos das mulheres. Essa Constituição expressa a conquista fundamental da igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres (art.5º,I), até então, inexistente no ordenamento jurídico brasileiro. No que se refere às mulheres rurais, Deere (2004) pontua que a articulação de lideranças femininas dos sindicatos, assim como do crescente movimento de mulheres resultou na inclusão dos direitos da mulher à terra na pauta constitucional como parte da expansão geral dos direitos das mulheres. Outros pontos importantes merecem destaque: direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios da previdência social; esses benefícios referiam-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares, incluindo as trabalhadoras familiares não remuneradas incluindo o direito ao seguro desemprego e por invalidez, 120 dias de licença-maternidade remunerada; a idade de aposentadoria para mulheres rurais foi estipulada em 55 anos e para os homens rurais em 60 anos, ou após 30 anos de serviço para mulheres e 35 para homens. No que tange ao acesso à terra, Deere coloca que a CF/88 foi um marco fundamental também neste aspecto, pois antes dela os critérios vigentes davam prioridade aos chefes de família considerando que, de acordo com as normas culturais, se um homem reside na casa, ele será considerado seu chefe, o que ainda tinha respaldo em uma norma do Código Civil de 1916. Ver no anexo I o documento elaborado pela Contag e enviado ao Congresso Constituinte. Não obstante, Souza-Lobo (1996) tece uma crítica importante que merece menção. De acordo com a autora, a CF/88 representou um avanço na construção da cidadania social das mulheres e representou “a cristalização de mentalidades e o produto das trajetórias percorridas pelas mulheres confrontadas às instituições e ao Estado”. No entanto, pondera que pertencer à comunidade nacional é uma noção problemática quando aplicadas às mulheres. Souza-Lobo argumenta que a cidadania é para o homem algo natural enquanto para as mulheres ela requer um desvio que a justifique. A necessidade de se justificar denuncia o fato de que as mulheres historicamente foram colocadas no âmbito do privado e, quando se tornam efetivamente cidadãs, o são porque são mães, são celibatárias, são casadas, são trabalhadoras etc. Ou seja, para as mulheres a cidadania deve ser justificada. Souza-Lobo coloca que o motivo pelo qual as mulheres são reconhecidas cidadãs, quando a cidadania repousa sobre a igualdade, não é neutro. Dito isto, “a integração das mulheres ao mesmo título dos homens se torna necessária para que nada, nem ninguém, escape ao governável.” No caso da CF/88, ressalta a

apresentavam as mulheres rurais ao Estado como um grupo com demandas políticas específicas expressadas, porém, pelos espaços políticos que já estavam constituídos, como os sindicatos ou mesmo por novos canais de expressão (tais como os movimentos de luta pela terra como, por exemplo, o MST) que, no entanto, trataram como secundárias tais reivindicações, dado o turbulento período de abertura política e a luta pela redemocratização, onde novas possibilidades surgiam no horizonte. Nesse sentido, as mulheres rurais compartilharam uma experiência semelhante aos homens na medida em que precisaram lutar muito para legitimar suas bandeiras no campo das disputas políticas, enfrentando preconceitos como, por exemplo, aquele que percebe na mulher algo completamente alheio à atividade política, portadora de certa imaturidade inerente à sua condição feminina. Ainda que exceções possam ser citadas, a regra se traduz na relação tensa e, na maioria das vezes, extremamente distante entre as mulheres e a atuação no âmbito sindical.

A forma de inserção política das mulheres rurais acabou por acompanhar a dinâmica desse contexto político onde suas demandas ocupavam um lugar de subordinação. Essa condição subordinada traria conseqüências importantes para suas iniciativas políticas e, por essa razão, tão importante quanto perceber os percursos e os momentos de engajamento das mulheres rurais nas instâncias sindicais e nos movimentos sociais é compreender como, nesse contexto, tais iniciativas se vincularam aos movimentos mais gerais dessas organizações. Neste ponto, nos interessa perceber quais as características sociologicamente significativas que conformaram as trajetórias das trabalhadoras rurais no caminho que as conduziu aos espaços de representação política. Do contrário, nos prenderíamos ao paradoxo do “tudo mudou nada mudou”, isto é, da concepção presente em vários estudos sobre relações de gênero e política que primeiro aponta para uma importante mudança da condição econômica, social e política da mulher para concluir que apesar destas mudanças, a mulher continua ocupando uma posição subordinada. Obviamente, constatar permanências sobre este aspecto é fundamental na composição de um panorama da sociedade atual. No entanto, não é suficiente para compreendermos a dinâmica das relações sociais e como esta se manifesta nas trajetórias dos indivíduos.

1.4. As mulheres rurais na política sindical rural

A década de 1980 representou a expansão das lutas por direitos e pela participação das mulheres nos sindicatos rurais e urbanos, nos partidos políticos e em outros espaços da esfera pública. Parte de um processo diretamente influenciado pelo movimento feminista da década de 1970, os anos que se seguiram foram marcados pela ampliação de perspectivas e do surgimento de novos percursos para as mulheres tanto urbanas quanto rurais. De acordo com Siqueira e Bandeira (1998), o processo político que resultaria na Constituição de 1988 teria contribuído para um alargamento de uma nova sociabilidade política que se instalou com bases em uma participação plural³⁶. Para as autoras, o que demonstrava um avanço efetivo era o fato de que “o sistema de significados que formam a base do simbolismo, que estruturou o imaginário e no seio dos quais se produziram mudanças em termos de denominação e deslocamento de significados”. (p. 5). De acordo com Souza-Lobo (1996), neste contexto se

autora que a ênfase no texto final recai sobre a visão das mulheres como trabalhadoras, efetivas ou em potencial. Certamente fruto também da força de movimentos populares que se mobilizaram pelos direitos e pelo reconhecimento da mulher como trabalhadora, tal ênfase tem como aspecto contraditório o silêncio sobre o trabalho doméstico, por exemplo. A divisão sexual do trabalho permanece então intocada. (SOUZA-LOBO, 1996)

³⁶ Ressalte-se que o governo brasileiro assinou em 1975 a Convenção da ONU, comprometendo-se a eliminar todas as formas de discriminação com a mulher; em 1985 o Ministério da agricultura criou o Programa de Apoio à Mulher Rural; em março de 1986 o MIRAD criou a Comissão de Apoio à Mulher Trabalhadora Rural.

ultrapassa a noção de que a mulher tem direito a ter direitos e estes já não são apenas tema de reivindicações, mas passa a ser objeto de políticas públicas. Assim, as relações de gênero deixaram de ser vista como naturais para serem pautas de discussão pública: a violência doméstica, a contracepção, a divisão sexual do trabalho, o aborto e a educação diferenciada são exemplos de temas que surgem como denúncias das diversas faces de dominação das mulheres e também como questões de política social. (SOUZA-LOBO, 1996)

Bourdieu (1998) aponta que o movimento feminista teria contribuído muito para uma considerável ampliação da área política ou do politizável, fazendo entrar na esfera do politicamente discutível ou contestável objetos e preocupações afastadas ou ignoradas pela tradição política, porque pertencem à ordem do privado:

mas não deve igualmente deixar-se levar a excluir, sob o pretexto de elas pertencerem à lógica mais tradicional da política, as lutas a propósito de instâncias que, com sua ação negativa, e em grande parte invisível – porque elas estão ligadas às estruturas dos inconscientes masculinos e também femininos –, contribuem fortemente para a perpetuação das relações sociais de dominação entre os sexos. (BOURDIEU, 1998: p. 138)

Esse novo contexto, responsável também pela emergência de movimentos populares, possibilitou que as questões relacionadas às mulheres assumissem um contorno político e indicassem demandas claras a partir de relatos e denúncias sobre violência sexista, por exemplo³⁷. Desse modo, se a presença feminina tanto no campo quanto na cidade não era uma novidade, nesse período talvez a novidade tenha sido a conformação de um espaço institucional amplo que possibilitou às mulheres um questionamento das desigualdades de gênero em outros termos, bem como colocar novas questões a esse respeito, uma vez que um campo de intensa reflexão se expande tanto no meio político como também no acadêmico, tendo este último se tornado um importante interlocutor.

Nesse sentido, no bojo do processo de organização dos trabalhadores urbanos e rurais, a demanda das mulheres por maior participação política trouxe à tona conflitos internos que, no período anterior à redemocratização, eram subordinadas às orientações e estratégias associadas à “luta de classes”. No entanto, a questão da subordinação às “lutas gerais” viria, nesse contexto, a se tornar motivo de crescentes tensões. Ao mesmo tempo em que um discurso mais amplo sobre as desigualdades calcadas no gênero dirigido contra os setores mais conservadores da Igreja e ao Estado toma fôlego e densidade, no seio das organizações populares se consolida o questionamento à concepção de que a transformação nas relações de gênero seria consequência da superação da luta de classes, concepção essa presente tanto no sindicalismo como nos movimentos sociais.

A hierarquização das lutas fez com as demandas colocadas pelas mulheres fossem percebidas como “questões específicas” tais como: liberação sexual, a violência contra a mulher, saúde, aborto, inserção no mercado de trabalho, etc. Esse intenso debate acabou por fortalecer a formação e a consolidação de uma rede de organizações e movimentos feministas³⁸ que durante toda década de 1980³⁹, bem como nos anos seguintes, participaram

³⁷ Autoras como Deere e León (2002) destacam como um momento importante a criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, durante o Governo Sarney. O CNDM teria unido diversos segmentos da sociedade civil, incluindo muitas feministas, o que teria contribuído para uma direção progressista quanto ao gênero no conteúdo da nova constituição.

³⁸ Na década de 70, por influência do marxismo, houve uma preocupação acentuada em se diferenciar “trabalho produtivo” de “trabalho improdutivo”, referindo-se o primeiro às atividades que produzissem mais valia, enquanto o trabalho doméstico seria improdutivo. Apesar das críticas à exploração capitalista do trabalho remunerado, a conquista, através dele, da independência feminina e da possibilidade de participar na

ativamente da produção de uma reflexão crítica a fim de subsidiar as ações e as demandas das mulheres⁴⁰.

Entretanto cabe aqui afirmar que, no caso das mulheres rurais, a reivindicação que se tornaria sua principal bandeira nas duas décadas seguintes se traduzia no reconhecimento do estatuto profissional de *trabalhadora* e, por conseqüência, a garantia de direitos trabalhistas e direitos previdenciários então existentes somente em áreas urbanas. Como já foi colocado anteriormente, o caráter irregular e sazonal do trabalho da mulher rural contribuiu fortemente para reforçar o processo de não identificação da mulher rural como “trabalhadora” e, portanto, excluindo-a de qualquer direito previdenciário e mesmo da filiação sindical. Sob a denominação genérica de “trabalhadores”, afora o exposto pela letra da lei, ocorre que na prática as mulheres seriam trabalhadoras de segunda categoria⁴¹. No entanto, a partir da influência e da relação com organizações e movimentos de mulheres urbanas foi possível construir uma pauta comum sobre seus direitos. Ainda que a questão de gênero tenha gerado um amplo debate e de fato tenha alcançado uma dimensão capaz de articular diferentes experiências, é importante perceber as diferenças entre os temas levantados pelas rurais em relação às urbanas nesse período.

Evidentemente, questões relacionadas à esfera do privado⁴² foram lentamente incorporadas no discurso, nas reflexões e nas práticas dessas mulheres rurais, no entanto, o seu principal embate se deu na esfera pública. Nesse sentido, durante toda essa década, a principal demanda foi o seu reconhecimento como *trabalhadora rural* tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos rurais (uma vez que a situação recorrente e mais comum às mulheres era a condição de dependente de seus maridos e não a de sócia do sindicato), bem como ter acesso a serviços de saúde, à possibilidade de benefícios de aposentadoria e, possivelmente, à terra. Sobre esta questão, Manoel Santos⁴³ afirma que:

Do ponto de vista da participação das mulheres naquela época era extremamente difícil, as mulheres ao longo do tempo sempre propuseram a sua participação nos movimentos populares. A história

transformação da sociedade foi uma constante do pensamento feminista, embora nem sempre tenha sido fácil analisar situações concretas sem abalar este pressuposto.

³⁹ Este processo tem como marco a década de 1960, período de ativismo intenso e produção intelectual acerca da construção social mulher, bem como de seu lugar subalterno. Desde este período, o debate suscitado pelo feminismo e mesmo entre as diversas perspectivas dentro do feminismo, tem gerado subsídios importantes para as lutas das mulheres em diversos contextos sociais.

⁴⁰ É nessa década, em 1981, que surge a SOS Corpo, uma organização feminista com ampla atuação nacionalmente.

⁴¹ No que se refere ao trabalho desempenhado pelas mulheres rurais, a noção de “trabalho leve” empregada por Maria Inez Paulilo (1987, 2004) é de extrema importância. Em pesquisa realizada nas cinco regiões no Brasil, aponta a autora que, a distinção entre o trabalho considerado “pesado” e produtivo e o trabalho “leve” realizado pelas mulheres, meramente reprodutivo, não se deve a qualidade do esforço despendido por quem o executa, mas sim pelo sexo. Tal distinção sexual e social é deflagradora da invisibilidade das atividades realizadas pelas mulheres rurais, tornando-se um duro obstáculo a ser quebrado na luta pelo seu reconhecimento como “trabalhadora”. Ou seja, tanto o caráter irregular e sazonal da sua inserção bem como esta distinção hierarquizada das práticas laborais no meio rural conformam parte significativa da experiência das mulheres trabalhadoras.

⁴² Como veremos, a relação familiar e a experiência sindical de parentes é um dos fatores que oferecem a muitas dessas mulheres o primeiro contato com os sindicatos. É no processo de socialização e, sobretudo, no engajamento político das mulheres nos sindicatos ou em movimentos independentes que grande parte das denúncias de violência e conflitos são citados pelas mulheres. Por enquanto, é importante apenas observar as diferenças entre as demandas das mulheres rurais e os elementos presentes em seus discursos a fim de perceber as especificidades do engajamento político das mulheres no meio rural brasileiro.

⁴³ Em entrevista concedida a mim na sede da Contag em Brasília em 2007. Manoel Santos foi dirigente sindical no sertão de Pernambuco na década de 1980 e, em 2006 quando da realização desta entrevista, era presidente da Contag.

mostra que nos grandes momentos da organização da esquerda, antes do período militar, tinha uma participação das mulheres, mas muito nos bastidores, e quando se cria o movimento sindical, sobretudo o que se estabelece no campo, e que cresceu mesmo essa organização sindical no campo, sobretudo a partir dos anos 70, dos anos 60 pra cá, então as mulheres não tiveram muita participação, elas participavam muito mais apenas inscrita no rodapé da carteira, e como dependente do seu marido, então havia proibição nos sindicatos de associação das mulheres, sobre a compreensão de que não precisava a mulher ser sócia porque já tinha o marido sócio e seria uma segunda contribuição e então as mulheres não tinham participação, tinha essa participação apenas como dependente e no máximo o homem ia na assembléia e ela não tinha muita participação.

Nesse aspecto, lutar para serem reconhecidas como “trabalhadoras” era também questionar o processo de reprodução da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, além de expor de forma mais evidente a condição particular e as características do trabalho realizado pela mulher no meio rural. Tanto como trabalhadoras sazonais quanto como trabalhadoras em sua própria unidade produtiva, o reconhecimento destas questões acaba por trazer à tona uma visão oposta à concepção mais idealizada e harmônica acerca da família. É neste sentido que a politização da esfera privada no âmbito rural passa a compor a pauta de reivindicações dessas mulheres. No entanto, esse é um processo lento, e a reivindicação que “toma” praticamente toda a década de 1980 é o reconhecimento como trabalhadora rural pelos sindicatos.

Desse modo, a visibilidade coletiva das demandas das trabalhadoras rurais teria se dado principalmente por meio de dois canais: o sindicalismo oficial e a emergência dos movimentos sociais rurais. Segundo Navarro (1996), tal sindicalismo teria percebido o crescente debate público sobre a condição feminina e a emergência de movimentos de mulheres poderia contribuir no aumento da participação nos sindicatos atraindo, inclusive, conjugues eventualmente pouco atuantes⁴⁴. No que concerne aos movimentos sociais, a emergência do MST e formação das oposições sindicais teriam se tornado uma segunda possibilidade aberta à participação feminina.

Entretanto, segundo o autor, nos primeiros anos e mesmo nos anos seguintes toda reflexão sobre a condição da mulher restringia-se à esfera pública, quase sempre indicando a necessidade das mulheres se informarem sobre os seus direitos e, a partir desta base discriminatória entre classes, mas não entre gêneros, motivar a organização e estimular as ações coletivas. De acordo com Navarro (1996), as iniciativas levadas a cabo durante toda a década de 1980 mostraram-se seletivas, uma vez que na estrutura oficial do sindicalismo de trabalhadores rurais o número de mulheres que ocuparam posições relevantes era ínfimo⁴⁵. De acordo com autor, os sindicatos subordinados à estrutura oficial selecionaram bandeiras de

⁴⁴ Sobre essa questão, Carneiro (1987) já apontava o fato de que a mobilização feminina é motivo de interesse para partidos políticos, sindicatos e igrejas, uma vez que sua adesão é raramente individual: “Ela repercute, de forma decisiva, sobre a família e a comunidade, dois universos onde as mulheres, pelas suas funções reprodutivas, exercem uma grande influência através de laços de parentesco e relações de solidariedade e reciprocidade que elas constroem no seu cotidiano”.

⁴⁵ Nos Congressos da Contag anteriores, a questão da participação feminina não aparece. Há uma ausência nítida quando analisamos os Anais dos Congressos, onde as pautas se direcionam para temas como Reforma Agrária e legislação trabalhista. Apenas no 3º Congresso da entidade podemos observar alguma mudança nesse sentido, uma vez que a estrutura verticalizada da Contag começa a ser questionada de forma incisiva. No entanto, não existe qualquer menção à mulher como trabalhadora, mas como “companheira do trabalhador rural”.

luta consideradas aceitáveis, evitando temas polêmicos, em especial os que discutiam relações no âmbito da família⁴⁶.

Durante o IV Congresso da Contag⁴⁷, em maio de 1985, foi defendida na Comissão de Sindicalismo uma tese⁴⁸ - “PROPOSTA PARA AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DE NÓS MULHERES, TRABALHADORAS RURAIS, NO NOSSO MOVIMENTO SINDICAL” - que propunha o compromisso da Confederação em criar estratégias para ampliar e estimular a participação das mulheres em toda estrutura sindical. A tese foi elaborada pelo Pólo Sertão Central da Fetape e aprovada por unanimidade. Porém, de acordo com Ilda, dirigente do MMTR-NE, para que isso ocorresse foi necessário que as mulheres providenciassem cinco mil cópias da tese e as distribuíssem no fim do primeiro dia de trabalho com o objetivo de que fosse lida pelos delegados durante a noite. No entanto, de acordo com algumas participantes do Congresso, foi necessário um amplo trabalho de convencimento da importância da tese. Manoel Santos, nesse período, ainda era secretário do Sindicato Rural de Serra Talhada e teria feito uma forte campanha nesse sentido. A esse respeito, Manoel Santos mostra a dificuldade de outros sindicalistas aderirem e apoiarem o texto da tese:

Mas eu lembro naquela época quando pra fazer essa defesa das propostas das mulheres foi muitos poucos homens que participaram. Como naquela época eu era jovem, vinha do movimento de Igreja, que tinha toda uma avaliação de que nós precisávamos enfrentar o processo da democratização dentro do movimento sindical, então elas me chamaram para ajudar na defesa dessa proposta. Mas quando elas levavam e a gente defendia essa proposta na reunião do Conselho da Federação, era motivo de muita crítica, muito sorriso atravessado, e achando que agora era as mulheres, e os homens que estavam defendendo isso estavam também ficando afeminizados. Então era um processo de discriminação muito grande, e a gente mesmo que ajudava a mulher nessa batalha também sofria um processo de discriminação.⁴⁹

O IV Congresso acontece um ano após a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e que o movimento sindical contaguiano começava a ser abalado por uma “nova” forma de organização dos trabalhadores, apoiada numa lógica de ação distinta além da própria oposição sindical colocada pelo “novo sindicalismo”. De acordo com Ricci,

A ruptura original entre movimentos sociais e Fetags/Contag fundava-se em lógicas de ação distintas: Fetags e Contag adotavam a lógica organizacional do sistema confederativo; os movimentos sociais, a de mobilização e enfrentamento da ordem institucional. E na medida em

⁴⁶ É importante colocar que este aspecto não é uma particularidade do sindicalismo e se estende tanto à esfera política como um todo quanto ao mundo do trabalho. Não obstante, ressalta-se aqui o fato de que, no que se refere as lutas levadas à cabo pelas mulheres rurais, estas foram tomadas como “especificidades”. Ou seja, neste momento, permanece uma noção de que existe uma luta que é geral e outra que é específica. Os direitos reivindicados pelas mulheres possuem o status de “específicos”, ou seja, ao mesmo tempo em que encontram espaço para a sua legitimação, a construção desta noção de “especificidade” impõe limites às lutas das mulheres, demonstrando que este processo longe de ser linear, é marcado pela ambigüidade.

⁴⁷ Neste ano, José Francisco da Silva presidia a Contag. Em entrevista realizada em 2007 na sede da Fetape, quando perguntado sobre essa questão, José Francisco se demonstrou um tanto evasivo, retornando a outras questões tratadas no congresso. Não obstante, chama atenção a ilustração da capa de um dos documentos elaborados para as assembleias e encontros preparatórios para o IV Congresso. A figura traz um homem e uma mulher de mãos dadas e erguidas. Ver anexo 2.

⁴⁸ Ver anexo 1.

⁴⁹ Entrevista realizada por mim em 2007 na sede da Contag.

que os movimentos sociais resistiam e simultaneamente buscavam construir uma nova identidade social, explicitavam a demanda por uma representação específica que ameaçava a estrutura de poder interna da organização sindical. (RICCI, 1999: p.141)

O IV Congresso é um marco para as trabalhadoras rurais. Ele representou a esperança de que, uma vez aprovada a tese nacionalmente, haveria um processo de maior pressão nas federações para instituírem caminhos para a participação feminina. No entanto, apesar da proposta de uma renovação do movimento sindical, a reivindicação das mulheres rurais aparece ainda de forma muito tímida e sequer é incluída nas onze pautas gerais⁵⁰ que seriam apresentadas na Assembléia Constituinte:

1. Lutar pela consolidação da democracia em nosso país. A consolidação do processo de democratização do nosso país tem como exigências fundamentais a eliminação imediata de todas as leis de exceção; a imediata desativação dos órgãos de repressão.
 2. Lutar por uma nova prática econômica; suspensão do pagamento da dívida externa; esta deve ser compreendida dentro de um processo de reorientação da economia.
 3. Lutar pela Reforma Agrária ampla, massiva, imediata, com a participação e controle dos trabalhadores rurais capaz de eliminar o latifúndio. A distribuição de terras deverá ser individual (familiar) ou coletiva (terra comum) de acordo com a vontade dos trabalhadores.
 4. Lutar pelo fim da violência no campo.
 5. Lutar por uma nova política agrícola.
 6. Lutar por uma solução definitiva para o problema da seca.
 7. Lutar pela reformulação das políticas e projetos governamentais no campo.
 8. Lutar por uma política previdenciária.
 9. Lutar por uma nova política salarial.
 10. Lutar pelo exercício do direito de greve.
 11. Lutar pela liberdade e autonomia sindicais com a preservação do princípio da unicidade.
- (Contag, 1985)

Nas conclusões do IV Congresso, algumas recomendações sobre a participação das mulheres são colocadas, tais como o estímulo à sindicalização bem como a formação política de lideranças. No entanto, é importante perceber que, nesse contexto, a demanda apresentada pelas mulheres recebe pouca atenção. Mesmo autores dedicados aos estudos sobre sindicalismo rural não se detiveram nessa questão. Ricci (1999) e Palmeira e Leite (1997) quando observam as questões abordadas no IV Congresso citam a reforma agrária, a política agrícola, incentivos fiscais, entre outros. Entretanto, a reivindicação das mulheres, fato novo no processo organizativo dos trabalhadores foi mais uma vez negligenciado. No entanto, é o início de um processo que a partir desse momento conta com o respaldo de uma deliberação nacional por parte da Confederação⁵¹. A tese aprovada e uma moção publicada nos Anais apresentavam ao sindicalismo as demandas das mulheres:

Apoio à luta da Mulher trabalhadora rural:
Considerando que há necessidade de uma maior participação da mulher trabalhadora rural no movimento sindical e que diversos

⁵⁰ Anais do IV Congresso Nacional da Contag (1985)

⁵¹ O IV Congresso conferiu legitimidade às ações levadas a cabo pela Contag e é freqüentemente citado como uma importante referência na luta pelo reconhecimento das demandas das mulheres apesar dos conflitos e obstáculos enfrentados em meio à estrutura sindical. Uma vez aprovada a tese nacionalmente, o trabalho nos estados se desenvolveria com mais legitimidade.

fatores dificultam esta participação, especialmente a discriminação da legislação em relação à mulher rural, agricultora e assalariada; Considerando que a mulher, esposa do mini e pequeno produtor rural não recebe benefícios previdenciários, tais como aposentadoria, auxílio acidente de trabalho, etc, em decorrência da legislação;

Considerando que a legislação previdenciária rural discrimina a MULHER AGRICULTORA, considerando-a como dependente, sem direitos quando na verdade é uma profissional da agricultura tal qual o homem;

Considerando que esta trabalhadora rural (agricultora) está integrada ao REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR e nunca tem conseguido se identificar como tal perante os órgãos públicos e a legislação pertinente;

Considerando que por estes motivos dificulta-se a sua participação no movimento sindical e político nacional, bem como a descaracteriza a sua função, criando conflito em relação à trabalhadora assalariada;

Considerando que ela não pode continuar aceitando que lhe chamem de “doméstica” ou “do lar”, pois esta é outra categoria profissional já reconhecida e característica do meio urbano.

Considerando que a realização da REFORMA AGRÁRIA irá eliminar a figura da mulher trabalhadora rural assalariada, pois esta passará a trabalhar em regime de economia familiar, tal qual a maioria das mulheres trabalhadoras rurais do Sul;

Considerando que a Constituição garante direitos iguais para trabalhos iguais,

“QUE A MULHER TRABALHADORA RURAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR SEJA RECONHECIDA COMO TRABALHADORA RURAL AGRICULTORA”⁵² (Contag, 1985)

É apenas no VI Congresso da Contag, em 1995, que surge a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural⁵³, o que demonstra que a conquista de um espaço na hierarquia sindical foi um processo lento e permeado não apenas pelo reconhecimento da relevância da demanda das mulheres, mas também de articulações políticas que passam pela política interna à Contag. Durante as décadas de 1980 e 1990, sobretudo após a aprovação da tese sobre a participação das mulheres no IV Congresso, os esforços se direcionaram por um lado a ampliar o número de sócias e, por outro, de formação de lideranças e quadros políticos tanto nos estados como na confederação.

A criação de comissões estaduais de mulheres rurais nas federações e de secretarias de mulheres nos sindicatos foi estimulada com o intuito de possibilitar o trabalho de base junto às mulheres bem como a formação política.⁵⁴ Foi também a partir deste Congresso que a sigla do

⁵² É possível dizer que esta referência à mulher trabalhadora agricultora reflita não apenas a uma futura superação do sistema de assalariamento, mas à base social organizada em torno das oposições sindicais composta, sobretudo por pequenos agricultores e não por assalariados.

⁵³ Trabalhar mais dados acerca dos onze anos que separam o IV Congresso da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural.

⁵⁴ Ao mesmo tempo em que podemos inferir que um aspecto fundamental para compreendermos o surgimento das secretarias estaduais nas federações e da coordenação nacional na própria Contag seja fruto das mobilizações das mulheres rurais organizadas em movimentos independentes que buscavam, entre outros objetivos o aumento

Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais incorporou mais um “T” de trabalhadoras. A partir de então, as federações e os sindicatos passaram a utilizar a sigla MSTTR. Como consequência desse processo dentro da Contag, no sétimo congresso em 1997 é aprovada a cota de no mínimo 30% de mulheres em todas as instâncias do sindicalismo rural. Neste congresso incluiu-se também mais um “T” à sigla do congresso que de 7º CNTR passou à 7º CNTTR.

Assim, esse processo contou com várias etapas de “aproximação” das mulheres a um espaço até então estranho uma vez que o sindicato era descrito por elas, sobretudo, como o lugar onde se deve recorrer quando se necessita, por exemplo, de um médico. Apesar desse processo se caracterizar entre outras questões, pela sua lentidão, cabe perceber que o “engajamento” e os caminhos que levaram ao aumento ainda que incipiente das mulheres na vida sindical por vezes não é motivado por “questões específicas”, ou seja, questões que se relacionem à condição subordinada das mulheres no meio rural. Como uma sindicalista entrevistada afirmou “gênero é moda, sempre trabalhamos mesmo sem saber o nome”. As entrevistas com lideranças antigas apontam para essa questão. Ilda Margarida, sindicalista de Pernambuco e primeira coordenadora da comissão de mulheres da Contag, afirmava que sua mobilização se dava em torno das campanhas para documentação dos trabalhadores, de carteira de trabalho, entre outros temas que diziam respeito aos trabalhadores em seu conjunto.

Cappellin (1994) aponta que, nesse contexto político de intensa mobilização popular, a aceitação da tarefa política de representação por vezes é impulsionada pela repercussão de casos de violência como, por exemplo, a morte de Margarida Alves, sindicalista assassinada em 12 de agosto de 1983 em Alagoa Grande (PB):

os muitos casos de lutas pela sindicalização das trabalhadoras rurais vem sendo ainda hoje citados para reforçar a idéia de que se candidatar e assumir um cargo sindical não é simplesmente realizar uma tarefa burocrática, nem tampouco encaminhar o atendimento assistencial. Ao contrário, é se colocar num contexto de conflito, expondo-se, na qualidade de dirigente às mais diversas pressões e represálias por parte da classe patronal. (CAPPELLIN, 1994: p. 18)

Sobre este aspecto, o caso de Margarida Alves é interessante dado que hoje seu nome é associado a garra e a coragem da mulher rural sendo, inclusive, o nome de um dos mais importantes momentos políticos e de significativa expressão, a Marcha das Margaridas, que desde 2000 acontece em Brasília com a participação de milhares de mulheres. Entretanto, sua ação política também não era voltada para as mulheres como um grupo com demandas específicas. Ou seja, naquele momento, outras questões (tais como, por exemplo, as campanhas salariais e os conflitos de terra) estavam postas para o sindicalismo rural e era sobre estas questões que a luta de Margarida Alves se debruçava. É neste sentido que o resgate de nomes como os de Elizabeth Teixeira e Margarida Alves pelos movimentos de mulheres e pelo sindicalismo deve ser compreendido sem transpor para o passado nossas atuais visões.

De acordo com Cappellin a “entrada” da mulher-trabalhadora na instância de direção das entidades sindicais, por exemplo, pode ser vista como resultado da sua socialização política:

da participação feminina na esfera sindical, por outro lado, podemos dizer que a necessidade de se criar instâncias específicas a partir de uma questão de gênero, aponta para a permanência de tensões e conflitos na relação entre os sindicatos e as mulheres. Obviamente, essa é uma observação que extrapola o sindicalismo rural e pode ser percebida em diversas esferas, mas que, no entanto, também encontra seu paralelo na estrutura sindical.

Esta comporta relações múltiplas na medida em que para a trabalhadora seu engajamento envolve a aceitação-legitimação do sistema social assim como sua incorporação lhe exige ter realizado um itinerário de aprendizado. A aquisição de conhecimentos, de orientações, de ferramentas do agir no sistema sócio-político são claros quando a trabalhadora inclui em sua prática social um projeto de adesão sindical. Este aprendizado é mais ainda enriquecido quando ela torna-se porta-voz política. Isto é, quando é eleita para o pleno exercício de um trabalho de representação. Para chegar a isto é fundamental ter tido um itinerário onde foi aprendida a lealdade de base, se realizou uma identificação com um grupo, e onde enfim, se formou um sentido de pertencimento. (CAPELLIN, 1994: p. 3)

Esse itinerário é significativo na medida em que consideramos que essa aquisição de instrumentos de conhecimentos políticos, como bem assinala Cappellin, envolve reações a diversas formas de exclusão por parte dos STRs, uma vez que estes até pouco tempo concentravam seus esforços para a defesa dos direitos dos trabalhadores em geral (tornando secundárias as demandas específicas das mulheres bem como o estímulo a uma maior participação no espaço sindical) e eram dirigidos freqüentemente por homens. Nesse sentido, a autora destaca que os exemplos familiares de militantes são de extrema importância no processo de socialização política assim como se tais exemplos são masculinos ou femininos. A partir de suas pesquisas com mulheres sindicalistas no nordeste, a memória de participação de parentes em sindicatos e na luta dos trabalhadores é um aspecto fundamental, recorrente nas falas das trabalhadoras rurais. O que por sua vez era relatado com tamanha intensidade emocional demonstrando que mais do que uma orientação ideológica, tais recordações eram também fontes de “sentimentos e sentidos”. A memória de participação de familiares, portanto, era uma constante no que concerne aos fatores que orientam o engajamento na estrutura sindical.

Destaca-se também uma questão geracional que subjaz essa relação. A noção de que se está dando continuidade a um trabalho desenvolvido por um familiar e a responsabilidade em corresponder a determinadas expectativas políticas também são fatores importantes na trajetória das sindicalistas pesquisadas por Cappellin:

Parece assim, que no sindicalismo rural as orientações sindicais se reproduzem recuperando os laços familiares. Mas ainda, há um segmento que chega a transmitir-las de uma geração para outra. (CAPELLIN, 1994: p.8)

Ao analisar a inserção das mulheres rurais no nordeste, Cappellin (1994) coloca que as sindicalistas rurais parecem iniciar sua aproximação em três épocas distintas: o fluxo teria se iniciado antes da década de 1970; prossegue aumentando entre 1970/74⁵⁵; e no período entre 1980/84 quando se inicia um processo de renovação política que “envolve uma diversificação ideológica formando uma ruptura entre a antiga geração de dirigentes e os militantes formados durante o processo de redemocratização”.

⁵⁵ Sobre este período a autora afirma que “a reconstrução do reconhecimento por parte do Estado das entidades sindicais não uniformiza o território nacional. (...) Com relação aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais até 1970 existia só 25% das entidades que hoje atuam como entidade de classe. A única exceção é Pernambuco. Neste estado já em 1970 havia 48% dos sindicatos com a carta sindical depositada no Ministério do Trabalho” (p.12)

1.5. A crítica à estrutura sindical: confluências e conflitos

Embora a CONTAG tenha aprovado uma tese em seu IV Congresso, em 1985, que garante seu apoio e incentivo à participação das mulheres na estrutura sindical, ao analisarmos a forma como a questão foi incorporada às questões políticas mais amplas, percebemos que esse é um processo ascendente, que toma fôlego com os anos, mas que é carregado de conflitos. Paulilo (2003) aponta que a adesão das mulheres rurais à idéia de que são produtoras rurais é um fato surpreendente, uma vez que houve um aumento bastante significativo tanto do número de mulheres associadas quanto daquelas que têm os seus documentos todos em ordem.

Associar-se ao sindicato representava em si uma novidade significativa na medida em que rompia, em certa medida, com a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres reforçando sua identidade como “trabalhadora rural”. Ao mesmo tempo, endossava os conflitos internos ao sindicalismo rural nesse período com o crescimento das oposições sindicais e da criação da CUT em 1983. Essa diferenciação entre os sindicatos pelegos e os sindicatos combativos foi habilmente utilizada pelas mulheres, denunciando aqueles que se recusavam a associá-las⁵⁶. O relato de Maria da Penha⁵⁷, liderança do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano na década de 1980, é revelador:

Nos sindicatos mais combativos as mulheres não encontram grandes problemas para se associar, porém aqueles sindicalistas que percebem a ação combativa das mulheres e não estão dispostos a mudanças, principalmente os pelegos, não aceitam a sindicalização da mulher alegando que a lei não permite, que a mulher é dependente do marido, que não há necessidade de se associar porque já tem os benefícios garantidos, que a mulher não é trabalhadora rural. E por aí a fora vão as desculpas para afastar as mulheres do seu órgão de classe. Os pelegos chegam ao absurdo de caracterizar a campanha de sindicalização como um conflito entre homem e mulher, fazendo propaganda que se os maridos deixam as mulheres entrar nos sindicatos estão arriscando a por um fim no casamento. Em nossa região já encontramos dificuldades em pelo menos quatro sindicatos, mas as mulheres não desistiram. Ficaram até seis meses insistindo com reuniões, documentos e idas à capital, até conseguirem o direito à sindicalização. (Anais do MMTR-NE, 1987: pág. 34)

Não obstante, Paulilo (2004) nos lembra de uma questão fundamental: não confundir sindicalização com militância política. É nesse sentido que os processos de socialização política nos ajudam a compreender melhor essa face do engajamento na política sindical:

A luta das mulheres para serem consideradas “produtoras rurais” não significa necessariamente uma busca de mudança nas relações entre marido e mulher, do mesmo modo que, o trabalho fora de casa não torna as mulheres automaticamente mais independentes de seus maridos e atuantes politicamente. Mesmo uma forte consciência das desigualdades de classe não leva, por adição, a uma preocupação

⁵⁶ Uma música do MMTR-NE, ilustra bem esta questão. A letra diz: “Olê Mariê, Olê Mariá/mulher sai dessa cozinha, vem ocupar teu lugar/sindicato de pelego não quer te associar!”. (MMTR-NE, 1988)

⁵⁷ Maria da Penha era uma sindicalista paraibana que, como Margarida Maria Alves, figurava na lista das pessoas “marcadas para morrer”. Em 1991, faleceu em um acidente de carro nos arredores de João Pessoa.

semelhante com a desigualdade entre os gêneros. (PAULILO, 2004: p. 12)

Para Cappellin (1994), a ação política – e a não ação – não responde somente à posição das pessoas no sistema de interesses na sociedade, nem tampouco há uma perfeita coincidência entre posição de classe e consciência política. Por essa razão, a socialização política deve ser considerada como

um conjunto diversificado de processos, influências e de fatores que entram a compor a adesão dos indivíduos à um sistema de regras político-sociais. A aceitação da instituição, as modalidades de percebê-las e as maneiras de relacionar-se a elas, fazem parte deste aprendizado (CAPPELIN, 1994, p. 3)

Sobre esse aspecto, Cappellin (1994) assinala que um evento importante nesse processo de socialização política remete à fase que indica certa “maturidade da aprendizagem política” da trabalhadora e que se traduz na sua candidatura na eleição sindical:

Para a trabalhadora, a perspectiva política se sobrepõe à sua identidade profissional, e mais ainda às responsabilidades “privadas” na domesticidade. Assim colocando-se disponível para concorrer nas eleições ela assume como desafio uma nova articulação entre três espaços de relações inter-pessoais onde o debate de gênero é diferentemente assumido: a entidade sindical, o trabalho e a família (CAPPELIN, 1994, p. 15).

De acordo com a autora, é no período entre 1987 e 1991 que a presença de dirigentes mulheres se torna mais significativa. Entretanto, destaca-se que este período é marcado por conjunturas próprias⁵⁸. O movimento sindical emergia como interlocutor, junto com partidos políticos e grandes instituições tais como a Igreja Católica, os movimentos populares e ONGs, na elaboração da Constituição. Em tal contexto, as eleições nas organizações sindicais contavam com um clima mais rico de mediações e interferências buscando ampliar a dimensão das discussões sobre a participação no movimento sindical. Por outro lado, outros temas também emergem na agenda sindical uma vez que o mundo do trabalho surge como um cenário em crise⁵⁹. A diversidade de orientações ideológicas teria colocado em cheque a hegemonia da geração de dirigentes formados ao longo do período anterior à redemocratização. Segundo Cappellin, é nesse processo, e dada a acirrada concorrência de projetos, que uma parte importante da geração de militantes que se formou ao longo do período da efervescência dos movimentos populares irá se mobilizar politicamente no interior das oposições sindicais.

No entanto, ainda que as oposições sindicais representassem nesse momento um importante interlocutor, a participação das mulheres assumia um caráter ambíguo. Certamente uma importante conquista, porém com ares de “permissão”. Na forma de se colocar, de falar, na sua postura, na forma de argumentar. Em diversos aspectos, a inserção das mulheres se confrontava com barreiras invisíveis. O lugar da mulher no meio rural, como espaço

⁵⁸ Após as pesquisas realizadas por Cappellin, os estudos sobre a entrada significativa de mulheres no sindicalismo rural tem se pautado pelo enfoque nas questões de gênero sem, contudo, lançar luz sobre este aspecto fundamental trabalhado pela autora. Tal fato aponta para a necessidade de um resgate neste sentido.

⁵⁹ Temas como a revisão da legislação de trabalho, a modernização tecnológica, a política salarial e a transformação da agricultura frente ao complexo agro-industrial, passam a compor a agenda sindical.

controlado político e socialmente, trazia também barreiras mais nítidas. Se, nesse percurso, a mulher rural precisava adquirir uma série de instrumentos que a inserisse nas instâncias sindicais, participar de um espaço masculino trazia o risco de ficar “falada”.

Como afirma Abreu e Lima (2006), o entendimento generalizado era de que a responsabilidade da mulher era na família, com os filhos, com o lar, e, assim, “para os sindicatos sua ausência não era sentida nem questionada no movimento”. Junto a essas questões que se referem ao percurso interno e ao engajamento político e o controle social sobre a sua participação, as demandas das mulheres eram percebidas por aqueles que as viam (homens em sua maioria) como possibilidades de divisão do movimento. Segundo Abreu e Lima:

A discriminação e as lutas específicas das mulheres eram tratadas como sendo a “questão da mulher”, uma luta a mais para elas encaminharem, incômodas para o movimento, pois corria o risco de dividi-lo. Entretanto, se havia a necessidade de que elas se reunissem para tratar dessas questões, poderiam ficar isoladas em seus reclamos, sem conseguirem sensibilizar os homens, e mesmo outras mulheres, para um encaminhamento conjunto (ABREU E LIMA, 2006: p. 113)

Ao mesmo tempo em que o contexto político à época da redemocratização contribuiu para legitimação e institucionalização da participação política das mulheres, esses fatores legitimariam a formação de um espaço independente das organizações mistas capaz de formar e “capacitar” a intervenção política das mulheres bem como criar possibilidades concretas de se romper com a desigualdade no interior dessas organizações ampliando sua representatividade.

De acordo com Navarro (1996), a discussão que teria se instalado naqueles anos era se as mulheres concordavam ou não com a natureza das propostas de luta e da viabilidade de serem tais objetivos alcançados em organizações, como o MST e os sindicatos, uma vez que estes eram amplamente dominados por homens e que, geralmente, compreendiam suas reivindicações necessariamente conformadas pelas reivindicações maiores dos trabalhadores em geral. Segundo o autor, “uma velha questão, portanto, que logo se instalou internamente a estas organizações, estimulando o debate sobre as especificidades das lutas das mulheres, sua prioridade em relação às outras lutas e a necessidade (ou não) de um movimento autônomo”. (NAVARRO, 1996, p. 100)

O relato⁶⁰ de Manoel Santos é significativo nesse sentido. Isto é, apesar do apoio à organização das mulheres e da sua influência para a aprovação da tese no IV Congresso da Contag, sua avaliação em relação à organização das trabalhadoras “por fora” da estrutura sindical é reveladora das tensões entre as duas instâncias:

Manoel: Como as mulheres foram caminhando, foi surgindo também outras propostas de organização própria, específica, por fora do sindicato, formando movimentos independentes. E aí nós começamos a ter dentro do próprio grupo que apoiava a organização das mulheres, divergências em relação à forma de como encaminhar as lutas. Eu sempre fiz parte do grupo que achávamos que a mulher trabalhadora rural, ela deveria ter sua reivindicação específica, debater na assembléia do sindicato com as suas propostas no sindicato, na federação e na CONTAG, mas sempre achei que o movimento

⁶⁰ Entrevista realizada na sede da Contag em 2007.

específico de mulheres por fora do sindicato, não dava a elas uma oportunidade de crescimento mais amplo, de consolidar a sua reivindicação, porque afinal de contas o que as mulheres precisavam era de afirmar suas reivindicações, garantir seus espaços a partir de uma instituição já existente, como os sindicatos, partidos políticos, que foram sendo criados, e o movimento particular, específico das mulheres, por fora dessas instituições eu achava que não dava às mulheres o mesmo espaço das mulheres crescerem dentro do campo institucional. Então, eu entendia que era um direito que nós devíamos respeitar, com a diversidade de opinião, então na verdade esse processo foi se consolidando, nos sindicatos, na federação e depois na Contag. E eu continuo com a mesma avaliação de que não deixa de ser importante a organização específica das mulheres por fora dos sindicatos. Mas eu não tenho nenhuma dúvida de que as mulheres avançaram mais dentro do sindicato, das federações e da Contag.

Caroline: Por quê?

Manoel: Porque quando se discute política de acesso à terra, de crédito, de assistência técnica, então essas políticas são para o conjunto dos trabalhadores e todas essas políticas precisam ter um corpus (?) específico para o fortalecimento do acesso das mulheres nessas políticas. É muito difícil as mulheres fazerem o caminho de acesso às políticas públicas educação, saúde, crédito, de acesso à terra por uma via exclusiva de um movimento de mulheres sem a sua organização de classe que é o sindicato. Então nós tivemos aí, no próprio estado de Pernambuco, e a partir do meu pólo, que é o Pólo Sertão Central e existência de dois movimentos, ainda hoje continua, as companheiras cresceram e se articularam no nordeste inteiro. Agora, com todo respeito, eu acho que elas não conseguiram ter a mesma dimensão e a mesma influência, as que ficaram no movimento fora e as que vieram pra cá. Depois eu fui pra Federação, e na Federação continuei defendendo a tese que defendo também depois que vim pra Contag, que o movimento deve ser um movimento de afirmação da cidadania da mulher, mas dentro de uma visão de construir coletivamente, homens e mulheres.

1.6. A Fetape e sua importância no sindicalismo brasileiro

Segundo Grynszpan (1998), as décadas de 1950 e 1960 se caracterizaram pelo reconhecimento dos conflitos no campo como uma questão política e não mais de polícia, passando pela inserção do campesinato via sindicalização e extensão da legislação trabalhista ao campo e pela eliminação do latifúndio por meio de uma reforma agrária. O Nordeste, região fortemente associada à noção de atraso e marcada pela concentração de terras, viu nesse período a emergência de uma mobilização que marcou a história e a memória da história dos trabalhadores rurais – as Ligas Camponesas. De acordo com Novaes (2001):

ainda que importados, e resultantes de uma transposição mecânica de conceitos cunhados em outras realidades sociais, os termos

“camponês” e “campesinato” naqueles anos ganharam existência social. Enfeixando termos de circulação restrita (morador, colono, matuto, caboclo, lavrador, etc), tornando-se parte integrante do vocabulário político, a designação camponês favoreceu a superação do localismo e permitiu a disseminação de uma palavra de ordem que unificava interesses comuns: a reforma agrária. (NOVAES, 2001: p.232)

Neste período, a expansão do comércio do açúcar teria contribuído para que proprietários ameaçassem de expulsão *moradores* e *foreiros*⁶¹ com a finalidade de expandirem sua área cultivada de cana. Em Pernambuco, na cidade de Vitória de Santo Antão, na zona da mata, uma associação de moradores do engenho Galiléia ameaçados de expulsão se tornou um ícone das reivindicações por reforma agrária na região e logo foram associados às Ligas Camponesas, que haviam sido formadas pelo Partido Comunista na segunda metade da década de 1940, e acabaram por assumir oficialmente a denominação.

De acordo com Rosa (2004), para além dos objetivos iniciais, as Ligas tornaram-se lentamente uma expressão simbólica do debate sobre a ação política no campo, emblema da luta pela terra, da luta pela reforma agrária. Não obstante, seu espectro gerou uma reação em cadeia, arrebatando também grupos da Igreja Católica, temerosos do “perigo comunista” e passaram a apoiar e financiar a criação de sindicatos de trabalhadores rurais no Nordeste. Segundo o autor, “da mesma forma, organizar os trabalhadores em sindicatos (laicos) foi a saída vislumbrada pelos grupos de esquerda que discordavam da representatividade nacional das Ligas e de seus métodos de ação”. Novaes (2001) afirma que enquanto as Ligas foram destruídas, a organização sindical dos trabalhadores rurais foi preservada:

É verdade que os sindicatos também sofreram intervenções e ficaram sob vigilância. Também é verdade que a repressão desencadeada sobre os trabalhadores rurais atingiu também certos sindicatos de padre, como eram chamados os sindicatos fundados com o apoio da Igreja católica. Mas, ao preservar a organização sindical, forjou-se a censura sobre as Ligas. (...) Na prática, aos dirigente sindicais – que se voltaram ou nesses anos se vincularam aos sindicatos – coube a tarefa de construir a credibilidade à “lei do sindicato”. O contexto exigia grande ênfase nas diferenças entre Ligas do pré-64 e sindicatos legalmente reconhecidos. Insistia-se no fato de que a organização sindical estava em conformidade com as leis vigentes no país. (NOVAES, 2001: p. 241)

Tratava-se, portanto, de fortalecer a representação sindical a partir da transformação dos dispositivos legais em instrumentos de luta sem, contudo, se confrontar diretamente com o regime militar. No lugar de “camponês”, entra a consolidação da categoria “trabalhador rural” que, durante esse período até a reabertura política, agregaria uma diversidade de experiências a partir, sobretudo, da ação política da Contag.

⁶¹ “Na área açucareira ainda há um grupo econômico que a usina vem eliminando, mas que teve na primeira metade do século XX relativa importância e, em certas áreas, até uma grande importância – a dos foreiros. Estes surgiram ainda na época da escravidão e eram homens que viviam em áreas mais distantes dos engenhos, cultivando lavouras de subsistência e pagando ao proprietário um pequeno aluguel anual. Nas épocas de maior trabalho nos engenhos – plantio e colheita – costumavam os foreiros dar aos proprietários alguns dias de trabalho por semana, às vezes gratuitos, às vezes por ínfimos salários; era a “condição” ou o “cambão” que, segundo Lacerda de Melo, assemelhava-se à corveia medieval. Por isto são os foreiros, às vezes chamados de moradores de condição.” (ANDRADE, 1973: p. 121)

Como aponta Rosa (2004), tanto a Contag em 1963 quanto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco em 1962, surgiram da coalizão entre católicos e comunistas e de concepções teóricas sobre o papel do campesinato nos processos de mudanças social. De acordo com o autor, “passou-se a situações concretas nas quais o sindicalismo de trabalhadores rurais ocupou, por motivos distintos, um lugar de destaque nas pautas de grupos religiosos e políticos”. Em 1963, a eleição de Miguel Arraes como governador do estado, teria representado um período marcado pela institucionalização dos conflitos entre trabalhadores e patrões.

Ainda que outrora tenha apoiado a ação das Ligas, neste período Arraes e seu grupo político já estariam convencidos de que a saída democrática e não violenta para os conflitos em Pernambuco passava pela institucionalização dos sindicatos. Callado (1979) mostra que esse período que antecede o golpe de 64 ficou conhecido como o *tempo de Arraes*, um tempo no qual as Ligas foram enfraquecidas e os sindicatos, com amplo apoio do governo, romperam, dentro do possível, com as velhas relações de subordinação⁶².

Em 1964, logo após o golpe, o governo militar decretou a intervenção na CONTAG e em sindicatos de todo o país, afastando as diretorias eleitas. A intervenção durou até 1967, quando um grupo liderado por um sindicalista pernambucano, cuja formação política se deu nos grupos de evangelização rural, disputou e venceu o interventor em uma eleição para a diretoria da confederação. Desde aquele evento, quando se desafiou a ordem imposta pelo governo ditatorial, o sindicalismo rural de Pernambuco tornou-se uma referência para todo o país. Rosa (2004) argumenta que em ambas as instâncias (Fetape e Contag), os sindicalistas da zona canavieira de Pernambuco exerciam papéis fundamentais, uma vez que durante todo o período do governo militar, a Contag foi presidida por um sindicalista da Zona da Mata, e mantendo-se nesse cargo até o começo dos anos 1990.

De acordo com Rosa (2004), as greves de 1979 serviram como um sinalizador da capacidade da Fetape em mobilizar a enorme massa de trabalhadores da cana, tendo grande repercussão na Contag que, por sua vez, propagava e reafirmava o caráter exemplar das ações promovidas naquela região pelos quatro cantos do país. Assim, o sucesso alcançado pela federação levou sindicalistas de todo o país a visitarem a zona da mata no período em que eram realizadas as campanhas salariais, para aprenderem como se organizavam greves.

Nesse sentido, os sindicatos de trabalhadores rurais em Pernambuco consolidaram-se como o principal instrumento para a extensão de direitos trabalhistas (SIGAUD, 1979; ROSA, 2004). Como veremos, essa relação entre a Fetape e a Contag se manteve, pelo menos até o ano de 2007 (período analisado nesta dissertação), estabelecendo uma forte influência em suas deliberações, reiterando a proeminência da Fetape no sindicalismo rural bem como consagrando nacionalmente seus dirigentes.

1.7. Mobilização, organização e representação política das trabalhadoras rurais em Pernambuco

As transformações políticas que marcaram a década de 1980 foram intensamente sentidas pelo sindicalismo rural (FAVARETO, 2006; RICCI, 1999, MEDEIROS, 1989). A

⁶² Mesmo depois de décadas do que ficou conhecido como o *tempo de Arraes*, a referência a esse período e à relação estabelecida entre a Fetape e Miguel Arraes ainda é frequente nas comunicações da federação. Não obstante, é relevante o fato de o atual governador do estado (em sua segunda gestão), Eduardo Campos, é neto de Arraes. O tom é distinto ao daquela época e a crítica revela as tensões do momento político recente. No entanto, mobilizam simbolicamente aquela que já foi uma relação importante na política sindical da Fetape. O legado da Federação na organização dos trabalhadores rurais e na conquistas de direitos é, assim, reiterado ainda que de modo implícito. Ver no Anexo I duas comunicações exemplares sobre este aspecto.

reorganização das instituições e entidades políticas no início do processo de redemocratização teve grandes momentos de mobilização dos trabalhadores tanto rurais quanto urbanos⁶³. No caso do sindicalismo rural em Pernambuco, essas mudanças podem ser mais bem compreendidas se analisarmos a atuação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco nas diferentes regiões do estado, posto que os conflitos em cada uma delas possuem características bem específicas e que se refletem na política da federação.

Se partirmos da premissa de que é fundamental aliarmos um contexto mais amplo de transformações sociais com possibilidades locais de organização, o caso de Pernambuco nos parece exemplar nesse sentido, uma vez que podemos nos perguntar por que as primeiras iniciativas de organização de mulheres acontecem no Sertão⁶⁴ do estado e não na Zona da Mata, onde a forte atuação da federação nos períodos das greves dos canavieiros em 1979 e no início da década de 1980 fez da Fetape⁶⁵ uma vitrine de ação política para muitos outros estados. (MEDEIROS, 1989, SIGAUD, 1980, 1979)

Autoras como Cordeiro (2004) e Abreu e Lima (2003) apontam que uma forte seca entre os anos de 1979 a 1984, impulsionou a organização das mulheres, pois muitas se tornaram, nesse período, “chefes de família” condição assumida pela ausência dos maridos que, sem trabalho, migravam para outras regiões do estado e do país. Assim, a visibilidade da organização dessas mulheres teria se dado a partir da luta pelo direito de se alistar nas Frentes de Emergência⁶⁶ do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)⁶⁷. Entretanto, uma questão se coloca: porque em outros períodos de seca (sem dúvida este não foi o primeiro) essa mobilização não aconteceu? Cordeiro (2006) aponta essa seca como um aspecto fundamental dado que, em momentos de forte seca, é comum a migração dos homens para outras regiões em busca de trabalho. A questão acima nos aponta então para outra, de cunho sociológico: Quais são os elementos que, neste momento, não apenas mobilizam as mulheres em torno de uma demanda imediata, mas as transformam em uma reivindicação coletiva resultando na organização de movimentos de mulheres com bandeiras mais amplas, que passam pela construção da noção de direitos e pelo seu reconhecimento político como trabalhadora rural?

Parte de um processo lento de retorno dos trabalhadores rurais à cena política, o início da organização de mulheres rurais neste estado comunga de características que estão além dos efeitos das secas⁶⁸. A partir da análise dos relatórios dos primeiros encontros e reuniões com

⁶³ Refiro-me aqui, entre outros tantos momentos de mobilização popular, ao surgimento do novo sindicalismo que repercutiu incisivamente tanto no meio rural quanto no urbano.

⁶⁴ O Sertão se refere a uma vasta região geográfica no Nordeste, com clima semiárido, a vegetação característica é a caatinga e as secas são um fenômeno ambiental recorrente. Cordeiro (2006) lembra também que o termo também é utilizado como sinônimo de um lugar marcado pelo atraso, pelo conservadorismo e pelo subdesenvolvimento: “dessa região se conhece, sobretudo os baixos indicadores sociais tais como a fome, o analfabetismo, a mortalidade infantil, doenças endêmicas e baixa expectativa de vida”.

⁶⁵ A FETAPE representa cerca de dois milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo Estado. São mais de 800 mil filiados em 177 Sindicatos distribuídos na Zona da Mata, Agreste e Sertão. A FETAPE organiza-se com assessoria e infraestrutura em dez pólos dos quais cinco ficam no sertão: (1) Mata Sul, (2) Mata Norte, (3) Agreste Meridional, (4) Surubim, (5) Caruaru, (6) Sertão Central, (7) Sertão do Pajeú, (8) Sertão do Araripe, (9) Sertão do São Francisco e (10) Sertão do Submédio São Francisco (Petrolândia). Fonte: Fetape, 2006

⁶⁶ As Frentes de Emergência eram programas executados nos períodos mais críticos das secas e consistiam em obras de pequeno e médio portes em grandes propriedades. Vale destacar que, em anos anteriores, as frentes se destinavam, sobretudo, à realização de grandes obras públicas. Assim, as frentes de emergência desse período teriam ficado conhecida como a “frente dos patrões” (ALMEIDA, 1999)

⁶⁷ Essa denominação data de 1945. Entretanto, existia desde 1909 a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que também teve outras denominações até chegar à DNOCS.

⁶⁸ Sobre este aspecto, Cícera (ex-integrante do MMTR-Ne e atualmente na Fetape) diz que “da zona da mata as pessoas não têm iniciativa porque estão habituadas à dinheiro enquanto no agreste as mulheres se sensibilizam mais para a organização.

mulheres no sertão de Pernambuco o que se percebe, a princípio, é que neles aparece com frequência a “necessidade da organização” como uma questão. Porém, não aparece nesses primeiros momentos um objetivo claro e impulsionador da organização. O que nos mostram os documentos contidos nos arquivos da Fetape, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Polo Sindical Sertão Central e os depoimentos de Vanete Almeida⁶⁹, uma importante assessora da federação no Polo Sindical do Sertão Central em Serra Talhada, é a necessidade de se “fazer um trabalho com as mulheres” com o objetivo de identificar questões comuns às mulheres daquela região evidenciando uma iniciativa da Fetape nesse sentido.

Vanete Almeida não era trabalhadora rural e não começa seu envolvimento com o movimento sindical por conta de questões específicas de mulheres. No fim da década de 1970 e início da década de 1980, Vanete atuava junto a setores da Igreja Católica e, conhecida como uma liderança local acaba sendo convidada por Euclides Almeida Nascimento, ex-presidente e na época diretor da Fetape, para realizar um trabalho de organização sindical na região, tornando-se assessora da Fetape no Polo Sertão Central. Vanete Almeida pertencia ao grupo de oposição sindical que começava a tomar fôlego no início dos anos 1980 e que encontrava entradas políticas importantes nessa região do sertão. Em 1999, Vanete Almeida publica “*Ser mulher num mundo de homens*”, livro em que descreve suas vivências no movimento sindical e na luta pela ampliação da participação de mulheres. De acordo com Vanete, Euclides considerava perigoso desenvolver qualquer atividade com os trabalhadores rurais sem o amparo de uma entidade em um período ainda marcado pela forte repressão política:

Eu podia ser presa a qualquer hora. Ele achava um absurdo que isso pudesse acontecer comigo, pois considerava o trabalho que eu fazia muito importante para os trabalhadores. Meu trabalho tinha que ser legalizado. Eu deveria ter uma entidade que me protegesse. (ALMEIDA, 1999: p.106)

Após sua entrada no mundo sindical, Vanete conta que a única certeza que tinha era o seu “compromisso com a justiça”. Toda a organização e legislação sindical eram completamente desconhecidas para ela e diz que por quase dois anos, durante as discussões, permanecia calada e apenas observava:

A partir dessa firmeza, eu fui me situando, tentando aprender e também compreender quem era quem ali dentro. Quem tinha poder e quem não tinha. Quem tinha compromisso e quem não tinha. Assim, ao mesmo tempo em que o trabalho na Fetape me abriu um grande espaço no meio dos trabalhadores, possibilitou-me também a noção da existência do poder no meio sindical. Dentro da Fetape, desde muito cedo, fui-me situando no bloco da oposição. Apesar disso, sempre fui muito respeitada. Sempre busquei uma posição correta e justa, mesmo desagradando quem estava no poder e na direção. Nunca me omiti, nunca tive medo de participar de greve no campo ou de manifestações junto aos órgãos governamentais, na defesa dos interesses dos trabalhadores. Mas, nunca me envolvi nas disputas pelo poder, dentro da Fetape. Minha atuação sempre foi junto aos trabalhadores. (ALMEIDA, 1999: p.107)

⁶⁹ De acordo com Vanete Almeida e com as entrevistas realizadas com lideranças do MMTR-NE que na época compunham o MMTR-Sertão Central, Manoel Santos teria sido um dos principais apoiadores da organização das mulheres.

Nessa época, Manoel Santos, que depois se tornou presidente da CONTAG, era presidente do sindicato de Serra Talhada e compartilhava de um crescente movimento que pautava a necessidade de se democratizar a estrutura do movimento sindical. Entretanto, desde este período, coloca que percebia ausência absoluta de mulheres no sindicalismo. Em reuniões com oitenta, cem pessoas, não havia mulheres. Vanete diz que sempre foi respeitada, mas que, não obstante, era a única mulher. Seu contato com outras mulheres se dava apenas quando as reuniões aconteciam nas casas dos trabalhadores:

Eu ficava na sala, discutindo com os seus maridos, irmãos ou filhos e elas escondidas em outras partes da casa. Quando terminava a reunião, eu ia nos quartos ou na cozinha e conversava um pouco com elas. Às vezes, eu ousava mais. Sentava na mesa com os homens e perguntava porque as mulheres não estavam ali também. Eles me respondiam que elas estavam ocupadas, servindo a mesa e, por isso, não podiam se sentar ali. Essa situação foi me angustiando cada vez mais. Eu precisava fazer alguma coisa. (...) Conversava com elas sobre a seca, sobre como gostariam que fossem as coisas. Perguntava porque elas não participavam das reuniões no sindicato. Porque não participavam das reuniões realizadas em suas próprias casas. Porque nem mesmo apareciam na sala. Mas eu não desistia. Começamos a fazer reuniões com quatro ou cinco mulheres e, às vezes, os homens também vinham. Eles não deixavam elas virem sozinhas. Achavam tudo aquilo muito esquisito. Diziam: Que história é essa de mulher participar de reunião? Mulher não sabe de nada! Então, ao mesmo tempo, fui travando também, dentro dos sindicatos, discussões com os dirigentes sobre a importância da participação da mulher. (ALMEIDA, 1999: p.119)

A primeira reunião acontece em dezembro de 1982 com pouco mais de dez mulheres. Porém, em 1984 é realizada uma segunda reunião de base em torno da questão da seca que surge então como uma demanda objetiva e, naquele contexto, com questão específica das mulheres, uma vez que estas eram excluídas da participação nas Frentes de Emergência. Segundo Vanete, o trabalho tem que ser de “formiguinha” e, por esse motivo, entre esses períodos buscava trazer as mulheres para se reunirem.

A inclusão nas frentes (que alistavam apenas homens) se tornou uma bandeira que, articulada aos sindicatos, impulsionaria o processo em curso, de crescente oposição a algumas lideranças que começavam a distinguir os sindicatos em “combativos” e “pelegos”. Parte da dinâmica política que daria o tom da década de 1980, tal distinção acabaria por encontrar na organização das mulheres do sertão pernambucano um importante aliado político. Na concepção desses movimentos, “sindicatos combativos”⁷⁰ seriam aqueles que se mostravam parceiros e apoiavam a efetivação das demandas das mulheres, na medida em que, baseados numa proposta menos hierarquizada de estrutura sindical, contribuiriam para a inserção política das mulheres. Assim, no ano seguinte, em 1983, ainda sob a forte seca que assolava a

⁷⁰ É importante ressaltar que o significado de “combativo” neste contexto guarda diferenças em relação à conotação utilizada em meio às disputas mais amplas no âmbito do sindicalismo. Trata-se, sobretudo, do reconhecimento por parte de certos sindicatos, ou ainda da parte de alguns dirigentes sindicais, das demandas apresentadas pelas trabalhadoras rurais. “Combativo”, por tanto, se torna uma forma de distinção entre aqueles que apoiam as lutas encampadas pelas mulheres e os que criam barreiras tanto à sua participação na estrutura sindical quanto à sua organização em movimentos independentes.

região, Vanete conta que foi produzido um documento denunciando a exclusão das mulheres nas frentes de emergência. E mais, foram os homens que denunciaram:

Nas épocas de seca a maioria dos homens vai procurar trabalho em outros lugares. As mulheres tornam-se, provisoriamente, chefes de família. Além disso, mesmo que uma família tivesse um homem alistado na frente de emergência, a remuneração é pequena demais. A situação era tão grave, que foram os próprios homens que denunciaram a discriminação através de um documento intitulado “Mulheres excluídas do Plano de Emergência”, que foi enviado para o governo, jornais, OAB, em 11 de julho de 1983. Este documento teve uma repercussão enorme. (...) Quando, finalmente, o governo passou a alistar mulheres nas frentes, queriam que elas fossem cozinhar para os homens. Mas elas não queriam isso. Elas queriam trabalhar diretamente nas obras. Pressionaram e conseguiram. Os homens não acreditavam que elas eram capazes de fazer um barreiro. As mulheres deram a resposta: começaram a fazer barreiros igual aos homens e até melhor. (ALMEIDA, 1999: p.120)

Neste momento, o Polo Sindical do Sertão Central teve uma contribuição importante ao lançar mão de seu programa de rádio – *A Voz do Trabalhador Rural* – que ia ao ar todos os domingos e contava com trinta minutos de duração. Abaixo temos alguns fragmentos que foram registrados pelo MMTR- Sertão Central⁷¹:

Atenção, muita atenção, mulheres trabalhadoras rurais de Caiçarinha da Penha, a equipe do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Serra Talhada lembra a todas vocês que amanhã às nove horas haverá reunião!

Atenção Dona Januária, Dona Rosa de São José de Cima, Dona Leonor e Dona Maria caiçarinha, Dona Luzinete, Ana Maria de Lira da Conceição de Cima, Alice Penha, Josefa e Luzia, de Conceição de Cacimbinha, contamos com a presença de vocês e das companheiras que vocês convidarem!

Apesar do curto tempo da programação, este foi um instrumento de suma importância na medida em que divulgava notícias sobre a participação das mulheres nas frentes de emergência⁷², convocava as reuniões e dava todas as informações referentes à data, hora e local onde estas aconteceriam. Vanete conta que:

A gente conseguia criar um clima tão animado e contagiante no programa que a quantidade de mulheres nas reuniões ia aumentando cada vez mais. Sempre chegavam mulheres que tinham ouvido o nome de alguma conhecida no rádio. O rádio ainda é o meio de comunicação que mais atinge os trabalhadores. O ouvinte não precisa saber ler. No auge do nosso programa, muitas vezes, algumas famílias se reuniam para ouvi-lo na casa de alguém que tivesse rádio. Nessa época, o delegado sindical de Caiçarinha da Penha, de nome

⁷¹ *Uma história de mulheres*. MMTR-Sertão Central (2004).

⁷² Ver fotos no Anexo II.

Raimundo Aquino, demonstrou uma sensibilidade maravilhosa. Compreendeu a importância da participação das mulheres e começou a estimulá-las a comparecerem às reuniões. Ele foi brilhante e até hoje ainda é, no apoio às mulheres. (Almeida, 1999: 120)

Neste ponto, cabe caracterizar o sindicalismo que se constituiu no sertão pernambucano, a fim de compreender alguns aspectos relevantes para o surgimento e desenvolvimento das organizações de mulheres. Segundo Maria do Socorro de Abreu e Lima (2003), a grande atividade levada no Agreste e no Sertão foi a fundação ou reorganização dos sindicatos, a partir, principalmente, “da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, em 1971, cujo financiamento vinha do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural, FUNRURAL”, estabelecendo convênios. Desse modo, o Estado passou a estabelecer convênios com os sindicatos para atividades de previdência social. De acordo com a autora,

O FUNRURAL incentivou a formação de sindicatos, principalmente no Sertão, muitos dos quais agiam como se fossem repartições públicas. Se, de um lado, aumentou o número de sindicalizados que, de certa forma, saíram da total dependência em relação aos patrões; de outro levou muitas entidades a ficarem cada vez mais distantes do seu papel de organizadoras das lutas de sua categoria, limitando-se a ações burocráticas e assistenciais. Mas eram também encaminhadas reivindicações em torno da questão do crédito, de uma política agrícola justa para o pequeno produtor, da comercialização, além do direito à previdência social para o trabalhador do campo em alguns sindicatos (ABREU E LIMA, 2003: p. 159).

Diferente de outras regiões do estado, os membros dos sindicatos eram basicamente pequenos proprietários e pequenos produtores, geralmente sem terra própria e trabalhando no sistema de parceria. O número de trabalhadores assalariados é reduzido nesta região, dado importante para compreendermos a diferença entre as lutas levadas à cabo na zona da mata e as demandas dos trabalhadores do sertão. Estes sindicatos lidavam com uma variedade de questões que iam desde a luta pela terra e defesa de uma política de preços mínimos, a problemas de grilagem, má administração de projetos de irrigação, e mesmo questões salariais, embora este último em menor número (ABREU E LIMA, 2003). Segundo a autora, no caso específico das Frentes, eram comuns irregularidades nos contratos como, por exemplo, o alistamento de trabalhadores que não tinham real necessidade e que dividiam o salário com grandes fazendeiros da região. Essas questões também eram levadas à frente pelos sindicatos encaminhando reclamações dos trabalhadores que, por vezes, acabavam demitidos. (ABREU E LIMA, 2003)

Se as Frentes de Emergência⁷³ e outros programas criados não só pelo DNOCS, mas também por órgãos como a SUDENE, já eram geradores de muitos conflitos entre trabalhadores e proprietários rurais, esse novo contexto (já marcado por um crescente movimento de oposição sindical) situaria essa característica local na política mais ampla onde a Fetape começava também a encontrar oposições internas, contribuindo para o surgimento de novas lideranças no Estado, entre elas, Manoel Santos⁷⁴. De acordo com

⁷³ Refiro-me aqui à diversas ordens de projetos de obras em toda região nordeste.

⁷⁴ De acordo com Abreu e Lima “As lutas organizadas no Sertão tiveram um caráter muito amplo e contaram com a direção dos sindicatos e da FETAPE. Apesar da efetiva participação de antigos dirigentes, como no caso de Afogados da Ingazeira, os novos tiveram bastante destaque. Sob o título “CUT quer fazer o Sertão virar

Cappelin (1987), esse contexto de reorganização do movimento sindical teria fomentado a demanda de um maior espaço de expressão político institucional que, por consequência, acabava por questionar a legitimidade de antigas lideranças.

Outro aspecto fundamental se impunha nesse momento e que aliado à demanda pelas Frentes de Emergência, viria a definir o caráter da participação política das mulheres até os dias atuais. A impossibilidade⁷⁵ das mulheres se associarem nos sindicatos viria, ainda que com alguma resistência, ser uma das pautas colocadas por essa nova proposta política presente nas oposições sindicais. É importante ressaltar que a participação efetiva e legítima da mulher no movimento sindical torna-se uma “questão” muito lentamente. Entretanto, desde os primeiros momentos, ainda durante as reuniões de base, fica evidente a importância dos sindicatos como espaço de representação política. Assim, as lutas nas frentes de emergência acabam por impor duas demandas correlatas.

Em primeiro lugar, uma reconfiguração nas tarefas assumidas por mulheres, ou seja, a participação efetiva nas frentes acabaria também por alterar papéis tradicionalmente diferenciados e hierarquizados entre homens e mulheres. A ideia corrente do trabalho invisível da mulher ou ainda desse trabalho ser visto como “ajuda” ou complementar ao trabalho do marido se torna um obstáculo para dar sentido tanto à sindicalização da mulher quanto à sua identificação como trabalhadora rural. Dessa forma, busca-se também reforçar a identidade de *trabalhadora rural*⁷⁶, categoria ampla que buscava abarcar as diferentes formas de inserção das mulheres na força de trabalho.

Em segundo lugar, a luta pela ampliação da sindicalização das mulheres rurais (ainda que possamos citar exemplos de mulheres que a essa época ocupavam funções importantes na estrutura sindical, trata-se de uma história de exceções dado que a regra é a sua ausência) acabou por dar contornos específicos não só em relação às demandas tidas como específicas das mulheres rurais, mas também de certa concepção de política que via no sindicato um instrumento fundamental da classe trabalhadora. Se essa questão não se colocava nos primeiros passos dos MMTRs em Pernambuco e nos demais estados, onde ao longo da década de 1980 algumas definições, diferenciações e posicionamentos acabam trazendo à

Marx”, um jornal afirmava ser o sindicalismo rural dessa região mais aguerrido que o da zona da Mata, pois essas novas lideranças eram ligadas à CUT e ao PT. Sobre este aspecto, em entrevista realizada em 1989, Manoel Santos afirma que: “A principal razão é que, na Zona da Mata, os sindicatos são muito mais conservadores que no sertão. Os sindicatos de maior peso e combatividade na Zona da Mata estão estreitamente ligados à Fetape, que nem aceita discutir a proposta da CUT.” (Cadernos do Cedi 20, 1989). Suas principais bases eram nos municípios de Serra Talhada, Itacuruba, Petrolândia, Tabira, Triunfo, Floresta e São José do Belmonte”. (2003)

⁷⁵ Neste ponto, é importante um esclarecimento. Na literatura que trata da participação política na esfera sindical é comum nos depararmos com a ideia de que este é um mundo formado quase que exclusivamente por homens. No entanto, esta “impossibilidade” se traduz, na verdade, nas barreiras sociais impostas à sindicalização da mulher e que a fizeram permanecer apenas como dependente de seus pais ou maridos por décadas, ou seja, na construção permanente de barreiras que indicam que o sindicato não é um espaço que deva ser frequentado por mulheres. Desconheço normas que excluam formalmente as mulheres. Não obstante, o caminho que levaram às mulheres a legitimarem suas demandas e a ocuparem significativamente a estrutura sindical foi um processo lento de aproximação e, como vemos, bastante conflituoso. Fundamental neste sentido é compreender que a luta pelo reconhecimento como *trabalhadora rural* denunciaria o fato de que a construção da categoria política de *trabalhadora rural* representou, de fato, o obscurecimento do trabalho realizado pelas mulheres. Poder se sindicalizar representava, entre outros aspectos, tornar visível o trabalho realizado e tornar-se portadora de direitos. Neste contexto das intensas mobilizações das mulheres rurais, tornar-se sindicalizada permitiu uma nova forma de ler a experiência de muitas delas que percebiam sua atividade laboral apenas como complemento ou ajuda às atividades dos maridos e que, portanto, a necessidade de se sindicalizar ou mesmo de participar da vida sindical era inexistente. Não são mais “domésticas” ou “do lar”, são *trabalhadoras rurais*.

⁷⁶ Note-se que o reconhecimento da mulher como trabalhadora traria, como consequência, sua inclusão no sistema previdenciário. Esse aspecto não será aqui desenvolvido. Entretanto, é significativo o uso e a luta pelo reconhecimento de uma terminologia que ocupou uma página histórica da luta dos trabalhadores rurais no Brasil.

tona as distinções fundamentais entre as questões colocadas para a estrutura sindical rural como um todo. É sintomático perceber nos relatórios dos encontros do MMTR-NE e do MMTR-Sertão Central⁷⁷ como nos primeiros anos a tentativa de se articular com outras regiões ou nacionalmente aparecia como uma esperança de unificação das bandeiras de luta das mulheres. Em meados da década de 1980 essa proposta de uma articulação maior já não mais aparece e sérias divergências com outros MMTRs, especialmente o MMTR-RS, apontam para uma bifurcação nos caminhos tomados por um e outro⁷⁸.

Enquanto em Pernambuco e nos demais estados do nordeste, a campanha por uma maior e mais qualificada participação das mulheres na estrutura sindical permanece ao longo desses 23 anos de formação do MMTR- Sertão Central e 21 do MMTR-NE como uma questão fundamental, os movimentos da região Sul percorrem o caminho oposto, buscando fortalecer politicamente o próprio movimento como representante das mulheres trabalhadoras rurais em relação ao Estado.⁷⁹ De acordo com Capellin (1987), a partir de 1985 institucionalizam-se os grupos de assessoria sindical⁸⁰, equipes que apoiaram e fomentaram o intercâmbio de experiências de educação popular específicas para mulheres trabalhadoras e certamente esse é um aspecto importante quando observamos a transformação de algumas das bandeiras de luta das mulheres ou mesmo quando o termo “gênero” começa a aparecer como constituinte dos discursos e das práticas desses movimentos⁸¹.

Entretanto, essa apropriação se dá de modos distintos em cada MMTR dos nove estados do nordeste. Em especial no caso de Pernambuco, a interpretação dada se dirige diretamente como uma exigência de igualdade de oportunidades políticas dentro da estrutura sindical ao mesmo tempo em que legitima socialmente um espaço à parte, destinado apenas às mulheres. Nesses mais de vinte anos de movimento, um dos aspectos mais ressaltados pelas lideranças é justamente o êxito logrado pelas mulheres em termo de participação e atuação no movimento sindical. Nesse sentido, é significativo perceber a conformação de um determinado *habitus* político. Segundo Cappellin:

como e todo e qualquer aprendizado social, também este conhece formas e fases particulares, nas quais algumas experiências e alguns atores sociais resultam particularmente incisivos e influentes. Inicialmente aprendem-se a lealdade de base que fomenta o sentido de pertença do indivíduo ao grupo de referência; sucessivamente constroem-se as concepções fundamentais das relações sociais adquirindo os primeiros rudimentos dos mecanismos políticos. São

⁷⁷ 1984 e 1987 respectivamente.

⁷⁸ Como vimos, a dificuldade em construir um movimento que fosse capaz de unificar a diversidade de experiências de organização das mulheres rurais se traduzia, sobretudo, na confrontação de formas distintas de concepções políticas. As mulheres contavam com as diferenças culturais de cada região, suas ocupações laborais também eram distintas e, além destas questões, seus interlocutores políticos também guardavam importantes diferenças. Se no caso de Pernambuco, os sindicatos continuarão como um canal importante mesmo sob fortes críticas, na região sul o surgimento do MST comporá um quadro mais complexo, figurando como uma forma de organização e de ação política que influenciará fortemente os movimentos de mulheres.

⁷⁹ Carmen Diana Deere (2002) já apontava para essa diferenciação entre as experiências organizativas de trabalhadores rurais no nordeste e no sul do país e de como essas distinções se refletem nas iniciativas de organização independentes de mulheres rurais.

⁸⁰ De acordo com a autora, essas equipes muitas vezes se apoiavam em grupos do chamado Movimento Feminista.

⁸¹ Com base nos documentos dos movimentos de mulheres é no início da década de 1990 que o termo “gênero” ganha um sentido mais amplo e profundo, transpassando outras questões pautadas pelos movimentos como, por exemplo, direitos previdenciários ou reforma agrária. Ao mesmo tempo em que se aprofunda a discussão acerca das relações de gênero, esse discurso acaba por assumir um caráter transversal.

assim incorporados os instrumentos cognitivos e as expressões da ação política. Finalmente graças à acumulação destas orientações já adquiridas pode-se agir diretamente no contexto político (CAPELLIN, 1994: p. 3)

Assim, as formas e as possibilidades concretas de organização de mulheres rurais nesse contexto, esteve diretamente relacionada à legitimidade dos sindicatos, não apenas por realizar atividades “assistencialistas e meramente burocráticas” mas de, naquela situação, figurar como um importante interlocutor para a mobilização de mulheres pautada, pelo questionamento de antigas lideranças e da forte hierarquia da estrutura sindical e pela habilidade em conduzir essa relação nos anos seguintes. De acordo com Cappellin⁸² (1994) o conceito de socialização política diz respeito às influências e aos processos que fazem com que um indivíduo se torne um sujeito político, ou seja, um conjunto diversificado de processos e de fatores que entram a compor a adesão dos indivíduos a um sistema de regras político-sociais.

Neste ponto, é importante frisar que tal conceito nos permite uma alternativa às perspectivas que enfatizam em demasia as concepções das esferas pública e privada tal como as toma a teoria política liberal. Como coloca Pateman (1989), ao situar a sociedade civil como um âmbito privado (em oposição ao estado/público), a teoria política calcada no liberalismo acaba por subtrair a vida doméstica. Como consequência, *o público e o privado* tornam-se uma divisão dentro do “mundo dos homens”⁸³. Nesse sentido, cabe-nos a cautela de, ao olharmos para os espaços de representação política, não tomar tal distinção como dada, ou seja, compreender as trajetórias que levam as mulheres a ocuparem os sindicatos rurais nos remete à relação entre processos políticos macro sociais e configurações locais a partir da análise tanto de gênero quanto de classe⁸⁴.

Carneiro (1987) já apontava para uma dimensão que, posteriormente, será enfatizada por parte da literatura dedicada ao tema. Se por um lado, nos depararemos com análises otimistas e entusiastas destes processos de organização, por outro, outras são marcadas por

⁸² As pesquisas da autora foram realizadas com mulheres sindicalistas nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro durante as décadas de 1970 e 1980.

⁸³ Autores como Silva (2009) e Okin (2008) têm chamado a atenção para o fato de que muitas feministas preocupadas em demonstrar o aumento significativo das mulheres na vida política e nas instituições públicas tem obscurecido o fato de que tais noções são problemáticas e acabam por escamotear relações de dominação. E que, desta forma, acabam por reproduzir a velha concepção que glorifica a política como uma esfera superior da experiência humana. Pateman (1989), por sua vez, rejeita a concepção de que o pessoal é político, ao passo que Okin opta por argumentar o quê ou que parte do pessoal é político. Longe de qualquer tipo de consenso, essa discussão encontra desenvolvimentos distintos nas diversas vertentes teóricas, feministas ou não.

⁸⁴ A esse respeito ver Fraser (2009). De acordo com a autora, devemos buscar um olhar mais profundo e crítico acerca da evolução dos ideais feministas a fim de não corroborar aquilo que Boltanski (2005) classificou como o “novo espírito do capitalismo”. Em primeiro lugar, Fraser aponta que a segunda onda feminista foi capaz de gerar uma notável revolução cultural do mesmo modo em que se revelou ineficiente em operar transformações estruturais. Em uma análise interessante acerca não apenas da sua contribuição, mas do feminismo como fenômeno social, a autora coloca que “que a difusão de atitudes culturais nascidas da segunda onda foi parte integrante de outra transformação social, inesperada e não intencional pelas ativistas feministas – uma transformação na organização social do capitalismo do pós-guerra.” Para a autora, após o impulso feminista da primeira onda, as décadas seguinte se caracterizaram pela fragmentação da crítica feminista e o que, de fato, teria caracterizado a segunda onda foi o entrelaçamento a uma nova forma de capitalismo (pós-fordista, transnacional e neoliberal) e total oposição ao projeto de uma sociedade mais justa que fundamentava as primeiras críticas feministas. Destas considerações, depreende-se o quanto necessário é um olhar analítico cauteloso em relação às transformações que são, atualmente, vividas pelas mulheres rurais e urbanas. Todo esse processo, que conta indubitavelmente com enormes ganhos, guarda ambiguidades que não são aspectos menores e que incidem diretamente nos arranjos econômicos e políticos.

certa cautela quanto aos seus desdobramentos. Inserida neste último caso, Carneiro observava ao final da década de 1980 que o desenvolvimento de organizações femininas parecem responder mais às estratégias de controle e de mobilização social, elaboradas por grupos políticos do que às iniciativas das próprias mulheres para romper seu isolamento social e instituir novas formas de participação e integração. De acordo com a autora:

Não faltam exemplos para confirmar o interesse que o estado, partidos políticos, sindicatos e a Igreja têm pelas mulheres. Todos reconhecem sua força mobilizadora e buscam canalizá-la para objetivos próprios, já que a adesão feminina é raramente individual. Ela repercute, de forma decisiva, sobre a família e a comunidade, dois universos onde as mulheres, pelas suas funções reprodutivas, exercem uma grande influência através de laços de parentesco e relações de solidariedade e reciprocidade que elas constroem no seu cotidiano. (CARNEIRO, 1987: p. 2)

Em meio ao acirramento dos conflitos por terra no meio rural, Carneiro (1987) afirma que, na medida em que o que está em jogo é propriamente a reprodução social num contexto de intensa exploração, a sua mobilização acabaria por reforçar uma concepção familiar da luta política:

Não se trata de transgredir a ordem patriarcal que rege as relações familiares, o que levaria a contestar o próprio princípio de organização familiar. Mas, ao contrário, afirmar a sua permanência. Este esforço para restabelecer as condições de reprodução da família é tanto mais importante que ele esconde um desafio ainda maior: preservar o espaço único de definição do gênero feminino e de construção de uma identidade social no meio rural. Quanto mais profunda for a crise a nível da reprodução do grupo familiar, mais forte é a simbiose mulher-família. (CARNEIRO, 1987, p.4)

A partir desta leitura, Carneiro aponta que a criação de espaços “neutros” como os clubes do lar, comissões femininas ou departamentos femininos por parte das instituições buscavam deliberadamente controlar esse novo impulso de organização das mulheres dado que todos têm em comum o fato de não fazerem parte da hierarquia organizacional das instituições, não dispõem de poder de deliberação, nem tampouco de representação. Ressalte-se que esta avaliação da autora, dois anos após a aprovação da tese no congresso da Contag, que reivindica maior participação das mulheres nos sindicatos aponta com certo pessimismo para o que seria uma iniciativa exitosa por parte das entidades de classe de “mudar para não mudar”, isto é, permitir a participação das mulheres sem, contudo, se comprometer a uma transformação mais profunda nas relações de poder. No que concerne aos nossos objetivos, é interessante perceber estas reflexões situadas em seu contexto, ou seja, durante um período onde ainda era difícil avaliar quais seriam os desdobramentos destas iniciativas. Não à toa, ao fim de sua análise, Carneiro afirma:

É evidente que o processo de redemocratização do país abre novos espaços de participação e de organização para as mulheres, até porque sua “entronização” no novo regime, via CNDM, força uma nova legitimidade a nível de toda a sociedade. (...) No entanto, é mais que provável que lhes sejam concedidos os direitos previdenciários

que reclamam. A radicalização da luta política na atual conjuntura lhes é favorável, a questão da cidadania e as pressões populares que vêm exercidas sobre a assembleia Constituinte também. Fica uma pergunta: será que elas conseguirão consolidar e ampliar esse movimento autônomo, transformando-o num espaço de representação política permanente, capaz de impedir qualquer retrocesso? (CARNEIRO, 1987: p. 13)

Pode-se dizer que, ainda que a dimensão do controle seja um aspecto fundamental a ser observado dado que a criação destes espaços na estrutura sindical não representa em si avanços concretos, os movimentos e organizações acabaram por forjar relações tão complexas com os movimentos mistos que não podem ser compreendidas nem apenas pelo aspecto da subordinação nem o da ruptura profunda com relações de dominação. A bem da verdade, a ideia de que este é um processo marcado por permanências e transformação traduz os conflitos que ainda permeiam esta relação sem, contudo, obscurecer os avanços significativos conquistados pelas organizações de mulheres e seu engajamento na luta política.

Nem um nem outro. O que podemos observar é que estes movimentos se fortaleceram e se legitimaram como um espaço para as mulheres e, inclusive, para que elas possam romper com os papéis tradicionais a elas associado. Em segundo lugar, a tutela é uma questão colocada por algumas pesquisadoras⁸⁵. Entretanto, e ainda que esta seja uma tensão permanente, após mais de duas décadas de organização seria um reducionismo considerar que esta relação se caracterizaria pela tutela dos movimentos mistos em relação às organizações de mulheres. Como veremos adiante, neste processo as trabalhadoras rurais amadureceram suas intervenções e formas de ação, se articularam a outros movimentos, discutiram, debateram e construíram pautas e demandas próprias⁸⁶.

Por estas razões, a ênfase nas trajetórias das mulheres e na observância das relações entre as organizações nos auxilia a compreender este processo e alcançar quais as reais mudanças e, ao mesmo tempo, as resistências e obstáculos pelos quais as mulheres ainda passam quando da sua entrada na vida sindical.

⁸⁵ Ver Gonçalves (2007)

⁸⁶ Contudo, autoras como Deere e León (2002) avaliam que os movimentos de mulheres têm dado mais importância às questões de identidade e reconhecimento, com ênfase nos direitos reprodutivos e fim da violência contra as mulheres que às questões relativas aos direitos de propriedade e redistribuição de renda.

Capítulo II

O surgimento dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRS) e os caminhos da participação política

Como vimos, no caso das mulheres rurais, a participação nos “espaços da política” tem a década de 1980 como seu principal marco (DEERE, 2004; STEPHEN, 1997; NAVARRO, 1996). Ainda que não seja sociologicamente possível descolar esse período das lutas históricas dos trabalhadores rurais desde pelo menos a década de 1950, sem dúvida, a década de 1980 é uma referência quando olhamos para os diversos movimentos de mulheres que despontaram em vários estados. Um aspecto importante a ser percebido é que todos estes movimentos foram formados por mulheres membros de sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) ou à Central Única dos Trabalhadores, dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, ou ainda de outros movimentos como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como observa Navarro (1996), foram os sindicatos e os movimentos sociais recém-surgidos os principais canais que conferiram visibilidade política a iniciativa de organização das mulheres.

É nesse contexto que surgem o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) em 1984, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1985, Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/ FETAGRO) em 1985, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e do Sertão Central de Pernambuco em 1986, o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA) em 1987, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), a articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu em 1989 (AMQCM e atual Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu- MIQCB), e finalmente a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT) e (CNMTR/CONTAG) em 1995.

Embora cada movimento organizado possua características próprias em relação às condições sócio-históricas que tornou possível seu surgimento, podemos identificar, a partir da análise da forma como estes movimentos se inserem na dinâmica política das organizações já existentes (como os sindicatos e os movimentos), a relevância de pensá-los a partir da articulação de uma situação local com os movimentos mais gerais da luta pela representação política dos trabalhadores rurais, uma vez que estamos tratando de uma forma muito específica de “política”. Assim, a questão da participação da mulher e, sobretudo, a forma como essa participação é posta por cada movimento diz muito a respeito das questões colocadas para organizações tais como, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a sua relação com o crescimento das oposições sindicais iniciado na década de 1980, bem como acerca do surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1984.⁸⁷ De acordo com Siqueira e Bandeira (1998):

⁸⁷ A esse respeito ver Medeiros (1989).

Se as trabalhadoras urbanas estiveram presentes de forma destacada entre 1975 e 1982, a partir daí o movimento de mulheres no Brasil mais significativo em termos de participação e enquanto movimento social, não é urbano, mas se desenvolve fora dos grandes centros, com envolvimento de participantes pouco consideradas como força política: as trabalhadoras rurais. A organização das camponesas deu-se, sobretudo a partir da luta por aposentadoria e pelo reconhecimento por parte do Estado (direitos trabalhistas) e dos Sindicatos Rurais (direito à sindicalização) de sua condição de trabalhadoras. (SIQUEIRA e BANDEIRA, 1998: p.2)

Não obstante, é importante apresentar como esse fenômeno tem sido abordado pela literatura. Os movimentos de mulheres, sejam rurais ou urbanos, têm recorrentemente sido analisados pela perspectiva dos “novos movimentos sociais”, dada a sua natureza simbólica, fundamentada num paradigma distinto dos movimentos orientados por conflitos diretos com o Estado ou de classe⁸⁸. A abordagem que opta pelo caminho da socialização política como forma de compreensão desse processo não é comum⁸⁹.

Melucci (2001) argumenta que tanto os críticos quanto os defensores dos novos movimentos sociais compartilham uma mesma limitação epistemológica: eles tendem a considerar o fenômeno dos movimentos sociais um objeto empírico único. Assim, os defensores tentam salientar suas novidades, enquanto os críticos identificam continuidades históricas com os velhos movimentos. Nesse sentido, o autor aponta que a novidade desses “novos” movimentos é exatamente o que ambos os lados não veem, quais sejam as diferentes relações e significados destes movimentos:

Um debate desta natureza me parece completamente inútil: na verdade, os fenômenos contemporâneos, na sua unidade empírica, combinam componentes diversos. Sem distinguir tais elementos, o confronto entre formas de ação, que se situam em contextos históricos distantes entre eles, é pouco produtivo. Torna-se verdadeiramente difícil decidir, por exemplo, o quanto há de novo no “movimento de mulheres” contemporâneo, entendido como objeto empírico global, comparado com as primeiras mobilizações feministas do século XIX. (...) Nos movimentos contemporâneos, como em todos os fenômenos coletivos, combinam-se formas de ação que dizem respeito aos diversos níveis da estrutura social, que implicam diversas orientações, que pertencem a fases históricas diversas. Trata-se, portanto, de compreender esta multiplicidade de elementos, sincrônicos e diacrônicos, e de explicar, pois, como eles se combinam na concreta unidade de um ator coletivo. (MELUCCI, 2001: p.25)

Se, como apontam Deere e León (2002), a organização das trabalhadoras rurais no Brasil se inicia dentro do movimento sindical exigindo os benefícios associados à condição de membro, o surgimento de movimentos independentes representou uma nova face da mobilização das mulheres no meio rural. A novidade trazida por eles se traduz exatamente por

⁸⁸ A noção de identidade coletiva é central nos estudos sobre os novos movimentos sociais. No entanto, o “quando” e o “porque” indivíduos se juntam em movimentos é uma questão pouco enfatizada por esse paradigma. Ver Gohn (1997).

⁸⁹ Os estudos de Cappellin (1994, 1987) são singulares nesse aspecto.

atuarem incisivamente na conformação da mulher rural como “sujeito político”, fortalecendo suas demandas e suas práticas políticas.

Não obstante, se podemos traçar semelhanças nessas experiências levadas a cabo de norte a sul do país, o fato de a literatura que se dedica a compreender tais movimentos ter abstraído os caminhos da socialização política que tornaram possíveis essas iniciativas acabou por dar contornos demasiadamente gerais sobre esse processo de organização das mulheres. Como observa Souza-Lobo (1991), a discussão sobre a emergência dos movimentos de mulheres no Brasil tem obedecido a uma codificação simplificadora, “vinculando-os à ascensão dos movimentos populares a partir de 1975, à contribuição de feministas acadêmicas e aos ecos do feminismo internacional” (p. 211). Afirma a autora que, não sendo fruto de relações de causa e efeito, estes movimentos devem ser analisados não de forma linear e sim de ênfase em sua complexidade de significados, observando a teia de relações que torna possível a sua existência. Desse modo, e como aponta Cappellin (1994), os diversos envolvimento que se realizaram anteriormente e durante o engajamento na militância sindical são ocasiões ricas para caracterizar a pluralidade da aprendizagem do que a autora define como lealdade de base e que dá sentido à identificação de grupo.

Não raro, percebemos que, nesses estudos, os pressupostos da ação das mulheres se relacionam de forma preponderante à sua condição subordinada política, econômica e socialmente. Assim, esse itinerário que aqui consideramos como aspecto sociológico fundamental para perceber como esse processo se constrói é geralmente secundarizado em prol de uma perspectiva mais normativa e ampla sobre as mudanças que atingiram as mulheres rurais. Porém, mais do que compreender “o que mudou”, creio que compreender “por onde passa a mudança” possa nos levar a um caminho mais profícuo e nos apontar as reais semelhanças e diferenças entre essas experiências melhor caracterizando melhor processos sociais.

Como vimos, autoras como Paulilo (2004) e Deere e León (2004) observaram a década de 1980 como a ampliação das organizações políticas de mulheres rurais. Desde o início deste período, elas aumentaram sua participação nos sindicatos rurais, surgiram secretarias e coordenações direcionadas especificamente a elas dentro da estrutura sindical e movimentos independentes emergiram por todo o país. A ênfase nestes últimos se deu, sobretudo, por meio da noção de “autonomia”. Essa autonomia em relação às organizações mistas foi amplamente identificada como positiva, na medida em que teria contribuído para se aprofundar as questões e as especificidades das mulheres no meio rural. Destacaria, nesse sentido que essa leitura acerca da autonomia dos movimentos guarda relações estreitas com a perspectiva feminista⁹⁰.

Esse processo tem sido apontado de uma forma um tanto linear onde o surgimento dos movimentos de mulheres rurais no início dessa década teriam levado à formação de articulações regionais – o AIMTR-Sul em 1985 (Articulação das Mulheres Trabalhadoras

⁹⁰ Por vezes, é possível perceber que as ações e práticas das mulheres rurais são analisadas a partir de uma perspectiva feminista urbana e mensuradas de acordo com esta última. Durante o trabalho de campo junto ao MMTR-NE foi possível perceber o conflito que há entre essas duas orientações. Durante uma oficina de uma ONG com mulheres em Caruaru, o desconforto das mulheres rurais foi evidente. Parte delas dizia que foram tratadas como “idiotas”, como se não soubessem de nada. Essa relação é permeada de conflitos e por vezes, esses não têm tido muita atenção por parte das análises dedicadas ao tema. Tais conflitos apontam distinções, porém também demonstram existir uma relação de poder que não deve ser desconsiderada uma vez que partir de questões normativas como “será que as rurais compreendem as relações de dominação em que estão imersas?” nos leva a hierarquizar arbitrariamente essas organizações. Não raro vemos que as mulheres do nordeste são percebidas a partir de certo descompasso em relação às mulheres rurais do sul do país. As quais possuíam “mais consciência” de sua condição e, portanto, direcionando seus esforços e estratégias para uma direção mais correta, representando um avanço concreto. Mais uma vez o Nordeste figura como retrato do atraso. É nesse sentido que reivindicamos certo cuidado metodológico a fim de que não reproduza uma leitura equivocada e preconceituosa acerca destes fenômenos.

Rurais da região Sul) e o MMTR-NE (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste) em 1986 - e posteriormente, em 1995, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Assim, a formação em 2004 do Movimento de Mulheres Camponesas é percebida como um processo de amadurecimento político das trabalhadoras e a mudança da nomenclatura uma estratégia importante na medida em que *camponesa* nesse contexto, e como coloca a definição do próprio movimento, engloba uma gama diversificada de situações:

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. (MMC, 2004: p.1)

No entanto, este processo é marcado por profundas divergências entre as mulheres do sul e as mulheres do nordeste, presentes desde os primeiros encontros. Quando nos debruçamos sobre os Anais do 1º Encontro da ANMTR em 1997 é possível apontar que, neste processo de organização das mulheres rurais, os conflitos entre as formas de encaminharem as suas demandas se colocaram de forma visível. Ainda que o objetivo do encontro tenha sido o de constituir um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamento das lutas as avaliações dos movimentos presentes⁹¹ apontam para uma clara divisão. Destarte, é importante frisar que todo o texto que compõe o documento se alinha às orientações apresentadas pelos movimentos da região sul, frisando as articulações políticas já estabelecidas com outros movimentos sociais e entidades tais como, por exemplo, o MST e a CUT. Apesar de apresentarem suas críticas no que se refere aos conflitos de gênero, ambos são colocados como os interlocutores por excelência das mulheres rurais na discussão sobre a relação entre as lutas de classe e gênero.

Assim, apesar de todo o histórico de mobilização e de conquista dos movimentos de mulheres no que concerne ao sindicalismo contaguiano, a Contag não é citada em nenhum momento. Ao realizarem a avaliação do encontro, as integrantes do MMTR-NE apontam que: *i*) houve um ataque ao nordeste, *ii*) faltou contato entre as pessoas; houve pouca integração e dificuldade de comunicação, *iii*) o Nordeste teve pouca oportunidade na hora de falar. No entanto, ponderam dizendo que “valeu a pena participar para se toparem com as diferenças e os desencontros. Isto é normal na luta. É assim que a gente cresce. Se tudo tivesse pronto talvez não seria tão bom”. Ao passo que as integrantes dos movimentos da região Sul avaliam que o encontro foi importante por: *i*) ter uma boa integração do grupo, *ii*) Transpareceu a garra e a coragem das trabalhadoras rurais, *iii*) a discussão sobre gênero e classe foi muito boa; como aspecto negativo apontam a falta de maior preparo para o trabalho de creche. (ANMTR, 1997: págs. 32 e 33)

A criação da ANMTR não representou a dissolução do MMTR-NE ou ainda a sua vinculação enquanto parte integrante da proposta de articulação nacional que açambarcaria diversos movimentos de mulheres autônomos. Ao contrário, embora tenha surgido a ANMTR,

⁹¹ As organizações presentes foram: Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul), Comissão Estadual de Mulheres da Fetagro-RO, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR-CUT), Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE).

esta representou de fato a convergência dos movimentos anteriormente integrados à AIMTR-Sul. Os demais movimentos adotaram neste momento a posição de estabelecer as lutas que são unificadoras, tais como: desenvolver ações para garantir os direitos conquistados: Previdência, Saúde; desenvolver ações para que sejam garantidos às trabalhadoras rurais os benefícios já conquistados em lei; realizar ações no dia 8 de março e intensificar a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

No que tange a estas divergências, Auxiliadora Cabral, atualmente dirigente no MMTR-NE apresenta a questão em tom de crítica: No sul elas querem que “o movimento tenha uma prerrogativa de dizer quem é trabalhador. Fazer o mesmo que o sindicato”. A proposta de uma articulação nacional refletia essas distinções. Deste modo, o MMTR-NE não deixou de existir quando da proposta como o fez a AIMTR-Sul. O movimento teria participado dessa proposta, sobretudo, por que ela possuía um caráter bem pontual – a campanha pela documentação da trabalhadora rural - e não demandava afinidades políticas mais profundas. Tratava-se de possibilitar nacionalmente o acesso das mulheres rurais aos seus direitos e às políticas públicas. Entretanto, esse fato é constantemente negligenciado pela literatura que tende a ver este processo de forma linear.

Assim como as ações públicas levadas a cabo pelo MMC⁹², sua proximidade ao MST⁹³ e à Via Campesina promove uma visibilidade significativa comparável apenas à Marcha das Margaridas, que teve sua primeira edição em 2000. A Marcha das Margaridas, evento que ocupou as avenidas de Brasília em quatro oportunidades (2000, 2003, 2007 e 2010), tem a Contag (federações e sindicatos) como seu principal articulador. Entretanto, como colocou Raimundinha, coordenadora de Formação Política da Contag, em 2006 durante a preparação da Marcha das Margaridas: “Entidades parceiras são parceiras na Marcha e na base, como os movimentos do nordeste.” É nesse contexto que o MMTR-NE (assim como o MMTR- Sertão Central) se articula com o sindicalismo contaguiano e direciona suas atividades a partir das federações e sindicatos a ela filiados. Durante reunião para deliberar como as trabalhadoras rurais organizadas do MMTR-NE chegariam para a Marcha das Margaridas em Brasília, a questão era como cada mulher mobilizaria “seu sindicato e sua federação” para que estes viabilizassem os ônibus que as levariam.

Nesse sentido, autoras como Paulilo (2004) e Deere e León (2004) têm caracterizado as mulheres como “sindicalistas” e, as que se mobilizam junto ao MST e as que se organizam em movimentos “autônomos” de mulheres rurais, ignorando a atuação do MMTR-NE e incorporando-o à organização sindical. As diferenciações entre as ações destas mulheres, portanto, são percebidas por meio da oposição entre movimento misto/movimento autônomo.

Entretanto, resgatar essa distinção entre o MMTR-NE e o MMC, é perceber que as relações políticas bem como as concepções que ambos possuem de se fazer política são relevantes para compreender o processo em que estes movimentos estão imersos. Uma vez que essa articulação nacional entre os movimentos de mulheres rurais não ocorreu com a formação da ANMTR e, posteriormente do MMC e, ao contrário, acabaram por reforçar distinções presentes desde os primeiros momentos quando da formação dos movimentos estaduais, é necessário lançar luz não apenas nas questões específicas relativas às mulheres, mas como tais questões são apropriadas e incorporadas às disputas políticas. O fato de ambos os movimentos lutarem por um processo de democratização e de promoção da igualdade nas relações entre homens e mulheres não se traduziu em possibilidade de se articular

⁹² Destaca-se a ação das mulheres do MMC nos laboratórios da Aracruz Celulose em 2006.

⁹³ “Nas marchas e acampamentos em frente a órgãos públicos, pode-se ver a convivência entre militantes do MMC e do MST. Embora haja divergências entre elas, o que se evidencia pela insistência com que cada uma esclarece a que movimento pertence, a troca de ideias é uma constante”. (PAULILO, 2004: p.7)

politicamente, unificando esforços nesse sentido. Antônia Mendes, dirigente do MMTR-NE, quando perguntada sobre a relação como o MMC, diz que: “São parcerias...mas como eu posso falar..a gente tá de um lado...elas estão de outro...”

A ausência das mulheres que se organizam no MST e no MMC nas três edições da Marcha das Margaridas, evento que reuniu cinquenta mil mulheres rurais em 2007, é emblemática do fato que o campo de articulações entre movimentos e entidades segue uma dinâmica específica. De acordo com o que foi citado, o que depreende é que tais movimentos de mulheres ainda se encontram atrelados ao espectro das grandes disputas entre os movimentos sociais e o movimento sindical como que, de forma irrefletida (ou por falta de clareza em relação à sua luta enquanto mulher e trabalhadora), transpusesse para as lutas das mulheres as articulações políticas já realizadas por ambos.

Neste sentido, caberia ao pesquisador analisar o “maior” ou “menor” grau de autonomia para, então, apontar quais movimentos representariam de fato uma mudança significativa nas relações de gênero na medida em que outros seriam tomados, por oposição, como portadores de uma ação política equívoca. Sob esta ótica, os movimentos de mulheres rurais organizados na região nordeste seriam classificados de acordo com a última definição. Neste caso, tal perspectiva normativa, ao hierarquizar estes movimentos acaba por obscurecer o fenômeno e o processo social que, inclusive, nos permite estabelecer a comparação entre eles. Sobre estas distinções, Paulilo (2004) argumenta que se fundamentam no diferente peso que os movimentos dão às questões de classe ou gênero, ou seja, para a autora o que distancia um movimento de outro é a sua compreensão acerca destes aspectos:

O medo de dividir a luta, derivado da ideia de que existe uma única luta que vale a pena e de que ela tem dono, leva a desencontros entre os diferentes movimentos de mulheres dependendo da ênfase que dão a questões de classe ou gênero. Esses desencontros, porém, são minimizados através de um conceito amplo de “igualdade de gênero” em que cabem muitas desigualdades. O diálogo, então, torna-se mais difícil porque na prática, a aparente homogeneidade dos chavões se desfaz, e o que era diferença aparece como dissidência, dando lugar a recriminações e ressentimentos. (PAULILO, 2004: p. 17)

Ao contrário, argumentamos aqui que a articulação política com outros movimentos, entidades e organizações dos movimentos de mulheres nada tem de irrefletido e que, de forma alguma, devem ser analisados como se respondessem às demandas dos movimentos mistos. Como se existisse uma espécie de tutela por parte destes em relação aos movimentos de mulheres e que, ao fim e ao cabo, respondessem às suas demandas no âmbito da disputa política mais ampla. Como exposto anteriormente, a relação entre os movimentos de mulheres e as organizações mistas são complexas, permeada por conflitos, mas também por aproximações, concordâncias. Ao mesmo tempo, tanto um como outro podem ser vistos como fruto de deliberações conscientes dos próprios homens e mulheres envolvidos.

Portanto, os conflitos de gênero passam por uma rede complexa, expressa nas decisões e discussões políticas dos encontros e congressos, mas também pelas trajetórias individuais das mulheres que participam e pela forma como vivencia o processo de organização política dos trabalhadores no campo. No caso pernambucano, se os sindicatos (como uma *velha forma* de fazer política) compõem a concepção que as mulheres organizadas no MMTR-NE possuem de *política*, trata-se de perceber então que partir da distinção entre *novos* e *velhos* movimentos nos auxilia pouco a compreender esse fenômeno no Brasil.

Contudo, e ainda que este seja de fato um aspecto relevante para compreendermos as organizações de mulheres, o que buscamos apontar pode ser sintetizado nestes pontos: i) a

dicotomia novos/velhos movimentos nos limita na compreensão das relações entre movimentos sociais mistos, movimentos de mulheres rurais e o movimento sindical rural; *ii*) para além dos discursos dos movimentos de mulheres, as relações estabelecidas entre espaços de participação e representação distintos (em que se fundamentam também em relações pessoais) tanto quando do seu surgimento quanto de sua consolidação, conformaram concepções de política (que aqui não é tomada simplesmente como uma questão de expressão máxima da racionalidade dos indivíduos mas como uma dimensão complexa que envolve posicionamentos e experiências históricas de grupos e indivíduos) diferenciadas; *iii*) se a relação estabelecida entre movimentos autônomos e movimentos mistos envolvem uma tentativa de controle por parte dos últimos, numa tentativa de tutela tal como observam Paulilo (2004) e Carneiro (2004), devemos também observar em que medida esta noção de tutela não é influenciada por uma expectativa externa à experiência destes movimentos. Ou seja, após mais de duas décadas de organização, reduzir esta relação a uma subordinação dos movimentos de mulheres nos impede de perceber seus questionamentos, as tensões inerentes a essa relação e que podem configurar mudanças significativas em determinados contextos, o processo de socialização política e de adesão a formas específicas de se inserir nas disputas por políticas públicas, por exemplo.

2.1. O sindicalismo rural e os movimentos de mulheres rurais no Nordeste

Camponês não é profissão... Quem mora no campo é camponês. Mas quem trabalha é trabalhador...

(liderança do MMTR-NE e funcionária do Sindicato de São José do Belmonte)

Neste ponto, nos interessa analisar a inflexão histórica entre a tradição sindical em Pernambuco e o surgimento das primeiras iniciativas de mobilização e organização das mulheres rurais, identificando questões afins e caracterizando a relação entre o sindicalismo rural e o contexto da década de 1980, quando surgem os dois movimentos - o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Para tal, parte-se de um olhar sociológico retrospectivo buscando compreender como a histórica organização de trabalhadores rurais e as lutas sociais no campo neste estado se relacionam com o processo de mobilização e organização das mulheres rurais. Ou seja, nossa análise parte da seguinte premissa: compreender a emergência destes movimentos no contexto pernambucano exige que se amplie nosso olhar para além das demandas específicas colocadas por estes movimentos e abarque as relações estabelecidas com a forte tradição sindical do estado⁹⁴.

Se considerarmos que é necessário relativizar as razões *per se* colocadas pelas militantes destes movimentos devemos, portanto, nos debruçar sobre a teia de relações sociais e significados construídos ao longo de suas trajetórias e que dotam de sentidos suas estratégias de ação e seus posicionamentos políticos. Se, do contrário, ao analisar tais

⁹⁴ Desse modo, reivindica-se uma *démarche* sociológica de acordo com a qual o surgimento de organizações políticas e, sobretudo, dos movimentos de mulheres rurais devem ser entendidos não como uma espécie de resposta, uma reação a uma determinada situação dada à priori ou ainda de um “desmascaramento” de uma situação de opressão e injustiça social. Busco com esse estudo compreender como a tradição sindical de Pernambuco imprimiu nas organizações de mulheres determinadas características que, sem esvaziar o sentido do surgimento destes movimentos, aponta para um princípio de explicação sociológica para a legitimação de uma concepção específica de se fazer política e de representação política. Em suma, trata-se de compreender como estas sociabilidades políticas acabaram por conferir ao “caso” de Pernambuco uma singularidade que nos permite tanto a análise de um determinado contexto social quanto situá-lo em transformações sociais amplas.

movimentos de mulheres trabalhadoras rurais enfatizarmos apenas as categorias “movimento” e “mulher” na tentativa de tomar tais organizações pelo seu aspecto “novo” ou pela condição subalterna da mulher, relegaríamos a informações de segunda ordem o fato de elas, durante mais de duas décadas, se afirmarem como *trabalhadoras rurais*. No caso de Pernambuco, tal conduta nos levaria a negligenciar aspectos fundamentais das trajetórias individuais das integrantes de ambos os movimentos.

Como foi afirmado anteriormente, a formação do Movimento de Mulheres Camponesas em 2004 foi reivindicado⁹⁵ como a consolidação e o amadurecimento do processo de organização das mulheres rurais nas diversas regiões do Brasil, capaz de aglutinar categorias distintas por meio da identificação com a categoria “camponesa”, se compreendida em sentido lato. Entretanto, o que pode ser observado é que a formação do MMC é fruto de um processo de articulações políticas que visava reunir as iniciativas estaduais de organização das mulheres bem como de deliberações junto às articulações políticas do MMC na América Latina, onde podemos destacar também a formação da Via Campesina em 1992. Ou seja, os movimentos que antes estavam alinhados à ANMTR e mantinham sua identificação original (Movimento de Mulheres Agricultoras, por exemplo) passaram então a se identificar como MMC⁹⁶. Dito isto, é importante destacar que o MMTR-NE não compartilhava desta proposta e, na verdade, sequer participou das discussões que levaram a essa decisão.

Em trabalho de pesquisa anterior junto ao MMC, tais distinções aparecem de forma latente (BORDALO, 2005). O MMC, de abrangência nacional, possui sua sede em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Em 2005, estive na sede para realizar entrevistas com suas lideranças e compreender mais a respeito da atuação do movimento e dos motivos da sede ser no sul do país. Quando perguntava sobre a atuação do MMC em outros estados as respostas seguiam uma mesma narrativa: a região sul ainda era a “base do movimento”⁹⁷.

Outra dirigente me explicava que a unificação havia sido um importante passo, mas que “o movimento tem que ficar perto da sua base, uma vez que o Sul é sem dúvida a região mais ‘avançada’ no sentido da luta, do que nas outras regiões”, sendo esse o principal motivo da secretaria ser em Passo Fundo. Outra líder do movimento me dizia que “não tem nenhum movimento no Brasil que não tenha virado MMC, só em Pernambuco que não tem, lá as mulheres são viciadas em sindicato” e que, ao contrário, o momento era o de fortalecer “o movimento” como meio de conquistas de direitos sociais.

Nesses termos, podemos, grosso modo, perceber que estes movimentos se orientam por concepções distintas de política que dizem respeito a aspectos conjunturais da disputa pela representação política dos trabalhadores rurais, mas que também nos remete ao processo histórico de organização destes trabalhadores. Por essa razão, entender quem são essas mulheres “viciadas em sindicato” em contraposição às mulheres “que buscam fortalecer o movimento”, em que pese as tradições políticas levadas à cabo tanto no Sul quanto no Nordeste do país, nos remete diretamente às formas de socialização destas. No caso de Pernambuco, a organização sindical empreendida pela Fetape assume um lugar preponderante neste processo.

⁹⁵ Tal reivindicação é compartilhada tanto pelo próprio movimento quanto por autores como Paulilo (2004). No entanto, essa visão também é compartilhada por Paulilo (2004). Ressalte-se que são poucos os estudos que observam este fenômeno de forma mais ampla. Autoras como Paulilo (2004) e Deere (2002) estão entre as gratas exceções que nos oferecem uma discussão e análise acerca da multiplicidade de experiências organizativas das mulheres rurais.

⁹⁶ De acordo com Paulilo (2010), essa relação não acontece sem conflitos. Existe certa resistência por parte dos “MMTRs” de abandonarem sua denominação e passarem a ser identificados como MMC. No entanto, o fato significativo é a completa exclusão do MMTR-NE deste processo.

⁹⁷ Segundo Loiva Rubenich, militante do MMC a atuação do MMC no nordeste ainda não é efetiva, e em alguns estados existem apenas salas do movimento com trabalhos voltados para divulgação do movimento etc. No estado de Pernambuco o MMC não está presente. (BORDALO, 2005)

2.2. Ser trabalhadora rural: política e participação nos movimentos de mulheres rurais em Pernambuco

“Acreditamos nos sindicatos como lugares importantes e estratégicos da luta pelas transformações da sociedade (...) A participação das mulheres no movimento sindical rural sempre se destacou como uma prioridade, o Movimento tem contribuído no fortalecimento das secretarias e coordenações de mulheres na Fetape e na Contag” (MMTR- Pólo Sertão Central, 2004)

“Nosso objetivo é o mesmo que o do Sertão Central, só que a nível de nordeste”(Dirigente do MMTR-NE, 2007)

A mobilização de mulheres rurais em Pernambuco contou com dois fatores fundamentais: a) a tradição sindical no estado construída desde o período que antecede o golpe militar e a capacidade de mobilização da Fetape no sertão do estado a partir da emergência das oposições sindicais e b) o contexto mais amplo que teria favorecido para legitimar suas demandas a nível nacional. Essas duas características somadas à relação que a Fetape historicamente possui com a Contag viabilizou, não sem muitos conflitos, um impulso significativo no aumento da sindicalização das mulheres rurais bem como o esforço na formação política a fim de possibilitar o acesso a cargos relevantes da estrutura sindical, outra importante reivindicação.

Em Pernambuco, a luta pelo cumprimento da legislação trabalhista compõe parte significativa da trajetória da federação. Como já foi dito, à época de Miguel Arraes como governador de Pernambuco, o apoio aos trabalhadores rurais e suas reivindicações alcançou uma dimensão sem precedentes. De acordo com Paulilo (2007), ainda que o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 tenha sido pouco revolucionário em outras regiões do Brasil, na região nordeste e, particularmente em Pernambuco, tornou-se um instrumento legal decisivo na luta contra os grandes proprietários. Era eficaz na medida em que representava um respaldo legal com que podiam contar a partir de então, tornando-se parte da luta diária de enfrentamento para milhares de trabalhadores contra os desmandos dos patrões. (SIGAUD, 1979). A luta dos sindicatos, silenciosa e contínua desde então, se afirma diariamente muito mais pelo enfrentamento e pela defesa dos trabalhadores rurais por meio dos dispositivos legais do que por ações de grande visibilidade. Ainda que a partir de meados da década de 1990 os sindicatos tenham lançado mão das ocupações como forma de reivindicar terra, suas ações permanecem fortemente marcadas pela luta nos marcos da legalidade.

Ao contarem a história do MMTR-Sertão Central, a aprovação da tese pelo aumento da participação das mulheres nos sindicatos aparece como um marco, a primeira grande conquista alcançada pelas trabalhadoras. Este reconhecimento por parte da Contag e da Fetape legitima e confere significado as ações empreendidas pelas mulheres organizadas nos movimentos independentes. Mesmo que ações de outras ordens sejam empreendidas, são os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTRs) os responsáveis pela representação do trabalhador e de encaminhar os conflitos.

No entanto, na Fetape, é apenas em 1998 que se institui a Secretaria de Mulheres. Durante todo esse tempo o trabalho de base com as mulheres a cargo do MMTR-Sertão Central e do MMTR-NE por meio do MMTR-PE. Encontros entre as mulheres das diversas regiões do estado eram sistematicamente realizados por ambos. Entretanto, apesar dessas três designações, desses três espaços, eram basicamente as mesmas pessoas que “tocavam” os trabalhos, principalmente a partir da atuação de Vanete Almeida, Cícera, Elaine, Margarida, Lúcia Lira, Molicia e Maria Auxiliadora, no caso de Pernambuco.

Por essa razão o trabalho de base com as mulheres assalariadas da Zona da Mata ficou a reboque das mulheres organizadas no Sertão Central do estado ainda que desde o período pós-1964 o assalariamento feminino tenha aumentado significativamente na medida em que se aprofundava a expulsão dos moradores ou mesmo da redução das áreas de roçado e corte dos sítios. Abreu e Lima (2003) aponta que o “desinteresse” da Fetape em trazer as mulheres para o mundo sindical pode ser compreendido se consideramos também o peso que a Igreja teve na sua constituição. Segundo a autora, “esta instituição incentivava a participação da mulher muito mais nas suas próprias paróquias, ajudando na infraestrutura e nas atividades de base, numa posição sempre subalterna e, quando muito, de consulta”.

No início da década 1980, a Fetape realizou o 1º Congresso da Mulher Pernambucana, iniciando, assim um processo que a colocava como interlocutor político apesar das resistências à participação efetiva da mulher sugerindo algo mais próximo daquilo que Carneiro (1987) bem definiu como “espaço adquirido/espaço permitido” referindo-se a essas iniciativas das organizações mistas em contemplar as reivindicações das mulheres rurais⁹⁸. No que concerne aos movimentos independentes de mulheres, naquele contexto de início da década de 1980, instaurou-se uma desconfiança dos sindicalistas da Fetape pelo fato de que as mulheres passaram a identificar sua organização como um “movimento”⁹⁹. E um movimento que se organizava, a princípio, por fora dos sindicatos. Ou seja, ao mesmo tempo em que se reivindicava a sindicalização e a ampliação do engajamento das mulheres na política sindical, se colocava também a necessidade de se construir um espaço formado apenas por mulheres. Tal necessidade se expressava, sobretudo, pelos aspectos já colocados anteriormente tais como, por exemplo: timidez, ciúme dos maridos; falta de condição financeira, não ter com quem deixar as crianças, desconfiança e opressão dos homens, medo das companheiras de sair de casa etc.

Estes aspectos, entre outros, apontavam para o fato de que a participação em um espaço composto somente por mulheres era um ambiente que possibilitava aproximá-las da prática da participação, do debate e da proposição assim como também era uma forma de lidar com os limites impostos pelo controle exercido sobre as mulheres. Participar de reuniões de mulheres era motivo suficiente para “ficar falada”. (CORDEIRO, 2006) No entanto, participar diretamente das reuniões nos STRs era ainda mais complicado. Não obstante, essa divisão que tanto alarmou os sindicalistas não se confirmou. Ao contrário, como afirma uma das dirigentes do MMTR-NE: “O movimento tem “moral” pra cobrar dos sindicatos, porque ele fortalece o sindicato, né?” (Auxiliadora, dirigente do MMTR-NE)

Nesse sentido, ao contrário de “dividir” o movimento, um temor presente até os dias de hoje, os movimentos independentes de mulheres nesse estado acabou por contribuir decisivamente para a legitimação dos sindicatos como caminho de representação política.

A tradição sindical em Pernambuco desempenhou papel fundamental no sentido de que as primeiras lideranças dos movimentos – as *lideranças históricas* – resgatam constantemente tanto suas memórias pessoais quando algum parente esteve envolvido na política sindical, assim como recordam as mobilizações históricas realizadas pela Fetape e a sua contribuição para a história do movimento sindical dado o lugar de destaque dedicado à Fetape nesse processo. No que concerne à visão que classifica os sindicatos rurais como assistencialistas, é fundamental notar que nas falas das mulheres essa concepção raramente surge. As críticas aos sindicatos e à Fetape se dão, sobretudo, à restrição que os homens por

⁹⁸ A partir desta data, a Fetape tem realizado eventos voltados para as mulheres trabalhadoras rurais. No entanto, foge ao escopo desta pesquisa nos debruçar sobre este aspecto.

⁹⁹ Tal desconfiança se baseava não apenas na novidade de se colocarem como um movimento formado apenas por mulheres, mas também pelo fato ser reivindicado como autônomo. Num contexto de crescente questionamento do sindicalismo, tal reivindicação gerou interpretações dissonantes por parte dos sindicalistas da região.

vezes impuseram à participação das mulheres e não como um espaço totalmente esvaziado de sua capacidade de representar politicamente os trabalhadores. Vanete Almeida, ao avaliar a trajetória do movimento em 1997 diz que:

Estamos conseguindo visualizar as questões nacionais e regionais. Estamos conseguindo encará-las corajosamente e confiantemente. Estamos dando o grande e histórico salto que é sair do “privado” (minha casa, minha cozinha, minha roça) e partir para o “público” (nosso movimento, nossa organização, nosso partido político, nosso sindicato). É aí que está nossa contribuição como mulher e trabalhadora rural que somos. (MMTR-NE, 1997)

Nesse sentido, durante as entrevistas realizadas com as mulheres do MMTR-NE, do MMTR-Sertão Central e da Secretaria de Mulheres da Fetape, o histórico de organização dos trabalhadores é sempre acionado. Como foi dito anteriormente, as recordações de militância política de parentes, geralmente o pai, é presente em diversas trajetórias. A militância paterna é representada como a virtude de um familiar que se dedicava a lutar por uma causa e que, se traduzia, no atual contexto, como um exemplo, um estímulo. Mesmo a ausência das mulheres é percebida como algo que deve ser questionado e superado e, portanto, ao contrário de desestimular sua participação nos sindicatos, reforçava a importância do seu engajamento e da sua militância política, contribuindo nesse processo de democratização da estrutura sindical. Não à toa, o esforço de ambos movimentos em contribuir para realização de atividades políticas junto à Fetape como, por exemplo, passeatas no 8 de março¹⁰⁰, e atualmente, em maior proporção, a realização das Marchas das Margaridas. Desse processo, deduz-se que a Fetape sempre se constitui como parceiro privilegiado pelo qual passaram tais lideranças.

A trajetória de Cícera é um exemplo desse itinerário. Nascida em 1977 e moradora de um assentamento da Fetape, conta que teve muitas dificuldades na vida, andava 18 Km para estudar com mais três irmãs. Diz ter crescido no sindicato, ia junto com o pai, Joaquim Nunes, que era dirigente do sindicato de Serra Talhada “e que também é agricultor familiar como ela”. Lembra que Manoel de Serra a viu pequena ainda em Serra Talhada e que era muito amigo de seu pai. Em 98 se filia ao sindicato. De 1997 até 2002 trabalhou com o MMTR-NE, mas atuando, participando das reuniões do sindicato.

Diz que uma das motivações em participar dos movimentos, era a história do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Sertão Central (movimento do Pólo Sertão Central da Fetape) e que muitas mulheres faziam o mesmo caminho, participavam do sindicato, tornavam-se dirigentes daí iam ou para a Fetape ou para o MMTR-NE. No final de 2002, o pai que era dirigente do sindicato de Serra Talhada, indicou seu nome para a direção¹⁰¹. A Fetape também tem buscado produzir dados sobre a participação das mulheres na entidade. A secretaria de mulheres da federação busca fazer esse mapeamento para acompanhar a inserção das mulheres rurais. Abaixo podemos visualizar a participação por região:

¹⁰⁰ Nos relatórios e anais de encontros do MMTR-Ne e do MMTR-Sertão Central estão registradas passeatas em comemoração do dia 8 de março realizadas nos municípios que conformam o Sertão Central de Pernambuco.

¹⁰¹ Ficou então como dirigente, e depois foi para a Fetape desenvolvendo atividades junto à secretaria de políticas voltadas para a juventude rural.

| Nº ORD | FUNÇÃO | SERTÃO (40 STRs) | | | | AGRESTE (52 STRs) | | | | MATA (42 STRs) | | | | TOTAL | | TOTAL = 134 STRs | |
|--------|-------------------|------------------|-----------|------------|-----------|-------------------|-----------|------------|-----------|----------------|-----------|------------|-----------|------------|------------|------------------|-------------|
| | | QUANTIDADE | | PERCENTUAL | | QUANTIDADE | | PERCENTUAL | | QUANTIDADE | | PERCENTUAL | | H | M | QUANT. | % |
| | | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | | | | |
| 1 | PRESIDENTE | 34 | 6 | 85 | 15 | 42 | 10 | 81 | 19 | 41 | 1 | 97,6 | 2,4 | 117 | 17 | 87,3 | 12,7 |
| 2 | VICE-PRESIDENTE | 17 | 3 | 85 | 15 | 19 | 5 | 80 | 20 | 7 | 6 | 54 | 46 | 43 | 14 | 75 | 25 |
| 3 | SEC.ORG E FORM | 8 | 31 | 21 | 79 | 11 | 38 | 32 | 77 | 24 | 18 | 57 | 43 | 43 | 87 | 33 | 67 |
| 4 | SEC. FINANÇAS | 30 | 10 | 75 | 25 | 32 | 19 | 63 | 37 | 38 | 4 | 90,5 | 9,5 | 100 | 33 | 75 | 25 |
| 5 | SEC.POL.SALARIAL | 3 | | 100 | | | | | | | | | | 3 | | 100 | |
| 6 | SEC.COOR.MULHERES | | 14 | | 100 | | | | | | | | | | 14 | | 100 |
| 7 | SEC.POL.AGRÁRIA | 13 | 6 | 69 | 31 | 35 | 4 | 90 | 10 | 18 | 4 | 82 | 18 | 66 | 14 | 82,5 | 17,5 |
| 8 | SEC.POL.AGRÍCOLA | 16 | 2 | 89 | 11 | | | | | | | | | 16 | 2 | 89 | 11 |
| 9 | SEC.JOVENS | | 1 | | 100 | | 2 | | 100 | | 1 | | | | 4 | | 100 |
| | OUTRAS | | 2 | | 100 | | | | | | | | | | 2 | | 100 |
| | TOTAL | 121 | 75 | 62 | 38 | 139 | 78 | 64 | 36 | 128 | 34 | 79 | 21 | 388 | 187 | 67,5 | 32,5 |

Tabela 1. PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NA DIREÇÃO EXECUTIVA DOS STTR'S DE ACORDO COM OS CARGOS QUE OCUPAM POR REGIÃO

FONTE: SETOR SINDICAL DA FETAPE - 2006

A partir da tabela acima podemos constatar que: o Sertão possui seis (15%) mulheres na presidência dos sindicatos; 3 (15%) vice-presidentes; 31 (79%) secretaria de organização e formação; 10 (25%) secretaria de finanças; 14 (100%) secretaria de mulheres; 6 (31%) secretaria de política agrária; 2 (11%) secretaria de agrícola; 1(100%) secretaria de jovens e 2 (100%) outras secretarias somando um total de 75 mulheres presentes nos 40 sindicatos pesquisados no pólos sindicais do Sertão em 2006. No agreste as mulheres apresentam os 38 (77%) nas secretarias de organização e formação; 19 (37%) nas secretarias de finanças; 4 (10%) nas secretarias de política agrária e 2 (100%) nas secretaria de jovens. Nos 52 sindicatos da região do agreste. Na região da zona da Mata, dos 42 sindicatos: 1(2,4%) ocupando o cargo de presidente; 6 (42%) como vice-presidente; 18 (43%) nas secretarias de organização e formação; secretárias de finanças são 4 (9,5%); nas secretarias de política agrária as mulheres ocupam 4 (18%) dos cargos e secretaria de jovens as mulheres ocupam 1% dos cargos em todos os sindicatos pesquisados. Esta tabela, construída pela própria federação possui limites na medida em que carece de comparação com outros períodos.

Contudo, a partir destes números, algumas observações podem ser feitas: i) que as mulheres não estão presentes ocupando os cargos de política salarial nem política agrícola na região do agreste e zona da mata, e ainda, que os sindicatos não possuem nenhuma secretaria específica para as mulheres. Sobre este aspecto, Elaine¹⁰² – ex-integrante do MMTR-NE e atualmente assessora da federação - afirma que a falta de mulheres nestas secretarias reflete o machismo muito forte ainda nesta região e que a participação das mulheres assalariadas da zona da mata ainda precisa ser maior:

A falta de mulheres nas Secretarias de Políticas Salarial deve-se ao fato destas secretarias, tratarem de assuntos referentes a questões trabalhistas, realizarem convenções coletivas para reivindicações de melhores condições de trabalho e salário para os trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem em regime de assalariamento. Esta secretaria é responsável ainda pela realização de estudos e sugestões sobre as reivindicações dos/as assalariados/as rurais nas campanhas salariais. Essas ações envolvem uma articulação direta com os órgãos de governo responsável pela legislação trabalhista ficando neste caso, a representação masculina à frente das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras sob a responsabilidade dos diretores homens. O mesmo ocorre com a falta de mulheres na Secretaria de Política Agrícola, porque esta secretaria tem sua ação voltada para a organização da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, com o acompanhamento da política de credito agrícola, armazenamento e comercialização no estado. As ações dessas duas secretarias reforçam a idéia de que o provento da família a partir dos salários obtido com a venda da força de trabalho e com a comercialização dos produtos agrícolas fruto da agricultura familiar é de responsabilidade dos homens.

Todavia, é preciso relativizar a fala de Elaine. Ou seja, se temos a questão do machismo muito presente na região da Zona da Mata é fundamental chamar atenção para o fato de que a mulher enquanto força de trabalho na atividade canvieira representa um segmento ainda mais precarizado. A irregularidade da sua inserção nesta atividade produtiva acaba por se refletir também na sua organização enquanto trabalhadora rural. Ambos

¹⁰² Em entrevista concedida a mim na sede da Fetape em 2007.

aspectos, articulados, se tornam obstáculos a ampliação da sindicalização das mulheres rurais da Zona da Mata pernambucana.

A tabela chama atenção para a não existência de secretarias específicas de mulheres no agreste e na zona da mata; Isso deve-se ao fato da Secretaria de Organização e Formação também representar as mulheres e/ou dos sindicatos não terem reformulado seus estatutos. No geral, os cargos onde existe maior presença das mulheres são os de organização e formação, finanças e mulheres. Por outro lado, de acordo com Elaine, a razão de a Secretaria de Organização e Formação ter maior presença de mulheres se deve ao fato de que ela é responsável pela “realização de campanhas para a sindicalização entre trabalhadores e trabalhadoras, realizar processos formativos, organizar e participar das atividades da mobilização sobre educação sindical, pela lavratura das atas, se responsabiliza pelos livros e documentos pertinentes às suas atribuições e pelo incentivo à participação de jovens e crianças trabalhadoras rurais no movimento sindical”.

A secretaria da mulher¹⁰³ é uma secretaria específica e tem como atribuição fundamental organizar e coordenar as atividades das mulheres junto às bases, incentivando sua sindicalização e participação na vida sindical. O que podemos inferir a partir deste dado é que a presença exclusiva de mulheres neste setor pode ser revelador de tensões internas à entidade, na medida em que apenas mulheres discutem e formulam políticas voltadas para as trabalhadoras rurais. Isto é, a despeito do histórico de mobilização e militância no estado, seja por meio dos movimentos seja pela criação destas instâncias específicas, não vemos nenhum homem compondo esta secretaria¹⁰⁴. Elaine ressalta ainda que:

esta secretaria sofre constantemente com a falta de recurso para realizar atividades de formação para as mulheres trabalhadoras rurais e suas atividades nem sempre é abraçada pelos sindicatos e como esta é uma secretaria que tem uma posição específica e uma transversalidade em todas as políticas dos sindicatos, ou seja, é que tem uma importância política na organização das mulheres pois suas ações de organização das mulheres na perspectiva da igualdade de gênero permeia todas as políticas dos sindicatos.

Nestes termos, das três secretarias que apresentam maior participação das mulheres se referem, sobretudo, a aspectos ligados à formação, mobilização e contabilidade dos recursos financeiros. Com exceção da Secretaria de Mulheres, que possui uma função claramente política, as outras duas possuem um caráter mais burocrático. Abreu e Lima (2003) também destaca que as mulheres tendem a contribuir de forma mais efetiva que os homens. O índice de quitação da contribuição sindical é maior em relação às mulheres. Este aspecto também tem sido apresentado como um argumento importante para legitimar ainda mais a

¹⁰³ Embora a orientação para que as federações criassem mecanismos de participação para as mulheres rurais já estivesse colocada desde o IV Congresso, o fato desta se repetir nos congressos que seguiram demonstram que a sua efetivação foi lenta. No V Congresso da Contag, em 1991, novamente é pauta esta questão e, somente após a criação da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural na Contag é que a criação de secretarias e comissões específicas a fim de que se ampliasse a participação das mulheres rurais na construção de suas pautas e no seu encaminhamento foram se tornou uma realidade em diversos estados. (CONTAG, 2002). Contudo, ressalte-se que a secretaria de mulheres de Pernambuco foi criada no ano de 1991.

¹⁰⁴ Poderíamos, inclusive, objetar que a simples existência de uma secretaria específica já evidencia que a ampliação da participação das mulheres na política sindical tem contado com avanços significativos, mas ainda é um processo lento de aproximação e adesão. No entanto, dado que a presença exclusiva de mulheres não obedece nenhuma exigência formal ou regulamento pode-se colocar que, por outro lado, a aproximação dos diretores homens às “questões referentes às trabalhadoras rurais” também tem sido lenta. Essa relação merece uma análise mais aprofundada e que foge aos objetivos deste trabalho.

sindicalização feminina: de que apesar de não serem muito preparadas para os discursos políticos, elas seriam mais comprometidas que os homens no sentido de viabilizar concretamente sua organização.

2.3. Os caminhos da representação: a Fetape e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central

É rica a literatura sobre Pernambuco. Contudo, trata-se de uma riqueza distribuída de forma desigual entre as regiões do estado. Enquanto podemos contar com uma imensa literatura dedicada à Zona da Mata pernambucana, é escassa a literatura dedicada ao sertão pernambucano como espaço de lutas, dada a centralidade que a zona da mata teve desde meados do século XX¹⁰⁵. Porém, quando procuramos entender o surgimento dos movimentos de mulheres no estado precisamos caminhar rumo ao interior do estado e chegar ao Sertão Central¹⁰⁶, onde surgem as suas primeiras mobilizações. Este capítulo busca apontar aspectos relevantes para compreendermos as razões do protagonismo das mulheres pernambucanas do sertão que se desdobrou em dois movimentos “independentes” de mulheres trabalhadoras rurais.

O sertão Pernambucano corresponde a 63,7 % do território estadual, onde há o predomínio de minifúndios (quem possui 10 hectares é considerado grande proprietário) e de pequenos agricultores (CORDEIRO, 2006). Sendo uma área que se caracteriza, entre outros aspectos, pela ausência de uma política de desenvolvimento voltada para os moradores dessa região semiárida, as condições de vida são extremamente precárias. Desse modo, a participação nas frentes de emergência constituía-se como uma forma de obter renda nos períodos de seca, evitando-se migrar para outras regiões dentro e fora do estado. De acordo com Cordeiro (2006):

A questão da água é emblemática durante a seca. Nesse contexto, quando a referência é a falta de água para o consumo da família, a mulher agricultora é o principal sujeito da questão, pois ela continua a ser responsável pelas atividades relacionadas ao espaço doméstico segundo a antiga, mas ainda atual divisão sexual do trabalho praticado na região. A mulher agricultora, apesar de assumir a responsabilidade pelo abastecimento de água para o consumo familiar, está ausente das decisões dos programas criados que se destinam à solução do problema da água na região, fato que revela o tratamento social desigual dispensado as mulheres agricultoras do semiárido. (CORDEIRO, 2006: p. 179)

¹⁰⁵ Neste aspecto, há de se fazer uma menção aos conflitos em torno da barragem de Itaparica. Destaca-se nesse sentido a pesquisa levada a cabo por Pandolfi (1986) acerca das lutas sociais na região.

¹⁰⁶ O sertão pernambucano é dividido em duas mesorregiões: São Francisco pernambucano, com quinze municípios e Sertão Pernambucano, com 41 municípios. Por esta razão, é importante salientar que o recorte espacial dado pelo MMTR-Sertão central segue a divisão territorial com base na articulação político-sindical tal qual definida pela Fetape. O Pólo Sertão Central compreende treze municípios: Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Triunfo, Cedro, Serrita, Mirandiba, São José do Belmonte, Calumbi, Terra Nova, Betânia, Verdejante e Salgueiro. Ver Mapa 1.

A seca que marca os anos de 1979 a 1984 e a mobilização de mulheres pela participação nas frentes tem como registro o resgate que elas próprias fazem desse período, em documentos das primeiras reuniões, mas, sobretudo, em suas memórias. A primeira reunião de base com as mulheres de Serra Talhada foi conduzida por Vanete Almeida, assessora da Fetape no Pólo. De acordo com Vanete, nas reuniões dos sindicatos não havia uma única mulher num grupo de 80, 100 pessoas. Aos poucos, teria começado um trabalho, ainda que isolado, de conversar informalmente com as mulheres, formando pequenos grupos com quatro ou cinco participantes. Nessas primeiras reuniões com o propósito discutir quais eram as questões e dificuldades comuns a elas, algumas tímidas aberturas pelo sindicato de Serra Talhada começam a conferir outra conotação às reuniões, que passam então a se realizar nos sindicatos e não mais nas casas das mulheres.

O que antes eram relatos pessoais e depoimentos tomaram, nesse momento, o caráter de reivindicação, e o que as mulheres buscavam nos sindicatos era o respaldo político de encaminhamento dessas questões. O envolvimento do sindicato de Serra Talhada em prol do alistamento das mulheres nas frentes de emergência será o início de uma relação que se estende até os dias de hoje. A atuação da Fetape nesse período, por meio do Pólo Sindical de Serra Talhada, voltava sua atuação, sobretudo, para impedir que trabalhadores dessa região migrassem para a zona da mata onde as mobilizações pelas greves tomavam grande proporção. A estratégia de frear a migração de trabalhadores de uma região para outra a fim de que a mobilização em torno das greves não se arrefecesse tornou-se também um mote de organização no agreste e no sertão pernambucano.

Não obstante, a mobilização das mulheres neste contexto teve desdobramentos para além da participação nas frentes de emergência. Ou seja, se a formação de um grupo de mulheres foi uma iniciativa do Polo Sertão Central da Fetape, surge outra questão “inesperada”. Como vimos anteriormente, a luta das mulheres pelo direito ao alistamento nas frentes de emergência, agregaria outra luta: a luta pela ampliação da sindicalização das mulheres¹⁰⁷. Entretanto, se mesmo ser sócia dos sindicatos não era uma prática comum e se constituía como uma luta “das mulheres”, busca-se, durante os anos que se seguiram, ainda que de modo incipiente, estimular a participação da mulher nas direções sindicais, ocupando cargos importantes como a tesouraria ou a presidência dos sindicatos.

¹⁰⁷ Como já foi evidenciado anteriormente, existiam exceções a esse respeito já que não havia uma restrição clara à sindicalização da mulher. Por outro lado, este fato nos leva necessariamente a compreender em que consistiam barreiras que as impediam de participar de forma significativa nos sindicatos: o não reconhecimento como trabalhadora, o não reconhecimento como indivíduo capaz de atuar politicamente (a despeito de mulheres como Margarida Maria Alves, Maria da Penha e Elizabeth Teixeira entre outras), o controle social e o costume calcado no patriarcalismo de apenas o marido ou pai ser sócio do STR.

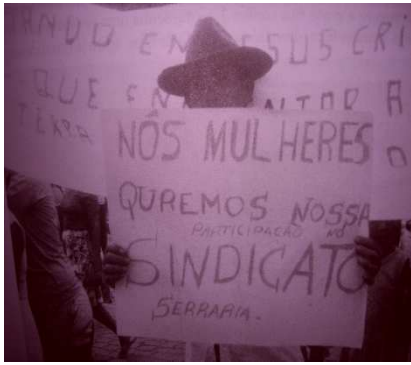


Foto 1. Passeata de mulheres rurais em Serra Talhada¹⁰⁸



Foto 2. Manoel Santos e Vanete Almeida em manifestação pelo alistamento de mulheres nas Frentes de Emergência¹⁰⁹

É o início de uma relação de muitos conflitos, mas que começa a encontrar eco nos dirigentes sindicais em Serra Talhada e em municípios vizinhos. Por outro lado, a participação nas frentes de emergência criou uma situação inusitada, mas que acabou por contribuir com a proposta de uma organização mais estruturada. As frentes criavam a oportunidade de cerca de 500 mulheres se encontrarem em um ambiente novo, diferente de formas tradicionais como reuniões de igreja ou clubes de mães, o que facilitava, em certo sentido, o trabalho de organização levado a cabo por Vanete Almeida:

a gente encontrava 400, 500 mulheres juntas e, rapidamente, conseguíamos perceber as que tinham mais coragem, as que não aceitavam qualquer coisa, as que tinham maior espírito de liderança (ALMEIDA, 1995: p.98)

Como foi afirmado anteriormente, em 1983 e já a partir de uma relação mais estreita entre os grupos de mulheres e os sindicatos da região, é elaborado o documento chamado “Mulher excluída do plano de emergência” pelo Pólo Sindical Sertão Central. A seca e a participação das mulheres passaram a ser manchete no estado¹¹⁰ e a fiscalização dos contratos para a realização de obras, uma tarefa levada a cabo pelos sindicatos “combativos”. Tais sindicatos combativos se diferenciavam tanto pelo não atrelamento ao Estado quanto pela postura crítica em relação à ação sindical distanciada da “base” e marcada pelo verticalismo. As oposições sindicais representaram, neste contexto, um interlocutor fundamental das primeiras iniciativas de organização e de aproximação das mulheres rurais com a esfera sindical. De acordo com Almeida (1995), essas seriam as primeiras conquistas concretas: i) participação da mulher; ii) sensibilização da opinião pública em relação à participação da mulher nas frentes de emergência; iii) pagamentos sem atraso; iv) mudanças na administração do programa de alistamento.

¹⁰⁸ Lê-se no cartaz: “Nós mulheres queremos nossa participação no sindicato – Serraria”. A foto, sem data precisa, é registro de passeatas que aconteciam em Serra Talhada no início da década de 1980. (MMTR-Sertão Central, 1985)

¹⁰⁹ Sem datas precisas, as fotos são da primeira metade da década de 1980. (MMTR-Sertão Central, 2004)

¹¹⁰ Este documento foi divulgado na imprensa local e no estado a partir da Fetape.

Assim, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central (MMTR-Sertão Central) surge oficialmente em 1984 como um espaço “autônomo”¹¹¹ de discussão, debates e formação política composto apenas por mulheres rurais de Serra Talhada e de municípios próximos. Deste primeiro encontro participaram 33 mulheres. Vanete explica essa relação da seguinte forma:

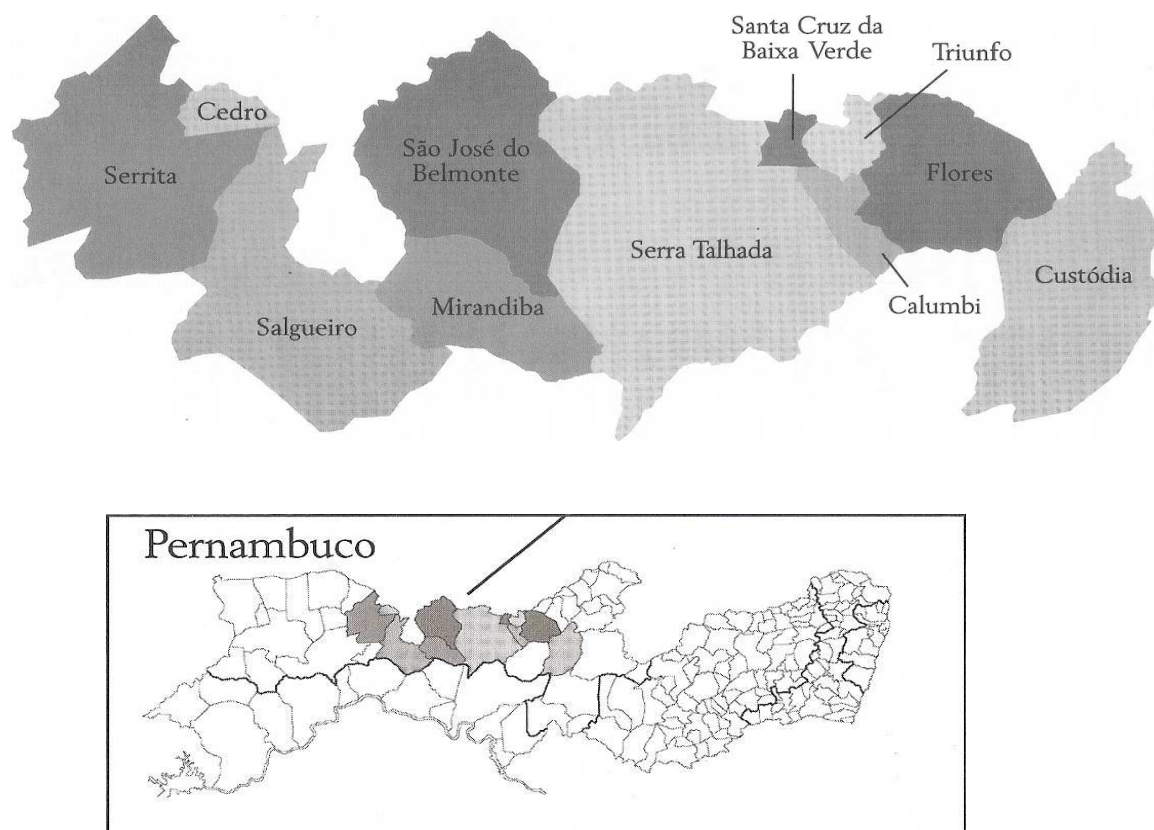
Os sindicatos dos trabalhadores e o movimento de trabalhadoras têm grandes objetivos em comum. Mas, as mulheres têm suas próprias reivindicações e formas de discutirem e se organizarem. Elas têm os dias de reunião só delas. Depois, elas discutem junto com os homens. Hoje, já dá pra elas discutirem ao lado dos homens. Mas, quando elas não podiam falar, tinham que ter um espaço próprio. Senão, não falariam nem discutiríamos suas questões nunca. Elas apenas iriam concordar com o que os homens dissessem. (ALMEIDA, 1999: p.128)

Dado o esforço de realizá-lo, Vanete Almeida coloca que foi um número ótimo e, no mais, ele foi marcado pelo sentimento de que, pela primeira vez, elas estavam sendo valorizadas:

Foi o que a gente chama “encontro molhado”. Elas choravam, porque a metodologia desse encontro foi: “Quem sou eu?” Elas descobriram que não lhes era dado nenhum valor, que não tinham direito nem de pensar, quanto mais de se manifestar. E elas choravam profundamente. Com elas, fomos construindo uma metodologia, partindo de onde elas estavam, de como elas pensavam. Daí, a gente ia transformando alguma coisa, do entendimento que elas tinham da vida, da religião e do sindicato. (ALMEIDA, 1999: p.122)

¹¹¹ Autonomia, neste contexto, se refere à consolidação de um espaço de discussão composto apenas por mulheres e de construção de suas demandas a partir da realização periódica de encontros entre as mulheres dos municípios que compunham o Pólo Sindical Sertão Central. Não se trata de uma instância política completamente descolada dos sindicatos. Mas um espaço de formação e debates que, como vemos, direciona suas demandas para os sindicatos dado o seu reconhecimento como legítimo porta-voz dos trabalhadores rurais. Esse processo foi comum em diversos estados, ou seja, a necessidade de se construir um espaço onde as mulheres se sentissem à vontade para se colocarem sem se sentirem coagidas ou envergonhadas pelos homens. Vale destacar que estes homens em grande parte eram familiares seus ou pessoas próximas, o que fazia com que relações externas ao ambiente sindical fossem reproduzidas uma vez que as mulheres começavam a participar de forma mais efetiva. A relação de tutela e dominação comum à vida privada de muitas dessas mulheres passava a ser transposta para os momentos das reuniões e discussões tornando-se mais um obstáculo e um fator silenciador de sua participação política. A diferença mais significativa entre essas iniciativas se dá quando de seus desdobramentos, isto é, após a necessidade inicial de um espaço formado “por” e “para” mulheres os expedientes utilizados por cada movimento trouxe à tona diferenças fundamentais e que dizem respeito não apenas ao momento político, mas ao histórico de organização dos trabalhadores rurais em cada região.

Mapa 1. Área de atuação do MMTR-Sertão Central-PE



Fonte: MMTR-Sertão Central, 2004.

Ao mesmo tempo em que o discurso da necessidade de se ter mais mulheres na luta sindical se legitima, é evidente o lugar de pouco destaque que ele ocupa em um contexto onde as pautas da Fetape, assim como de outras federações pelo país, eram a política salarial, greves, política agrícola, reforma agrária etc.

A formação do MMTR-Sertão Central se deu nas vésperas do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais que aconteceu em 1985. Neste ano, as mulheres organizadas no MMTR- Sertão Central e no Polo Sindical da Fetape em Serra Talhada formularam uma tese a ser apresentada no congresso como uma contribuição de Pernambuco à Comissão de Sindicalismo intitulada “Proposta para aumentar a participação de nós mulheres trabalhadoras rurais no nosso Movimento Sindical”¹¹² que tinha como um dos principais pontos a exigência de uma cota mínima de 30% de mulheres em cada instância do movimento sindical.

Entretanto, o Congresso no Estado de Pernambuco havia encerrado as discussões, o que adiaria para o próximo V Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais a possibilidade de se apresentar nacionalmente a tese. Assim, o que deveria ter sido discutido no Congresso estadual pelos representantes de cada Pólo Sindical, aprovado e encaminhado para o IV Congresso Nacional acabou sendo encaminhado como uma proposta de um Polo, o Polo

¹¹² Entre outras reivindicações, o documento propunha: incentivar as mulheres a serem delegadas de base e assumirem cargos de direção; incentivar encontros específicos de mulheres rurais; promover o treinamento de lideranças femininas.

Sertão Central. Caso contrário, a tese acerca da participação das mulheres nos sindicatos seria apresentada somente no próximo congresso da CONTAG.

Conforme uma comunicação oficial da Fetape “o peso político da representação do Polo Sindical e a força do conteúdo da tese se impuseram” e milhares de cópias da tese foram impressas e distribuídas aos congressistas (FETAPE, 1987a). A tese, defendida por Maria Lima Ferreira de Souza (Dona Lia), presidente do STR de Itapetim no sertão de Pajeú, e única mulher presidente de sindicato em Pernambuco naquela época, foi aprovada por unanimidade. Tinha como objetivo criar um mecanismo de pressão para com os STRs e federações, uma vez que a tese constava agora nos anais do IV Congresso Nacional. De forma sucinta, podemos observar que, desde então, a aplicação efetiva dos pontos destacados na tese no que se refere à criação de formas concretas de ampliação da participação das mulheres tornou-se uma das principais bandeiras do MMTR-Sertão Central.

Campanhas para a associação das mulheres e, sobretudo, pela qualificação da sua participação nos sindicatos, uma vez que muitas vezes elas ocupam cargos de suplência ou de secretárias, tornaram-se o foco da atuação do movimento¹¹³. Em entrevista, Auxiliadora Cabral – ex-dirigente do MMTR-Sertão Central e atualmente dirigente do MMTR-NE – diz que:

Uma coisa a gente tinha clareza, a gente vinha dos espaços mistos, trabalhava nos sindicatos rurais e que lá quase não havia mulher....a mulher era pra fazer o cafezinho...às vezes a gente chegava pra fazer uma reunião, o marido dizia: deixa que eu respondo...ela não sabe... O movimento a gente foi organizando desde os sindicatos.

Entretanto, esse contexto de meados da década de 1980 foi marcado pelo acirramento da disputa pela representação política dos trabalhadores rurais entre o sindicalismo rural contaguiano, o movimento crescente das oposições sindicais e as novas formas de mobilização no campo, expressas em movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as lutas dos atingidos por barragem, dos seringueiros etc. Nestes termos, tensões permanentes nesse campo de disputas¹¹⁴ fariam com que o temas da reforma agrária se mantivesse como prioridade de pauta, em detrimento das demandas apresentadas pelas mulheres, mantendo assim a hierarquia das pautas.

Ao mesmo tempo em que essa relação entre a Fetape e o MMTR-Sertão Central se estreita cada vez mais, de modo algum trata-se de uma relação harmônica. A criação em 1991 de uma Comissão Estadual de Mulheres Rurais traria à tona o desconforto de muitos dirigentes da federação pela existência do MMTR-Sertão Central. De acordo com Cícera Nunes¹¹⁵, alguns pontos em relação ao movimento são, em geral, pouco claros dentro do sindicalismo em Pernambuco. Como por exemplo, o fato de ser um “movimento” gera outras interpretações e segundo Cícera, não raro é necessário explicar “que o movimento não tem

¹¹³ De acordo com Cappellin, “inicialmente aprende-se a lealdade de base que fomenta o sentido de pertença do indivíduo ao grupo de referência; sucessivamente constroem-se as concepções fundamentais das relações sociais adquirindo os primeiros rudimentos dos mecanismos políticos. São assim incorporados os instrumentos cognitivos e as expressões da ação política. Finalmente graças à acumulação destas orientações já adquiridas pode-se agir diretamente no contexto político”. (CAPELLIN, 1994: p.3)

¹¹⁴ Como colocado anteriormente, este Congresso é realizado em um contexto marcado pelo acirramento entre a Contag e a CUT e o MST. Outro aspecto fundamental é o fato de que a própria estrutura verticalizada da Contag sofria questionamentos no que se refere às eleições sindicais, exigindo-se uma maior democratização destes processos. Sobre estas questões ver Medeiros (1989) e Ricci (1999)

¹¹⁵ Cícera começou a participar do movimento sindical a partir do MMTR- Sertão Central, foi dirigente sindical em Serra Talhada, dirigente do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Nordeste e atualmente – 2011 - ocupa a Comissão de Juventude Rural da Fetape.

CNPJ, que as reuniões acontecem na sede da Fetape em Serra Talhada e que, portanto não se trata de competir, mas de somar forças”¹¹⁶. Em uma publicação¹¹⁷ do MMTR-Sertão Central, Cícera explica o que significa o movimento para ela:

é não deixar de fazer política e defender minha vida, meu espaço como mulher, como cidadã, não deixar de lado toda a minha identidade de trabalhadoras rural. É um espaço que me fortalece nas horas mais difíceis e boas da vida sindical.

Cordeiro (2006) já apontava para o fato de que a nível estadual e nacional, por exemplo, a articulação era construída no interior do movimento sindical, na criação de secretarias e coordenações nos sindicatos, nas federações e na Confederação. A esse respeito, Cordeiro afirma que:

Esta relação com o movimento sindical vai dando uma conformação bastante ambígua ao Movimento, com algumas peculiaridades que o diferenciam dos demais movimentos de mulheres rurais no país: não é fruto da ação progressista da Igreja Católica, a exemplo do Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano ou do Movimento de Mulheres Agricultoras do oeste de Santa Catarina; inseriu-se dentro do movimento sindical rural, mas não é subordinado a nenhuma instância do mesmo; adotou o nome do pólo sindical (Sertão Central) e traz nas capas das publicações tanto o nome da Fetape, quanto dos sindicatos, entretanto, planeja e avalia suas atividades de forma autônoma. (CORDEIRO, 2006: p. 227)

A trajetória de Elaine¹¹⁸, por exemplo, também guarda semelhança com a de Cícera. Em 2007 Elaine atuava na Fetape como assessora da secretaria de mulheres, porém já atuou junto ao MMTR-NE. Em nossa conversa¹¹⁹, Elaine se coloca como parte de uma história de luta, referindo-se ao histórico de mobilizações de seu estado de origem. Ao refazer sua trajetória, diz que desde pequena acompanhava a mãe nas reuniões dos clubes de mães e que sempre achou que o caminho era a participação. Sobre a Fetape diz que “era um sonho eu estar na Fetape, ela tem uma história! É mais antiga que a Contag, é onde tudo começou. sem querer diminuir os outros estados, nenhum é como Pernambuco!”¹²⁰ De acordo com Elaine, ainda que a participação nos movimentos de mulheres seja fundamental, o sindicato é o lugar onde elas devem estar e, por essa razão, cita as cotas como um “mal necessário”:

As mulheres não precisam saber ler, precisam é saber intervir, de melhor condições de trabalho. O movimento é de classe e a CONTAG é muito importante por ser a maior da América Latina. Mas que as cotas são um “mal necessário” isso é, porque as mulheres não podem estar fora destas instâncias e dos sindicatos, não dá pra existir um sindicato de trabalhadoras rurais, não faz sentido.¹²¹

¹¹⁶ Em entrevista concedida a mim em julho de 2007.

¹¹⁷ *Uma história de mulheres*, MMTR-Sertão Central. (2004)

¹¹⁸ Dirigente da Fetape. Entrevista realizada durante a preparação para a Marcha das Margaridas na Contag em novembro de 2006.

¹¹⁹ Meu primeiro contato com Elaine se deu durante a preparação para a Marcha das Margaridas em 2006. Neste momento, Elaine não quis que eu a entrevistasse formalmente e me pediu que fosse um “bate papo”.

¹²⁰ Notas do caderno de campo.

¹²¹ *Ibid.*

Dando continuidade à nossa conversa, pergunto a Elaine sua opinião sobre outros movimentos de mulheres. Sua avaliação é que as mulheres que integram o MST são muito distantes e avalia que “são caminhos diferentes”. Elaine, que diz desconhecer o Movimento de Mulheres Camponesas, tece críticas em relação aos movimentos de mulheres da região sul: “O problema do sul é que eles querem virar Europa, que foi o único lugar que teve uma reforma agrária, a gente tem é que brigar nos sindicatos pelegos, que ainda criam problema para as mulheres serem sócias¹²²”.

Contudo, a forte tradição sindical de Pernambuco se entrelaça com o histórico do MMTR-Sertão Central ao ponto de ser praticamente impossível tratar do Movimento sem considerar os vínculos estabelecidos nas últimas décadas. Em uma publicação do movimento lê-se:

“Nossa luta e nosso Movimento por dentro do Movimento Sindical é para romper com esta situação de exploração e opressão, de desigualdade e injustiça e construir um novo momento no Movimento Sindical. Queremos participar da vida sindical, queremos, inclusive, chegar às direções, mas trazendo novas qualidades à luta sindical” (MMTR- Sertão Central, 2004)

Evidentemente, as demandas se alteraram com o passar dos anos e variações em relação às pautas do movimento podem ser percebidas. No entanto, é sintomático perceber como a preocupação em ocupar as instâncias sindicais é uma constante. Todavia, não se trata de dizer que tal fato traduz uma transposição de pautas que são do sindicato para o movimento. A questão que se coloca é a de que, para o MMTR-Sertão Central, conquistas direitos para as mulheres passa por estar presente nos sindicatos rurais e por garantir que estes as apoiem em suas ações.

¹²² Ibid.

Capítulo III

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

Para compreender o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste em 1987 é preciso compreender a gama de possibilidades postas para os movimentos independentes de mulheres rurais na década de 1980. Dada a formação de diversos movimentos de mulheres rurais, tenta-se, nesse período, criar possibilidades de uma articulação mais ampla, que viabilize ação concreta para além do contexto e das demandas locais de cada estado. Assim, em 1986 é realizado o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres em Barueri, São Paulo, apoiado pela CUT e pelo MST, com o objetivo de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais.

A proposta de participação dos estados do nordeste surge após a viagem de uma liderança, Maria da Penha Nascimento¹²³, do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo da Paraíba¹²⁴ para o Rio Grande do Sul com o objetivo estreitar as relações entre a experiência organizativa que se consolidava nesse estado e as iniciativas de mobilização e organização do brejo paraibano e do sertão de Pernambuco. Contudo, ao final do encontro, a formação de uma articulação nacional de movimentos de mulheres rurais foi considerada prematura pelo conjunto de movimentos que lá estavam, limitando-se à resolução de que os movimentos deveriam concentrar esforços para a criação de redes regionais.

De acordo com as considerações de Deere (2004), esse encontro foi seminal para o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Nordeste em 1986, e da Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR – Sul), em 1988.¹²⁵ Ainda que não se tenha levado a cabo a proposta de uma articulação nacional, no 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Alice Falcão, representante do MST, faz um relato da luta pela reforma agrária no Rio Grande Sul.

Nos anais do 1º Encontro realizado em 1987, em vários momentos, há referências à necessidade de uma maior articulação entre os estados do Nordeste e do restante do Brasil para o encaminhamento de lutas e unificação de demandas. De onde podemos inferir que, em certo sentido, esse fato indicava uma possibilidade de articulação futura. No entanto, na apresentação do 1º Encontro do MMTR-NE, o Encontro de Barueri teria, na verdade, apontado para “a necessidade dos estados do nordeste se encontrarem à parte” dado que as diferenças de concepção política entre as mulheres da região nordeste e da região sul geraram situações percebidas como “grosseiras” e “desrespeitosas”. (MMTR-NE, 1987)

Ao observarmos as questões presentes nos anais deste 1º Encontro do MMTR-NE¹²⁶, nota-se a referência constante à necessidade de sindicalização das mulheres e de formação

¹²³ Maria da Penha Nascimento foi uma importante líder feminista e sindicalista rural na Paraíba. Morreu em 1991, em um acidente de carro junto à socióloga Elizabeth de Souza-Lobo nos arredores de João Pessoa. É importante frisar que, neste período, as oposições sindicais e a CUT eram presentes tanto na Paraíba quanto no sertão Pernambucano e, neste sentido, acabavam por impulsionar as tensões entre as organizações de mulheres e os sindicatos uma vez que estes eram percebidos como “pelegos” pelo fato de não associarem as mulheres.

¹²⁴ A região do Brejo Paraibano neste momento se caracterizava pelas oposições sindicais.

¹²⁵ Em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e, mais recentemente em 2004, o Movimento de Mulheres Camponesas. Dados recentes da pesquisa mostram que a ANMTR (que não existe mais) tinha pouca representatividade nos estados do nordeste. Sua “base” eram os MMTRs dos Estados do Sul e que atualmente compõe o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

¹²⁶ Ver Anexo 2.

para uma “atuação qualificada” nos sindicatos desde o primeiro encontro. Como questões principais aparecem:

- campanha para esclarecer a importância de se associar, dos direitos, papel da mulher na sociedade.
- capacitar-se politicamente para assumir cargos/coordenações; incentivar participação e associação.
- a troca de experiências com companheiras que já conquistaram o espaço (dirigentes sindicais); troca de experiências de lutas de sindicalização;
- formar grupos de mulheres, exigir seus direitos (reconhecimento como trabalhadora rural, e os direitos que decorrem desta condição).
- Participar nas decisões, assembléias.
- Que as associações nos sindicatos pelegos sejam feitas em bloco¹²⁷.
- Direito a ser delegada de base ou participar da direção do sindicato.

Destacam-se ainda as vantagens da sindicalização:

- Poder de decisão numa assembléia;
- Sair como delegada para os Congressos e Encontros.
- Ser reconhecida como trabalhadora e valorizada.
- Participar e descobrir o valor como mulher

Como objetivo, é colocado:

- Formar uma articulação a nível de Nordeste. Se capacitar para assumir com condições. Participar da Escola Sindical.
- Realizar estudo sobre a realidade - sindicato. (MMTR-Ne, 1987: p.15)

Entretanto, a visão sobre a importância de se associar e dos sindicatos como forma legítima de representação política viria a se tornar um divisor de águas entre as articulações regionais, MMTR-NE e AIMTR-SUL, e que tem ao longo desses anos aprofundado as divergências de concepção política. De acordo com a entrevista de Severina Ribeiro, dirigente do MMTR-PI e do MMTR-NE:

A gente começou junto... foi junto com os movimentos do sul... e depois separamos... o sul pra lá e nós pra cá... as cabeças das mulheres do sul não são iguais às nossas... lá tem riqueza, aqui não tem. Lá as trabalhadoras rurais são pequenas fazendeiras e as daqui só tem enxada, nem o arado não tem, é muito diferente e desigual. E elas engoliam muito a gente, a gente brigava muito. A gente fazia uma pauta bem feita, mas no final só aparecia o sul.

Desde o início, o MMTR-NE contou com as mesmas lideranças do MMTR-Sertão Central e não por acaso sua sede foi por 20 anos em Serra Talhada. A formação de uma articulação regional teria dado fôlego à continuidade das atividades, ampliando as bandeiras e demandas que por dois anos (1984 e 1985) foram pautadas pelo MMTR-Sertão Central). As

¹²⁷Este tópico se refere à orientação de que as mulheres busquem solicitem a associação de forma coletiva a partir da concepção de que se diversas mulheres desejam, ao mesmo tempo, tonar-se sócia, a resistência por parte do sindicato tende a ser menor.

dificuldades de mobilização, organização e, sobretudo, de articulação nos e entre os estados, delegaria à Pernambuco o lugar de direção do movimento. Sobre este aspecto, a experiência do MMTR-PI é um exemplo desta relação. Severina Ribeiro afirma que “em 1986, na primeira candidatura de Lula eu já estava mais esclarecida com a esquerda e a gente fundou o movimento de mulheres no Piauí. Mas foi incentivado por Vanete Almeida que deu um empurrão aqui no estado... e desde então a gente vem avançando no feminismo”.

O fato de ter nascido do estado uma organização mais sólida (dada a relação com a Fetape) teria contribuído para que grande parte da dinâmica do movimento fosse pautada pelo cenário político de Pernambuco¹²⁸. Desde os primeiros momentos da formação até os dias de hoje a alternância entre MMTR-Sertão Central, MMTR-NE e Fetape é comum à trajetória de muitas lideranças como, por exemplo, Vanete, Cícera, Auxiliadora Cabral¹²⁹, Lúcia Lira¹³⁰ e Margarida Pereira¹³¹. Assim como é significativo que uma cópia da tese apresentada no IV Congresso da Contag componha os anais do 1º Encontro do Movimento.

Com atuação nos nove estados do nordeste, o MMTR-NE¹³² possui atualmente uma capilaridade significativa de trabalhos com mulheres rurais, contando com cerca de 450 grupos de base¹³³ (MMTR-NE, 2006). Cabe aqui pontuar que, mesmo nos grupos de base, não há mulheres que pertençam a outros movimentos de mulheres que não aos MMTRs de cada estado ou aos sindicatos ligados às respectivas federações. Na própria estrutura organizativa do movimento é possível identificar a influência da relação com os sindicatos seja pelo fato de que todas as 18 dirigentes ocupam cargos nos sindicatos, ou ainda na sua estruturação que possui, além duas dirigentes e cerca de 20 sócias em cada estado.

Todo esse entrelaçamento presente na composição do MMTR-NE, onde todas as dirigentes participam ativamente da política sindical, nos aponta para a impossibilidade de compreender qualquer “movimento” fora de um campo de relações que fazem parte tanto do seu histórico como corresponde a uma determinada experiência social. Nos Anais do 1º Encontro é interessante o registro da fala de Vanete Almeida:

¹²⁸ Cabe aqui uma ressalva. O MMTR-Ne é uma articulação regional, porém foge às possibilidades desta dissertação se aprofundar acerca das trajetórias dos movimentos em cada estado. Por esse motivo, o que buscamos salientar é a preponderância do estado de Pernambuco neste processo. Isto é, naquele contexto específico, foi a experiência de Pernambuco e as possibilidades políticas postas que, de certa forma, colocaram as mulheres do sertão em uma posição privilegiada no sentido de encaminhar as mobilizações e a organização no estado e para além dele. A experiência levada à cabo por elas assumiu o caráter de orientação para os demais, centralizando a organização durante todos estes anos. Obviamente, este aspecto não significa que sempre será desta forma. Mas é de total relevância o fato de nunca ter havido sequer a sugestão de que a sede mude de estado.

¹²⁹ Auxiliadora Cabral, nascida em 1949, foi secretária do STR de São José do Belmonte desde 73. Foi liderança do MMTR-Sertão Central e atualmente é assessora do MMTR-NE.

¹³⁰ Lúcia Lira, nascida em 1954, é sócia desde os 18 anos e funcionária da Fetape desde 1973. Em 1999, pede licença à Fetape para poder atuar no MMTR-NE. Volta em 2004 como assessora da Comissão Estadual de Mulheres da Fetape.

¹³¹ Margarida, nascida em 1949, se associa ao sindicato em 73. Em 1988, torna-se dirigente sindical e no VI Congresso da Contag foi eleita a primeira coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

¹³² No Anexo I, consta uma apresentação do MMTR-Ne no que se refere à sua missão, objetivo, identificação, áreas de atuação e conquistas.

¹³³ Os grupos de base são formados por mulheres trabalhadoras rurais de todos os estados do nordeste mobilizadas em torno do trabalho com a agroecologia e agricultura familiar, artesanato e educação rural. Contam com reuniões regulares tanto a nível municipal quanto estadual a partir da articulação do MMTR de cada estado. Durante as entrevistas busquei levantar mais informações acerca destes grupos. Entretanto, há de se fazer uma ressalva. Os números levantados pelas dirigentes em cada estado são imprecisos. A participação das mulheres é muitas vezes irregular e, de acordo com as dirigentes, elas são poucas para acompanhar com mais proximidade as ações de cada grupo.

É preciso convencer as mulheres a participarem no sindicato. Aqui em Pernambuco, quando as dificuldades apertam, nos organizamos nos nossos sindicatos e exigimos audiência com as autoridades: Prefeito, Secretário da agricultura, Governador do Estado. Tudo isso já fizemos aqui em Pernambuco, em busca de nossos direitos.

Analisando a trajetória de algumas dirigentes do movimento, esta relação se torna evidente. O que buscamos destacar é o fato de que o sindicato para estas mulheres não se resume a ser apenas sócia, mas um lugar importante de organização delas como trabalhadoras¹³⁴. Dirigente do MMTR-BA e do MMTR-NE, Antônia Mendes de Matos, se associou ao STR de Aporá no final da década de 1980 e três anos depois assumiu o cargo de secretária do sindicato. Logo depois, elegeu-se presidente e, à época da entrevista, acumulava as funções de tesoureira do sindicato e membro do conselho fiscal do MMTR-NE.

Já Enedina Pereira da Silva, também do MMTR-PI junto com Severina, relata que sua indignação vem desde a sua juventude. Enedina trabalha desde seus doze anos como diarista. No entanto, diz que seu pai retirava o dinheiro de seu trabalho e dava para o irmão mais velho. No entanto, é a história de sua mãe que ela resgata para justificar seu engajamento. De acordo com Enedina, a mãe foi sócia fundadora do sindicato da cidade de Floriano em 1974, mas que pouquíssimas mulheres participavam das reuniões. A entrevistada afirma que ela é a continuidade de um trabalho começado pela sua mãe, pioneira na sua região:

Ela diz que nas primeiras reuniões tinha pouca mulher, 1974 minha mãe já tinha os documentos. Ela não deixa a gente ficar de fora dessa discussão.

Por essa razão destaca que:

O movimento precisa colocar as mulheres pra se sindicalizar, porque novos sindicatos estão surgindo. Porque produzir o trabalhador e a trabalhadora ele produz, mas precisa de mais. Porque o sindicato era só pra documentação e previdência social, mas agora a gente precisa de tá em conjunto, pra saber das políticas, das informações.

Perguntada sobre como é participar de um movimento só de mulheres e de um movimento misto, Enedina explica afirmando que:

Isolado não cresce, não dá. Porque aí junta com o movimento de mulheres. Você vê todas essas que já deram entrevista são sindicalistas.

Por outro lado, ressalta o lugar fundamental que o movimento de mulheres rurais ocupa neste processo¹³⁵:

Tem os grupos da Fetag e da Contag, mas eles trabalham mais a questão financeira e não dão valorização ao corpo da mulher. Quando eu estou lá eu vejo, tem sempre um homem participando. Como você

¹³⁴ Uma música do MMTR-Ne é representativa desta relação: Pra ir votar, eu sou mulher/ Pra não ter voz eu sou mulher/Pra não ter vez eu sou mulher/ E no sindicato, porque é que eu não sou mulher? (Música “Sou Mulher”, MMTR-NE, 1990)

¹³⁵ Contudo, é importante ressaltar que sexualidade é um tema que surge apenas no 6º encontro em 1992.

vai falar da sexualidade da mulher na frente do homem? A mulher fica com vergonha, fica com medo.

Juscelina Martins, dirigente de Pernambuco, teve uma trajetória um pouco distinta. Iniciou sua participação nos grupos de base do MMTR-NE e tornou-se dirigente no final da década de 1990. Somente no ano de 2000 se associa ao sindicato de São José do Egito. Atualmente compõe o Conselho Fiscal do STR e a direção do MMTR-NE. É possível afirmar que, para estas mulheres, o sindicato é um instrumento de conquistas importantes para as trabalhadoras mas que o espaço de formação e qualificação para a intervenção política é adquirida nos momentos junto ao movimento de mulheres rurais. Assim, a opinião de Juscelina sobre o movimento sindical é a de que “é aqui que a gente descobre o caminho para os nossos direitos. Quando a gente tá sócio de uma entidade, a gente tem direitos. É participando que a gente consegue”. Não obstante, a fala de Severina Maria da Silva, do MMTR-PI, traduz essa relação entre participar do MMTR-NE e do movimento sindical da seguinte forma:

O sindicato é lugar importante, onde a gente estuda as coisas que chegam pra gente crescer e estar ali dentro se aperfeiçoando, mas tudo de bom que a gente aprendeu foi aqui (no movimento), porque aqui teve escola de formação, aqui é onde tem muito matéria, é onde a gente descobre o feminismo de verdade.

Ana Maria Medeiros, do município de Touros, no Rio Grande do Norte, também iniciou sua participação política no movimento sindical e lá conheceu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Rio Grande do Norte. Relata que, “hoje eu não vivo sem o movimento, é minha vida. Eu não sei viver sem as trabalhadoras rurais, sem o movimento. É diferente do movimento misto”. No seu município, a relação entre as reuniões dos grupos de base e o sindicato são de proximidade. À época da entrevista, Ana Maria era secretária do STR e foi bem enfática em ressaltar a importância do movimento de mulheres e dos sindicatos caminharem juntos:

Eu encontro as mulheres de todas as comunidades no sindicato, diariamente. É lá que a gente se encontra. E a cada sexta feira de cada mês a gente se reúne no sindicato pra discutir políticas públicas para a comunidade... tem dois transportes que traz as mulheres dos assentamentos pra o sindicato. Eu acho isso muito bom, essa parceria sindicato e movimento, acho muito bom mesmo.

Rosane Ribeiro, de 40 anos e mãe de quatro filhos, também do Rio Grande do Norte, conta que sempre teve uma vida restrita aos afazeres domésticos. Além de se perceber uma pessoa tímida, depois do casamento se considerava velha para participar das reuniões que aconteciam no sindicato de seu município. Diz que seu marido participava das reuniões no sindicato, mas que as tarefas domésticas eram completamente assumidas por ela. Por essa razão, considerava que “este era o seu papel e não pensava em participar de nada”. Contudo, em 1991, sua sogra a convidou participar das reuniões. A partir deste primeiro convite, Rosane começou a participar ativamente e, à época da entrevista, compunha a Comissão de Mulheres da Fetag-RN acumulando esta função com a presidência da associação do assentamento onde reside e a direção do MMTR-NE. Sobre a participação das mulheres no movimento sindical, Rosane afirma que:

Ainda tem sindicato que é muito machista, mas eu acho que o sindicato é o lugar certo para as mulheres. Até porque tem a questão dos homens e mulheres, dos direitos e tem que estar os dois ali, no dia-a-dia.

Perguntada sobre a atuação de outros movimentos de mulheres rurais em sua região ela coloca que:

Existe o MMC, mas com eles não tem parceria, até porque existe aquela coisa de racha e a gente não tem contato.

Maria Benício de Pontes, conhecida como Maria Preta, de 71 anos, à época da entrevista (em 2007) participava do conselho fiscal do STR de seu município (do qual já foi presidente) e também assumia a direção do MMTR-NE. Maria Preta foi “viúva de marido vivo” como ela mesma diz (seu marido a deixou com 14 filhos e foi para o Rio de Janeiro trabalhar) ¹³⁶. Em 1985 se tornou sócia do sindicato e se envolveu nas lutas por terra na Paraíba. Contudo, faz uma ressalva a acerca das distinções que percebe entre a forma como a luta pela terra é travada pelo sindicato e àquela levada à cabo pelo MST¹³⁷:

Mas nós não somos como o MST... eles são invasores... nós não, nós queremos negociar com o governo para garantir a propriedade, comprar a terra. A luta não é de invasão. O assentamento que a gente mora na Paraíba fomos nós, o sindicato e o movimento de mulheres que lutou pra ter. Tem até um assentamento com meu nome, Maria Preta.

Na Paraíba, Maria Preta relata que as reuniões aconteciam nos sindicatos até 2000, ressaltando a importância do diálogo com os homens em reuniões que eram abertas:

Quando a gente fazia reunião nos sindicatos era muita mulher, muita mulher pra assistir a reunião, fazíamos oficinas sobre gênero e classe. Nós lá na Paraíba fazemos até encontros mistos, de homens e mulheres, pra eles saberem o que é nosso sofrimento.

Recentemente, após a formação do Movimento de Mulheres Camponesas em 2004, Maria Preta diz que houve uma tentativa deste movimento de organização de grupos no seu estado. No entanto, quando eu perguntava sobre este processo, ela foi enfática ao afirmar a divergência existente entre o MMC e o MMTR-Ne dizendo que:

Elas queriam que a gente lá na Paraíba trocasse de sigla... mas eu fui uma das que bateu duro nisso..eu disse: não posso, nem quero, nem permito. Elas chamaram o MMT da Paraíba pra isso, mas eu não permito...

A fala de Maria Preta indica que, muito além de uma mudança na nomenclatura do movimento, existe uma tentativa de ampliação das atividades do Movimento de Mulheres

¹³⁶ À esse respeito, diz que somando os dias que passou com ele desde o casamento não somavam três anos.

¹³⁷ É importante frisar que, apesar desta distinção percebida pela entrevistada, as ocupações de terra tem sido um expediente largamente utilizado pelas federações no nordeste incluindo a Fetape. Trata-se de uma distinção baseada numa forma específica de encaminhamento dos conflitos vivenciados.

Camponesas que não se traduz na possibilidade de parceria, mas no caráter de concorrência e disputa entre concepções de agir politicamente diferenciadas. A veemência com que Maria Preta se coloca contra essa proposta nos sugere que, caso ocorresse a adesão ao MMC, esta sugeriria uma guinada em outra direção. E, que tal adesão significaria se posicionar em oposição à trajetória tecida junto aos demais movimentos que compõe o MMTR-NE.

Tendo em vista o que foi exposto anteriormente, se atualmente podemos falar de duas grandes articulações de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e o Movimento de Mulheres Camponesas, devemos nos perguntar quais são suas interseções e quais distinções mais profundas inviabilizam uma iniciativa que, em meados da década de 80, esboçou a proposta de uma articulação nacional de mulheres rurais. Quando em 1995 surge a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, alguns momentos pontuais uniram o MMTR-NE e a AIMTR- Sul como, por exemplo, numa massiva campanha de documentação da mulher trabalhadora rural lançada por estes entre outras organizações, tais como o MST e a CONTAG. Entretanto, cada articulação regional possuía uma dinâmica própria de atuação e não uma mínima diretriz conjunta que retomasse o projeto anterior de uma articulação nacional. Entretanto, desde o início da década de 1990 a proposta de uma única articulação sequer aparece na pauta dos movimentos e por volta de 1995 a oposição à AIMTR-Sul torna-se clara nos relatórios do MMTR-NE. Ou seja, apesar do impulso inicial de construir uma articulação que englobasse as diversas regiões, os encaminhamentos que se seguiram apontaram para direções distintas e opostas, onde somente ações pontuais foram realizadas conjuntamente, tal como a campanha para documentação da trabalhadora rural.

No caso específico do MMTR-NE uma questão é fundamental. Ao colocar o sindicato como espaço por excelência de representação do trabalhador rural, o trabalho desenvolvido durante esses 20 anos em nenhum momento disputou essa representação. A organização de movimentos independentes em Pernambuco significou um importante espaço de contestação das situações que as alijavam dos espaços políticos, porém, em nenhum momento de sua trajetória travou questionamentos quanto à legitimidade do sindicato em representá-las enquanto trabalhadoras, enquanto classe.

Por mais que conflitos fossem constituintes desta relação, estes eram de outra ordem e se relacionavam, sobretudo, às disputas internas à estrutura sindical, uma vez que podemos dizer que ao mesmo tempo em que o peso da demanda pela inserção das mulheres nos sindicatos sofreu variações em cada período do movimento, ela é uma presença constante até os dias atuais. Desse modo, conclui-se que o fato de se constituir como um movimento independente, não fez com que fosse possível uma articulação com a AIMTR-Sul, tampouco com o MMC. Não é o fato de considerar importante ter um espaço composto somente por mulheres para se tratar das “questões específicas das mulheres rurais” que torna possível a articulação entre os diferentes movimentos.

Nesses termos, o que a análise do MMTR-NE vem demonstrar é que é na relação com o sindicalismo rural (sobretudo a partir das influências de uma federação como a Fetape) que sua ação política é dotada de sentido:

Ocupamos o espaço no campo sindical e hoje temos mulheres sindicalizadas, delegadas de base, dirigentes em sindicatos, federações e confederação fortalecendo assim a organização das mulheres no sindicalismo (grifo meu, MMTR-NE, 1996)

Desse modo, é compreensível a realização conjunta de eventos como o 8 de março ou ainda a Marcha das Margaridas pela CONTAG e pelo MMTR-NE e a ausência do Movimento de Mulheres Camponesas, do MST e da Via Campesina. Ou seja, o MMTR-NE constitui-se cotidianamente como parte de um campo de relações que não apenas não compartilha posições políticas com outros movimentos, mas que consolida o reconhecimento dos sindicatos como representação política legítima dos trabalhadores rurais. As atividades desenvolvidas por ambos os movimentos possuem um alcance para além do mundo sindical. Obviamente, seria um reducionismo de nossa parte se assim os considerássemos.

Entretanto, a construção da identidade como um movimento que se reivindica como sendo de *trabalhadoras* e mesmo as deliberações dos seus encontros em se colocar enquanto um espaço de qualificação e formação política da mulher para atuar em outros espaços, ao contrário de esvaziar o significado do movimento nos indica, na verdade, que a construção desta identidade passa pela relação estabelecida entre este e os sindicatos rurais em Pernambuco. Ao atualizar de acordo com as demandas das mulheres trabalhadoras rurais a importância dos sindicatos como espaço de representação, o MMTR-Ne se erige a partir de uma rede de relações que envolve os STRs, as federações e a Contag. Em todo o conjunto de anais de encontros e relatórios está presente a questão da importância da participação qualificada da trabalhadora rural nos sindicatos. A fala de Antônia Mendes, uma das dirigentes, demonstra esse aspecto:

Participar no movimento Também ajuda no sindicato. Quando alguém quer jogar uma crítica pesada pra cima da gente, a gente aprende a se defender. Porque senão a gente fica deprimido. Eu sofri muito quando eu entrei lá e hoje eu sei me defender, já sei lutar, defender alguém. Lutar pelos direitos dos outros.

Em sua pesquisa, Cordeiro (2006) verifica que, naquele contexto, a noção de *direitos* é modificada. Ressalta a autora que este processo teve como resultado a compreensão por parte de suas lideranças de que cabe às mulheres exigir e lutar por seus direitos e, nesse sentido, ocupar as instâncias sindicais seriam o primeiro passo fundamental. De acordo com Cordeiro, é a este ideário que as mulheres recorrem para redefinir as relações na família e na comunidade, como também para formular reivindicações no âmbito da equidade de gênero:

A noção de direitos não se limita, portanto a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, ou à implementação efetiva de direitos abstratos e formais, e inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta. A disputa histórica é aqui também pela fixação do significado de direito e pela afirmação de algo enquanto um direito. (DAGNINO *apud* CORDEIRO, 2006: p. 175)

Neste sentido, explicar sua existência somente a partir somente da identificação de suas demandas seria um equívoco analítico uma vez que a estreita relação estabelecida com o sindicalismo Pernambucano é presente em toda sua trajetória bem como tem pautado suas estratégias de ação nas duas últimas décadas.

Portanto, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco são aqui percebidos exatamente a partir da conexão entre essas categorias: movimento/participação e organização política; mulheres/gênero; trabalhadoras/estatuto profissional e categoria política;

rurais/identidade social e cultural¹³⁸. Nesse sentido, analisa-se a partir do histórico de tais movimentos e das relações estabelecidas com o sindicalismo rural levado a cabo pela Fetape, pela forma como se deu a inserção das mulheres rurais nos “espaços políticos”¹³⁹, até então predominantemente masculino, isto é, tratou-se de chamar atenção para um determinado tipo de socialização política que de acordo com Cappellin, “diz respeito às influências e aos processos que fazem com que um indivíduo se torne um sujeito político”. De acordo com a autora:

A ação política e a não ação não responde somente a posição das pessoas no sistema de interesses na sociedade, nem tampouco há uma perfeita coincidência entre posição de classe e consciência política. É neste ponto que se insere a problemática da socialização política, considerada como conjunto diversificado de processos, influências e de fatores que entram a compor a adesão dos indivíduos a um sistema de regras político-sociais (CAPELLIN, 1994: p.3)

Portanto, a experiência das mobilizações de mulheres no sertão de Pernambuco não estava de modo algum apartada de uma dinâmica política mais ampla onde tanto a atuação da Fetape como a da Contag passavam por um momento de crescente instabilidade e questionamento por outros setores que surgiram com força no meio rural brasileiro.

Se, por um lado, o discurso da “necessidade de organização da mulher no campo” extrapola fronteiras com o aparecimento de diversos grupos e organizações sob a denominação de “mulher trabalhadora rural” em quase todos os estados do país, é a disputa pela representação política dos trabalhadores rurais que acaba por imputar conotações específicas a esses movimentos em regiões como o Sul e o Nordeste do Brasil. A análise de um movimento que atua a nível estadual e outro que busca ampliar suas bases para os demais estados da região são significativos quando o situamos no contexto político de surgimento dos movimentos no início da década de 1980, bem como nas propostas de uma nacionalização do movimento em meados dessa década e, ao mesmo tempo, da não viabilidade dessa proposta dados os encaminhamentos mais gerais da política agrária e do posicionamento de outros grupos, entidades e movimentos sociais nos anos que se seguiram.

Ainda que autoras como Deere (2002) e Paulilo (2004) apontem, com razão, que o tema da participação das mulheres permaneça um dentre vários outros tantos no movimento sindical como nos movimentos de luta pela terra, alterações significativas vêm ocorrendo e o caso de Pernambuco o demonstra, tanto em relação à ampliação ainda participação das mulheres na estrutura sindical e na efetivação de suas demandas tais como, por exemplo, as campanhas pela documentação da trabalhadora rural e o acesso a políticas públicas. O que em geral pode obscurecer essas transformações é a procura pela articulação coerente entre classe e gênero, preocupação que orienta alguns estudos dedicados ao tema e que, pautados pela noção de “movimentos sociais” (e da sua suposta maleabilidade e capacidade de construir

¹³⁸ À esse respeito, Kergoat (2010) aponta que no que se refere às relações sociais de sexo só podem ser compreendidas em sua coextensão com outras relações sociais. Uma categoria não se reduz à outra. Identificar processos sociais e os “nós” entre determinadas relações nos permite escapar da mera soma de situações de opressão.

¹³⁹ “Considerando que a esfera do político é o lugar de articulação do social e de sua representação, o objeto deste procedimento reside em identificar os nexos históricos, em torno dos quais novas racionalidades políticas e sociais se organizam, representações do social se modificam em relação às transformações das instituições, das técnicas de gestão e das formas do laço social”. De acordo com o autor, para tal é necessário questionar as razões históricas e culturais através das quais um indivíduo, uma situação, uma aposta é considerada “política”. (DÉLOYE, 1999)

“novas” relações sociais), tendem a enxergar nos sindicatos uma estrutura rígida e pouco capaz de operar grandes transformações sociais. (PAULILO, 2004)

Não se trata de buscar apontar os “reais protagonistas da mudança”, mas de colocar que os movimentos de mulheres em Pernambuco trazem uma novidade significativa na medida em que, ao mesmo tempo em que se voltam para a atuação sindical, ao longo desses anos acabaram por alterar o modo de inserção das mulheres nos sindicatos. Se os estudos de Cappelin apontavam para o fato de que a efervescência no contexto das oposições sindicais representou uma abertura à inserção das mulheres nas instâncias sindicais, ao longo desse processo os movimentos de mulheres rurais em Pernambuco se transformaram em um espaço importante de reflexão sobre as questões de gênero e construção de demandas bem como de aproximação com a prática sindical, orientação que pauta o movimento em todos esses anos.

Assim, não é suficiente constatar que o sindicalismo rural é marcado pelo machismo e pela tensão permanente quando da reivindicação de uma participação plena na atividade sindical. A questão é que estes aspectos não são privilégios do sindicalismo rural brasileiro, eles estão presentes em diversas esferas da vida social, não se restringem a um espaço e sequer possuem um epicentro. Dito isto, é preciso compreender o lugar que o sindicalismo ocupa na experiência das mulheres rurais a fim de que se perceba o seu alcance para além dos julgamentos de valor. Se é fato que as mulheres são indivíduos historicamente silenciados, precisamos ir além da constatação do seu silêncio (ou da denúncia do seu silenciador) para poder ouvir de onde vêm as suas vozes. Como coloca Engel:

se queremos mesmo dar uma guinada na história das mulheres, deslocando-a para um campo bem mais fértil e instigante da história dos gêneros, é preciso que, entre outras coisas, abandonemos definitivamente essa obsessão em buscar comprovar que a mulher é mais discriminada, é mais explorada, é mais sofridora, é mais revoltada etc., etc. Nem mais, nem menos, mas sim diferentemente. Diferenças cujos significados não se esgotam nas distinções sexuais, devendo, portanto, ser buscados no emaranhado múltiplo, complexo e, muitas vezes, contraditório, das diversidades sociais, étnicas, religiosas, regionais, enfim, culturais. (ENGEL, 1997: p.334)

A atuação tanto do MMTR-Sertão Central quanto do MMTR-NE, ao mesmo tempo em que criou um espaço político para as mulheres rurais, acabou também por fortalecer os sindicatos como via de representação política dos trabalhadores no campo, direcionando suas reivindicações (efetivação de direitos trabalhistas e maior participação das mulheres em todas as funções na estrutura sindical) *por dentro* e para a democratização da estrutura sindical. Ainda que a preocupação em abordar temas reconhecidos como de gênero esteja presente nas pautas tanto do MMTR-NE bem como pelo MMTR-Sertão Central de formas distintas ao longo de suas existências, desde a sua fundação essa relação não teria se alterado¹⁴⁰.

Nos primeiros momentos uma questão mais pragmática (poder se alistar nas Frentes de Emergência) pautou a mobilização das mulheres rurais pernambucanas. Num segundo momento a luta pelo direito de se sindicalizar bem como de ocupar espaços na hierarquia sindical estruturou as demandas do movimento durante a década de 1980 encontrando força numa conjuntura nacional em que outros movimentos de mulheres rurais se empenhavam nessa mesma luta. Já na década de 1990 a incorporação de discussões sobre sexualidade, sobre o corpo da mulher e direitos reprodutivos traria uma nova apropriação da questão de gênero. Deere (2002) aponta para o fato da região Nordeste contar com o maior índice de

¹⁴⁰ Ver no Anexo I os quadros com os temas e questões que estiveram nas pautas do MMTR-Sertão Central e do MMTR-Ne elaborados a partir dos seus encontros.

beneficiárias das políticas ligadas à Reforma Agrária bem como de uma avaliação positiva dos sindicatos:

Para explicar o maior índice de beneficiárias no Nordeste, as entrevistadas deram maior peso ao papel positivo dos sindicatos rurais no encorajamento das mulheres à crescente conscientização de seus direitos, incluindo o direito à terra. Com muito orgulho, elas invocam os nomes de Elizabeth Teixeira e Margarida Alves, líderes camponesas da região, assim como o da sindicalista Maria Penha Nascimento, mulheres que se tornaram ícones nacionais na luta pela terra. Embora somente Penha tenha lutado especificamente pelos direitos das mulheres à terra, no discurso popular das mulheres organizadas nordestinas, todas as três aparecem simbolizando a participação feminina na luta pela terra e cidadania. (DEERE, 2002: p. 118)

De acordo com a autora, os sindicatos rurais têm cumprido um papel muito maior na luta pela reforma agrária no Nordeste do que no Sul uma vez que no Nordeste, 45% dos beneficiários da reforma agrária são membros de sindicatos, ao passo que no Sul esse índice cai para 32%¹⁴¹. Para Deere, mesmo que a sindicalização das mulheres da zona rural tenha começado no mesmo período tanto no Nordeste quanto na região Sul, “na primeira região as mulheres sem terra, trabalhadoras assalariadas, temporárias ou permanentes, costumam ser componentes ativas e mais visíveis dos sindicatos”¹⁴².

Entretanto, esses momentos distintos acerca do debate político sobre a questão de gênero permaneceu associado à orientação de que toda reflexão se direcionava ao fortalecimento, à formação política e maior qualificação das mulheres para atuarem nas instâncias sindicais. Obviamente não tratamos aqui essa relação em termos harmônicos. Ao contrário, trata-se de uma relação tensa e permeada por conflitos, mas que na concepção das integrantes do MMTR-NE é um desafio e uma luta necessária. Nesse sentido, pode-se afirmar que partir da oposição movimentos/sindicatos nos casos estudados nos levaria a um equívoco analítico na medida em que se caracterizam exatamente pela inflexão que relaciona a tradição sindical de Pernambuco a esse novo contexto de legitimação das organizações independentes de mulheres rurais.

Em sua pesquisa acerca das diferenças regionais dos processos de Reforma Agrária, Deere (2004) observa que os estados de Pernambuco e Paraíba apresentaram índices mais significativos que outros estados em relação ao acesso de benefícios. De acordo com a autora:

Podemos inferir que o papel dos vários movimentos sociais rurais, associado a uma efetiva participação das mulheres nos mesmos, tenha um peso nessa heterogeneidade regional. Esses foram precisamente os casos de Pernambuco e da Paraíba, nos quais as primeiras agitações tiveram lugar, na primeira metade dos anos 80, com vistas a incorporar mulheres rurais aos sindicatos. Nesses dois estados, a reivindicação pelos direitos das mulheres à terra foi também

¹⁴¹ No entanto, Deere (2002) chama a atenção para a composição social do movimento sindical nas duas regiões a qual é bastante diferente, com predominância de agricultores familiares no Sul e de trabalhadores/proletários no Nordeste.

¹⁴² A esse respeito, é importante ressaltar a questão de que, nos movimentos aqui analisados, as questões relacionadas à luta por terra não surgem com a mesma força de temas como o reconhecimento como trabalhadora, a sindicalização e participação na política sindical.

primeiramente verbalizada. Mesmo que se disponha de dados quantitativos sobre a extensão da sindicalização feminina, as entrevistas realizadas mostram que as mulheres formam uma parcela relativamente alta entre os membros dos sindicatos de Pernambuco e da Paraíba, ao passo que no Ceará e no Rio Grande do Norte a sua sindicalização é um fenômeno recente, dos anos 90. Esse dado é importante tendo em vista que a luta pela reforma agrária no Nordeste nesse período foi liderada primeiramente pelos sindicatos rurais e/ou pela CPT. O MST não estabeleceu uma presença na região até fins dos anos 80, não começando a organizar ocupações de terra significativas antes de meados dos anos 90. Portanto, a variação do índice de mulheres beneficiárias da reforma agrária nesses quatro estados (até 1996) pode ser um reflexo das políticas e das diferentes trajetórias dos sindicatos rurais estaduais, dos MMTR e da CPT, e não do MST. (DEERE, 2004: p.8)

Apesar de a autora apresentar outros aspectos (tais como, por exemplo, a migração e a forte tradição colona no caso da região sul) como importantes para a compreensão de como vem se dando o acesso à titulação da terra por parte das mulheres, não é possível explicar a diferença entre as regiões sem considerar como fundamental as formas de organização política, sejam os sindicatos, sejam movimentos como o MST. (DEERE, 2002)

3.1. A Marcha das Margaridas – visibilidade, legitimação das lutas das mulheres trabalhadoras rurais e a reafirmação de laços políticos

Como afirmado anteriormente, a Marcha das Margaridas é fruto de um processo complexo de articulação política (entre movimentos independentes, ONGs e centrais sindicais) e que, conjuntamente às preocupações em dar visibilidade nacional às demandas das trabalhadoras rurais, também reflete exemplarmente estas relações na medida em que desde sua primeira edição, em 2000, conta com certa regularidade no que se refere às entidades que a promovem e apóiam. Ela é fruto de um processo que retrocede até, pelo menos, o ano de 1998, ano da realização de uma plenária de mulheres trabalhadoras rurais na Contag em que o tema foi discutido. Como afirma Silva (2008), a Marcha das Margaridas foi uma forma de tornar pública a situação de desigualdades nas quais vivem as trabalhadoras rurais e, atualmente, se apresenta como uma das maiores manifestações populares que ocorrem atualmente no país.

A Marcha das Margaridas¹⁴³ é promovida em todos os estados do país pela CONTAG, pelas Federações de Trabalhadores na Agricultura (27), pelos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (4.100) e pela Central Única dos Trabalhadores, em parceria com alguns movimentos de mulheres e movimentos feministas, como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, a Marcha Mundial das Mulheres, a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul e Federación Agrária Argentina.

¹⁴³ A Marcha das Margaridas é um evento que possui diversas dimensões, dada toda complexidade de relações necessárias para a sua realização. No entanto, não sendo o foco de nossa análise, ressaltaremos alguns aspectos pertinentes ao objeto desta dissertação. Para uma análise mais detalhada acerca do processo que origina a Marcha ver (SILVA, 2008)

Apesar do importante significado da realização da Marcha das Margaridas, é sintomático dessa relação conflituosa que, mesmo que as mulheres rurais tenham se organizado ao longo de mais de duas décadas, somente em 2000 tenham levado às ruas da capital do país uma manifestação que desse maior visibilidade às demandas das trabalhadoras rurais. Durante os anos de 1980 e 1990, diversos municípios realizaram atos públicos em datas como, por exemplo, o Dia Internacional da Mulher. No que se refere à Pernambuco, existem vários registros¹⁴⁴ feitos tanto pela Fetape como pelos movimentos de mulheres rurais de atos e passeatas. Estes são momentos importantes de engajamento nas lutas contra formas de dominação e também de denúncia. No entanto, a realização da Marcha das Margaridas agrega outros fatores fundamentais que dizem respeito tanto à realidade da mulher trabalhadora quanto às suas posições em relação às políticas mais gerais voltadas para o campo brasileiro. Sobre este aspecto, Medeiros (2007) afirma que:

Seguindo um padrão de ação que marca a prática do sindicalismo rural no país, as Marchas vêm reforçando a cultura dos grandes eventos que culminam com um ato espetacular na capital federal e a entrega de um conjunto de demandas ao governo. É uma prática que se consolidou por meio dos Gritos da Terra, mobilização anual promovida pelo sindicalismo rural, desde o início dos anos 1990 e que já compõe a rotina de suas atividades. Nesses eventos, temas diversos são retomados e atualizados, compondo uma pauta ampla que reflete desde demandas pontuais e de grupos particulares até aquelas que se referem a temas amplos, como reforma agrária, política de desenvolvimentos, educação, previdência e saúde no campo. (MEDEIROS, 2007: p.2)

A marcha de 2007¹⁴⁵ foi a terceira edição do evento e, diferente das edições anteriores, foi realizada em dois dias e contou com cerca de 30.000 mulheres vindas de todas as regiões. Para tal, reuniões, seminários e diversas atividades foram realizadas a nível municipal, estadual e nacional. Não obstante, é importante frisar que, sendo um evento organizado pela Contag, todo esse processo é também uma articulação política que se desdobra em todos estes níveis (Contag-Fetags-STTRs- entidades e movimentos parceiros).

¹⁴⁴ Ver anexo II.

¹⁴⁵ O tema da marcha deste ano foi “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. Medeiros (2007) pontua as principais reivindicações: “A Marcha das Margaridas de 2007 retomou algumas das reivindicações básicas dos trabalhadores do campo, iniciando pela reforma agrária. Reafirmou temas candentes como **(a)** o estabelecimento de medidas legais para estabelecer um tamanho máximo para a propriedade da terra, especialmente para estrangeiros; **(b)** a atualização dos índices de produtividade agropecuária; **(c)** o reconhecimento e descriminalização da luta pela terra; e **(d)** o cumprimento da função socioambiental da terra, não permitindo a existência de propriedades que tenham terras improdutivas, que degradem o meio ambiente e desrespeitem os direitos trabalhistas ou pratiquem o trabalho escravo. As participantes reivindicam ainda medidas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, numa ótica que valorize a dimensão cultural da alimentação. Com isso retomam a crítica ao modelo com base no apoio ao agronegócio e o hidronegócio e colocam a agroecologia em primeiro plano como modelo produtivo. No que se refere às relações de gênero, demandam políticas diferenciadas para as mulheres, a partir da constatação de que, num contexto socioeconômico, cultural e político de opressão e discriminação de gênero, são as mulheres, em especial as jovens, as mais atingidas pela exclusão social e vulnerabilidade. Essa realidade se reflete no grande contingente de mulheres “chefes de família”, um reconhecido indicador da feminização da pobreza. Um outro ponto das demandas das “margaridas” foi a crítica às políticas que têm estimulado a redução do emprego assalariado com vínculo empregatício e a ampliação de medidas que flexibilizam regras e direitos trabalhistas. A esses temas se acopla ainda a defesa tanto de uma política de valorização do salário mínimo como de uma “política de desenvolvimento que não pode se confundir com crescimento econômico”. (p.1)

As atividades preparatórias para a marcha de 2007 se iniciaram em 2005, ou seja, a cada edição constroem-se e se reforçam laços políticos. A eficácia de eventos deste porte repercute em todos esses elos, alguns de forma mais direta outros de forma mais pontual. No caso do MMTR-NE da Fetape estes laços reforçam os vínculos que fizeram parte das trajetórias de diversas dirigentes. Durante a preparação para a Marcha das Margaridas, na sede da Contag, Sara Deolinda, que é assessora de gênero da Confederação, afirmava que: “MMTR-NE está desde a primeira e que é um dos principais parceiros, já que além da marcha, “se encontram em outros espaços, além do fato de que muitas mulheres que hoje estão no MMTR-NE já passaram pela CONTAG.” Afora o MMTR-Ne e o MIQCB, nenhum MMTR vinculado ao Movimento de Mulheres Camponesas ou mesmo do MST participaram em algum momento da Marcha das Margaridas. Ao entrevistar Claudia Lopes, representante da Marcha Mundial de Mulheres, esta afirmava que:

Apesar de gente falar de uma construção coletiva, na sociedade a gente acaba fragmentando um pouco. O que é possível está aqui. O ideal seria que aqui estivesse a Contag, o MST, as camponesas... As mulheres do MST e do MMC se organizam de um lado e as outras... Parece que tem dono, né? Isso é colocado para as mulheres dentro de uma estrutura que elas já participam. Não é voluntário, que eles escolhem de que movimento querem participar. São movimentos autônomos, mas autônomos a partir destes espaços que já estão constituídos na sociedade. Apesar de todas sabermos o que queremos aqui, que é a transformação da sociedade e da desigualdade, as estratégias são diferentes.

Ou seja, a visão de que estes movimentos não são exatamente “autônomos”, mas, ao contrário, permanecem com uma em relação aos movimentos mistos é comum inclusive para aqueles que se relacionam diretamente quando da articulação para ações pontuais tal como, por exemplo, a Marcha das Margaridas.

Por outro lado, durante a preparação da marcha algumas tensões e conflitos me chamaram a atenção. Como já foi dito, eventos como esse são momentos de reafirmação de laços o que, por sua vez, não significa que sejam horizontais¹⁴⁶. Mesmo depois de todas as etapas para a realização da marcha nacional em Brasília, a FETAG da Bahia trouxe uma proposta que gerou uma enorme polêmica, sobretudo porque encontrou apoio de algumas delegações. A proposta apresentada pela representante da FETAG-BA era a de que a Marcha das Margaridas, em sua próxima edição, começasse a ser realizada respeitando um rodízio entre as regiões, “levando a marcha para perto das trabalhadoras, fortalecendo as federações estaduais e construindo propostas de políticas públicas de baixo para cima, e não o contrário”.

No entanto, durante a preparação da Marcha das Margaridas em Brasília, a representante da Contag, Carmem Foro, argumentou contundentemente sobre a importância de se “encher as avenidas da capital do país de Margaridas”, chamando a atenção para a necessidade de se tornar visível no centro do poder político e, ao mesmo tempo, reafirmar a legitimidade e eficácia da Contag em representar as trabalhadoras rurais. A marcha é, portanto, um evento que legitima as demandas e as lutas locais das trabalhadoras e as alça a um patamar nacional, articulando as realidades de diferentes regiões e, ao mesmo tempo, é

¹⁴⁶ Importante frisar que é a Contag que fornece um caderno de textos sobre as questões relativas às mulheres rurais. Isto é, é a partir deste caderno, já com o olhar e as colocações elaboradas previamente pela Contag que tanto as fetags quanto os movimentos e entidades parceiras irão discutir com a sua “base”.

uma demonstração de força política para aqueles que não compõem a articulação que a viabiliza¹⁴⁷.

Quase ao final do encontro, uma mesa foi composta para que Manoel Santos (então presidente da Contag) fizesse uma fala para as mulheres. No entanto, após parabenizar as mulheres pela organização de mais uma marcha, Manoel questiona a necessidade da realização do evento em dois dias alegando que seria por demais oneroso e que isso nunca havia acontecido em toda história de organização dos trabalhadores. Mais que isso, Manoel Santos afirmou que, mesmo já tendo sido aprovado na Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, essa questão teria que ser repensada. Este momento foi marcado por um grande desconforto, tanto para a responsável pela CNMTR, Carmem Foro, quanto para a plenária repleta de mulheres de todos os estados.

Após a fala Manoel, Carmem Foro fez ponderações no sentido de manter a decisão da CNMTR e criticou, ainda que de forma branda, as suas colocações. Carmem argumenta então que, se os trabalhadores nunca haviam feito uma marcha em dois dias, as mulheres iriam ser pioneiras; chamando a atenção também para o fato de “que o movimento sindical precisa ampliar suas alianças internacionalmente, pois os desafios postos são tão grandiosos que devem estar para além do Brasil”. Ao término desta mesa, conversei rapidamente com Ilda a caminho do refeitório (integrante do MMTR-NE e primeira mulher a ocupar a CNMTR) e ela prontamente me diz: “Tá vendo! Por isso que as mulheres tem que ter um espaço separado de discussão para depois irem argumentar nos sindicatos. O movimento sindical ainda é muito machista!”.

Ainda durante o almoço, uma representante da Marcha Mundial de Mulheres reclamava, em tom de decepção, que o movimento sindical é um movimento de homens: “Tô me sentindo como aquela pessoa que encontra um ficante (gíria), mas que só fica com a gente quando tá bêbado”. Obviamente, essas tensões são parte constituinte destas articulações política e, naturalmente, não são harmônicas e expressam os interesses das organizações envolvidas. No entanto, ainda que consideremos este aspecto, esses conflitos nos revelam um pouco da dinâmica da construção da marcha e das relações que são mais estreitas e aquelas que são mais pontuais, fruto de arranjos conjunturais.

Silva (2008) ao analisar todo o processo de organização e mobilização que envolve a preparação para a Marcha das Margaridas conclui que a relação estabelecida entre as entidades e movimentos sociais caminha para uma transformação das relações de poder. Argumenta a autora que, dada a sua estreita vinculação com movimentos mistos tais como a Contag, Fetags e etc, as mulheres trabalhadoras rurais ao participarem da Marcha das Margaridas e de toda sua discussão sobre gênero e as questões relacionadas à mulher rural acabam por buscar transformar o próprio exercício do poder nos espaços em que elas atuam no seu cotidiano. Ou seja, observa a autora que a Marcha das Margaridas se constitui um ator coletivo capaz de indicar transformações significativas em espaços que são conquistados mas não são destinados à ela como, por exemplo, o sindicalismo.

3.2. O engajamento, a participação política das mulheres rurais e suas consequências “inesperadas”

Para Elias (1994), a história das sociedades humanas “nasce de múltiplos projetos, mas sem projeto, incitada por múltiplas finalidades, mas sem finalidade”. Nesse sentido, a partir de

¹⁴⁷ A fala de Juraci, secretário de administração e finanças da confederação, revela essa dimensão da realização da marcha: “A marcha já é uma marca registrada do movimento sindical. As mulheres têm construído esse projeto político nacional que, cada vez mais, consolida a inserção delas no MSTTR. Vamos continuar construindo e lutando juntos para fortalecer nosso sistema Contag”. (anotações do caderno de campo)

iniciativas distintas e de um contexto complexo de intensas transformações políticas, podemos apontar para um aspecto “submerso” e que se relaciona à “entrada” das mulheres trabalhadoras rurais na cena das disputas políticas e o diálogo com o Estado. Trata-se do que Melucci (2001) aponta como a “miopia do visível”, uma que concentra atenção nos “aspectos mensuráveis da ação coletiva”. Evidentemente, podemos apontar transformações de caráter mais normativo.

Entretanto, e como nos alerta Saes (2000), temas como “cidadania”, por exemplo, “funcionam como “mitos”, ou seja, como idéias dotadas de um tal impacto emocional que chegam ao ponto de provocar a paralisia do pensamento”, limitando-se ao seu uso como uma espécie de indicador de modernidade política¹⁴⁸. Desse modo, colocado diante de tais temas, o cientista social deve analisá-los por meio dos processos sociais reais que a eles subjazem. De acordo com o autor, “a tarefa do cientista social não se reduz, portanto, à incumbência simples de apurar se a globalização ou a cidadania existem ou não” ou, neste caso, se as mulheres estão ou não participando ativamente na vida política ou no espaço público. Se esses dados são importantes, nos cabe destacar que eles não são importantes em si. Eles apontam e nos auxiliam a perceber processos sociais objetivos.

Nestes termos, parte significativa dos estudos dedicados às mulheres rurais tem se pautado por uma perspectiva que aponta para um processo de ampliação democrática. Obviamente, se traçarmos uma comparação histórica, presenciamos um período onde as mulheres ocupam espaços antes dificilmente atingíveis. No entanto, ao contrário de uma positivação à priori, cabe ao cientista social perceber as relações e os significados que subjazem esse processo. Como coloca Melucci (2001), ao se concentrar nos sistemas políticos e os efeitos sobre as políticas, o cientista social acaba por ignorar a produção de códigos culturais que constitui a principal atividade das redes submersas do movimento, além da condição para a visibilidade da ação. Em acordo com Déloye (1999):

é preciso considerar a pluralidade das formas de relação com o político e respeitar a diversidade dos tempos e dos lugares da politização. Ou seja, a questão da politização não se deixa encerrar num esquema teórico geral que ocultaria o que justamente é o problema: o caráter fragmentado e aberto a outras possíveis vias da politização, assim como a diversidade dos modos de passagem para a(s) política(s). Sem naufragar numa espécie de fetichismo da especificidade, esta postura intelectual deve ajudar a sociologia histórica a identificar as razões da singularidade. (DÉLOYE, 1999: p.122)

No caso das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em movimentos e sindicatos em Pernambuco, as possibilidades de engajamento e os momentos de mobilização se iniciaram a partir de uma linguagem onde a tradição sindical do estado surge como um aspecto fundamental. O contexto local apontava para a capacidade dos sindicatos no interior do estado de figurar como interlocutor para as demandas das mulheres rurais do sertão pernambucano num período de secas, bem como num período em que as lideranças da Fetape

¹⁴⁸ A esse respeito vale a observação de Doimo (1995): “Quando o significado de um conceito, cunhado em referencia a determinado processo histórico, passa a ser reapropriado em outro contexto sob a forma de apelo reivindicativo, não é mais do que um contundente sinal de fragilidade de suas condições de sustentação. Ademais, quando uma idéia se desenraiza e ganha estatura para se adaptar a outras conjunturas mediante sucessivas reelaborações, é sinal de que pode estar ganhando o mesmo perfil das palavras-mito cuja natureza simbólica é inversamente proporcional a sua rigorosa delimitação conceitual” (p.218)

nessa região buscavam desestimular a saída de trabalhadores dessa região para a zona da mata, onde os conflitos se acirravam em torno das greves.

Nestes termos, se considerarmos os encaminhamentos que a disputa pela representação política dos trabalhadores rurais tiveram nas últimas décadas, podemos perceber que os movimentos de mulheres rurais organizado tanto no estado de Pernambuco quanto regionalmente – no caso do MMTR-NE – acabam por fortalecer uma tradição fortemente referenciada identidade de “trabalhador rural”. Ou seja, se podemos dizer que esta categoria foi paulatinamente esvaziada de sentido ao longo das duas últimas décadas dada a emergência de novos segmentos que se apresentam com demandas específicas, os movimentos de mulheres aqui estudados buscam fortalecer uma identidade que se traduz em formas específicas de ação e de legitimidade de representação política, reforçando a importância de se identificarem como “trabalhadoras rurais”. Estes movimentos, portanto, emergem a partir da articulação entre a formação de uma identidade de “mulher trabalhadora rural” e a tradição sindical em Pernambuco.

O processo que envolve a mobilização, o engajamento e a organização das mulheres em Pernambuco abarca dimensões distintas na medida em que: *i*) a partir de determinada conjuntura acaba por mobilizar relações e significados do sindicalismo no estado construído ao longo de décadas; *ii*) no que se refere a um contexto mais amplo, a reafirmação da categoria *trabalhadora rural* como forma de identidade laboral e de significar sua inserção nas disputas políticas (no caso das lideranças dos movimentos analisados) acaba por reforçar laços históricos entre a Fetape e a Contag bem como fortalecer, em alguma medida, a imagem da Contag como representante legítima desse segmento.

Como toda categoria, *trabalhadora rural* se constrói relacionalmente, tanto ao contexto imediato de Pernambuco - mobilizando o histórico de e a eficácia dos sindicatos rurais em conduzir as lutas dos trabalhadores, criando um elo entre as suas lutas no presente e as que compõem a tradição de organização no estado pernambucano – quanto, nacionalmente se tomarmos as articulações entre o MMTR-Sertão Central, o MMTR-NE, a Fetape e a Contag. Tomadas estas relações, existentes desde os primeiros momentos dos movimentos de mulheres, a afirmação de que as mulheres são *trabalhadoras rurais*¹⁴⁹ e não *camponesas*, implica neste contexto e até o momento presente em reforçar a articulação entre os movimentos de mulheres analisados e o sindicalismo rural.

Os movimentos aqui analisados apontam para uma atualização da tradição sindical em um novo contexto sem, contudo, confundir-se com ela. Se os conflitos de gênero permanecem uma constante entre estes movimentos “independentes” e o sindicalismo rural, este aspecto não deve ser encarado como evidência de falta de clareza acerca das lutas encampadas pelas mulheres de Pernambuco ou do nordeste, mas constitutivas de uma experiência concreta que se alimenta dessa relação. E que, mesmo não sendo um processo linear, tem apontado para avanços concretos no que se refere a ampliação da participação e representação política destas.

¹⁴⁹ Ainda que esta também se refira uma diversidade de segmentos tanto quanto *camponesa*.

Considerações finais

Esta dissertação é fruto de uma trajetória longa e acidentada. Entre idas e vindas, o desenvolvimento desta pesquisa resultou de um profundo interesse em compreender os caminhos que levaram às mulheres ao engajamento político, à constituição de organizações, movimentos, suas lutas e reivindicações. Assim, buscou-se contribuir para a ampliação do horizonte deste campo a partir das experiências organizativas levadas à cabo por mulheres trabalhadoras rurais de uma região pouco observada – o sertão pernambucano – bem como das ações de uma articulação regional presente em todos os estados do Nordeste.

Com algumas exceções, e embora tenha contado com um significativo crescimento nos últimos anos, a literatura que se dedica ao tema ainda é profundamente marcada pela fragmentação. Importante salientar que, ao olharmos retrospectivamente, observamos que as diferentes formas de abordagem sobre o tema não são apenas consequência de uma realidade multifacetada e complexa, a qual permitiria uma diversidade de enfoques possíveis. Evidentemente, quando nos referimos às experiências organizativas levadas a cabo pelas mulheres rurais em cada estado ou região do Brasil é necessário ter em conta tanto a sua heterogeneidade quanto o fato de que estas se desdobram em diversas dimensões. Contudo, como foi abordado nesta dissertação, pode-se dizer que esta fragmentação reflete um tipo específico de perspectiva analítica que, recorrentemente, secundariza os aspectos aqui apresentados. Porém, o fato é que ainda permanece como obstáculo a ser superado este caráter fragmentado das pesquisas sobre o tema em prol de um olhar mais amplo sobre este fenômeno. Parece-me que ainda estamos tímidos a esse respeito.

Autores como Navarro (1996), Deere (2004), Cordeiro (2006, 2004) e Paulilo (2004) compartilham o argumento de que o surgimento destes movimentos de mulheres rurais decorre da dificuldade, e de certa resistência, por parte do movimento sindical e dos movimentos de luta por terra em acolher suas demandas e reivindicações. Os movimentos de mulheres rurais seriam, sobretudo, fruto da inabilidade dos movimentos mistos em articular as questões percebidas como “gerais” com aquelas percebidas como “específicas”. Seguindo este raciocínio, a demanda para ser reconhecida como *trabalhadora rural* seria uma bandeira de suma importância na medida em que denunciava a resistência de certos setores atuantes no movimento sindical em reconhecer a mulher rural como trabalhadora, sinalizava os conflitos no âmbito privado e que tornavam invisíveis o trabalho realizado pelas mulheres bem como direciona reivindicações para o Estado como, por exemplo, na luta pela conquista de direitos trabalhistas.

O surgimento dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais foi recorrentemente analisado pela novidade que traziam, pela denúncia que expunham num contexto de efervescência dos movimentos populares no Brasil. Assim, a demanda por uma maior participação política e o seu reconhecimento como *trabalhadora rural* eram ambos reveladores da sua subordinação e dos conflitos de gênero nos espaços de representação política e na vida privada. De fato, sendo esta uma demanda que aponta para duas direções – a divisão sexual do trabalho que torna invisível o trabalho realizado pela mulher e a sua ausência nos espaços de representação política – de norte a sul do país o conflito entre os movimentos mistos e as primeiras mobilizações das mulheres em torno desta questão será um fator comum aos movimentos de mulheres rurais. Como foi apontado nesta dissertação, este foi um aspecto que fez com que muitos pesquisadores pautassem suas análises por aquilo que era (e de certa forma ainda é) compartilhado pelos movimentos de mulheres rurais.

Entretanto, a partir desta constatação, o que vemos é uma fragmentação que se traduz em diversos estudos de caso sem, contudo, lançar luz sobre essa conjuntura maior. Vistos como fruto da conjuntura política da década de 1980 – de intensa efervescência dos movimentos populares e dos movimentos feministas – qualquer explicação que transcenda a experiência local acaba retornando à esse contexto. Isto é, em linhas gerais o que justificaria o surgimento destes movimentos é essa conjuntura favorável e o fato de ser mulher. As especificidades de ser mulher, trabalhadora rural e de se organizar em um campo marcado por diversas lutas e em um momento onde disputas intensas estavam sendo travadas são elementos freqüentemente pormenorizados.

Se, autoras como Capellin (1994, 1987) e Carneiro (1994, 1987) se dedicaram a compreender como se dera a inserção das mulheres rurais nos sindicatos e nos movimentos de luta por terra, a produção acadêmica posterior parte do próprio movimento de mulheres rurais já constituído para analisar as mudanças decorrentes da sua organização e participação política. Assim, existe uma imensa lacuna entre esse processo que compreende o engajamento das mulheres nas lutas encampadas pelo sindicalismo rural e por outros movimentos sociais e a formação dos movimentos independentes de mulheres trabalhadoras rurais.

Ou seja, de um lado temos alguns poucos estudos que se dedicam a compreender os fatores relevantes para a entrada das mulheres na vida sindical e nos movimentos sociais e, de outro, temos uma gama de pesquisas que não problematizam o processo de formação destes movimentos. Estes surgem como algo dado, como se sua existência fosse auto-evidente, uma vez que geralmente é percebido como conseqüência necessária de uma situação de dominação e opressão por parte das mulheres rurais. Por esse viés, perde-se todo o caminho trilhado por essas mulheres, os reais processos que conferem sentido e significado a esses movimentos em favor de uma perspectiva normativa que visa medir a eficiência destes em operar transformações significativas.

Por essa razão, a trilha aberta pelos estudos de Capellin foi (1994, 1987) de suma importância para a construção do caminho desta pesquisa. A ênfase na socialização política foi diretamente inspirada pelos trabalhos da autora. Para os objetivos desta pesquisa, esta nos pareceu a perspectiva mais profícua na medida em que rompe com as dicotomias estéreis tão comuns nos estudos sobre os movimentos de mulheres rurais tais como: novos movimentos X velhos movimentos / movimentos de mulheres X movimentos mistos.

Nesse sentido, esta pesquisa apostou em um caminho distinto de análise. Ainda que partindo de casos específicos, a perspectiva aqui desenvolvida partiu daquilo que diferenciava os movimentos de mulheres. O que defendemos aqui é: os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil possuem aspectos que os aproximam, entretanto, são suas diferenças que nos indicam os reais processos que conduziram a formação destes movimentos e as orientações que pautaram a sua ação nos anos que seguiram. Se, num primeiro momento, podemos percebê-los como expressão de uma conjuntura política marcada pelo questionamento à estrutura verticalizada presente no movimento sindical, é necessário em seguida observar os desdobramentos que suas ações tiveram nos anos seguintes.

A hipótese aqui desenvolvida é a de que estes movimentos não são respostas à uma demanda pré-existente ou à condição de opressão. Ao contrário, estes são frutos de redes de sociabilidade que se desdobraram em mobilizações que, num contexto político específico, possibilitou um processo crescente de engajamento e organização por parte das mulheres trabalhadoras rurais. Tal contexto esteve fortemente marcado por influências políticas e ideológicas que conformaram seu nascimento e o seu desenvolvimento. Sendo assim, a socialização política se tornou um caminho que nos permitiu lançar luz sobre o caso específico de Pernambuco ao mesmo tempo em que aponta para um princípio de explicação mais amplo e que extrapola o contexto local.

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-Sertão Central) e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE) foram aqui analisados de acordo com os aspectos apontados acima. A trajetória de ambos é emblemática. Como foi aqui demonstrado, o fato de se constituírem como movimentos independentes não significou uma rejeição plena aos sindicatos. Ao contrário, o desejo em participar ativamente do sindicato – reconhecido como instância legítima de representação dos trabalhadores rurais – pautou suas trajetórias. Tal conflito não teve como desdobramento necessário o distanciamento entre eles. As divergências e as tensões são constitutivas desta relação dado que organizar-se em movimentos independentes no nordeste não possui exatamente o mesmo significado que em outras regiões do país. Processos históricos, lutas e tradições distintas resultaram em diferenciações importantes.

Entretanto, vale dizer essa relação entre os movimentos de mulheres e o sindicalismo rural pernambucano aponta para uma estreita ligação entre ambos, forjada no final da década de 1970 e aprofundada desde então. A tradição do sindicalismo de Pernambuco não se sobrepõe ao movimento de mulheres, não se trata de uma relação de tutela. Mas, de uma relação de sentido. Afirmar que o sindicalismo rural exerce um papel de tutela para com certos movimentos de mulheres rurais é um equívoco. Trata-se de uma relação complexa, que articula: *i*) as trajetórias individuais das mulheres, *ii*) a tradição sindical do estado, *iii*) um contexto de abertura democrática marcado pela intensa mobilização popular, *iv*) as disputas políticas pela representação dos trabalhadores rurais que se desdobraram desde então e *v*) as tomadas de decisão por parte do movimento ao longo dos anos.

Estes fatores nos impelem a romper tanto com o voluntarismo quanto com a idéia corrente de que estes movimentos são, meramente, uma conseqüência da efervescência política da década de 1980. Como se maculassem uma demanda a priori que veio à tona em um momento favorável. Como foi mencionado na dissertação, a noção de que “tinham direito a ter direitos” foi um processo construído nessas relações e não apontavam para uma demanda definida a priori.

Desse modo, o Capítulo 1 analisou o processo de organização dos trabalhadores rurais no Brasil. Este capítulo reflete a tentativa de apontar a necessidade de se olhar para esse processo para além do aspecto meramente histórico. Não se tratou apenas de um resgate das lutas levadas à cabo pelos trabalhadores, mas de perceber como estas incidem nas organizações de mulheres rurais no Brasil. Neste capítulo, apontamos as tensões presentes nos primeiros momentos de organização das mulheres rurais, isto é, os conflitos entre os movimentos mistos e as iniciativas de caráter “independente” por parte delas. Tais conflitos, presentes não apenas no sindicalismo rural, sugeria muito fortemente a idéia de que existem lutas “gerais” e “lutas específicas”. Esta tensão contribuiu em grande medida para a formação dos MMTRs.

Não obstante, vimos que estes conflitos e tensões não são suficientes para compreender estes movimentos. Se este aspecto pode ser tomado como algo comum a essas experiências, ao longo dos anos podemos afirmar que aquilo que diferenciava estes movimentos acabaram por melhor informar acerca dos reais processos e das redes de sociabilidade que possibilitaram o engajamento e a organização destas mulheres. No caso específico desta dissertação, o sindicalismo levado a cabo pela Fetape (e as questões e disputas políticas que envolviam o sindicalismo rural) se tornou o fio condutor para compreendermos as possibilidades objetivas de organização das mulheres rurais trabalhadoras rurais. Por essa razão, o Capítulo 2 pretendeu apontar para a conformação da tradição sindical no estado, compreendendo seus significados e as relações com as primeiras iniciativas de mobilização das mulheres rurais na região do sertão do estado.

A partir das considerações dos capítulos anteriores, o Capítulo 3 se debruçou sobre os movimentos de mulheres rurais em Pernambuco. O MMTR- Sertão Central, movimento que

surge no início da década de 1980 na região do Sertão Central, possui uma relação estreita com a Fetape. Desde o seu início, sua trajetória é marcada pela proximidade com o sindicalismo pernambucano. Proximidade que se traduz no itinerário de várias de suas integrantes: todas sindicalizadas, assumem ou já assumiram funções na estrutura sindical e, em momento algum, questionam a legitimidade dos sindicatos em representar os trabalhadores rurais. Por outro lado, o MMTR-NE, movimento que se articula regionalmente e está presente em todos os estados do nordeste, assume uma postura semelhante ao MMTR-Sertão Central. Contudo, se projeta para um contexto mais amplo, reforçando a importância dos sindicatos em contraposição a outros movimentos como, por exemplo, o MST.

Ambos possuem ações que extrapolam essa dimensão da representação política. As práticas políticas destes movimentos têm repercutido de forma concreta na vida destas mulheres. No entanto, foge aos objetivos desta pesquisa analisar estas mudanças.

Nossa intenção foi apontar para uma questão pouco abordada pela literatura. A distinção entre os movimentos de mulheres no Brasil e, sobretudo, os da região sul e nordeste, não é cultural e não encontra sua explicação tão somente no histórico de conflitos e lutas organizadas em cada uma delas. Evidentemente, estes são aspectos relevantes. Porém, não são suficientes.

Bibliografia

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *As mulheres no sindicalismo rural*. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- _____. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições 1962-1987*. Tese de Doutorado em História, UFPE. Recife, 2003.
- ADELMAN, Mirian. *Sexo, gênero, sujeito: uma entrevista com Alain Touraine*. Revista de Sociologia e Política. Nº 23. Curitiba, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1989.
- BASTOS, Élide. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes. 1984.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.
- BONI, V. Poder e Igualdade: as relações de gênero entre Sindicalistas Rurais. In: Maria Ignez Silveira Paulilo; Bernardete Wrublewski Aued. (Org.). *Agricultura Familiar*. 1ª ed. Florianópolis, 2004.
- BORDALO, Caroline A. *Sindicalismo rural e movimentos sociais: um estudo a partir do processo de formação do Movimento de Mulheres Camponesas*. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. UFF, 2005.
- BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Nuap/UFRJ, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2007.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- _____. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- CALLADO, Antônio. *Tempos de Arraes: A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.
- CAPPELIN, Paola. *Atrás das Práticas: o perfil das sindicalistas*. Paper apresentado no XVIII Encontro da ANPOCS. Caxambu, 1994.
- _____. *Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976-1986*. UFPB: Fundação Carlos Chagas, 1987.
- CARNEIRO, M. J. *Mulheres no campo: notas sobre a participação política e a condição de gênero*. Estudos Sociedade e Agricultura, CPDA/UFRRJ, 1994.
- CARNEIRO, Maria José e LEVINAS, Lena. *Espaço adquirido / espaço permitido no contexto da Reforma agrária*. Relatório do 12º Encontro Temático – APIPSA. Campinas, 1987.
- CORDEIRO, Rosineide. *Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco*. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- _____. *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, PUC-SP. São Paulo, 2004.
- DEERE, Carmen Diana. *Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira*. Florianópolis: Revista Estudos Feministas. 2004.
- DÉLOYE, Yves. *Sociologia histórica do político*. São Paulo: EDUSC, 1999.

- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1995.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: Mary Del Priori (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ELIAS, Norbert. ELIAS, Norbert. *Escritos e Ensaios I: Estado, Processo e Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- _____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.
- _____. *Mi trayectoria intelectual*. Barcelona: Ediciones La península, 1995.
- _____. *O processo civilizador (Vol 1)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV. 1996.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GONÇALVES, Renata. *Redemarcações das cercas de gênero: recuo da participação política das mulheres nos assentamentos de reforma agrária*. Revista Lutas & Resistência N ° 1. Londrina: UEL, 2006.
- GRYNSZPAN, Mario. Luta pela terra e identidades sociais. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 1998, vol.5, suppl. [cited 2012-04-04], pp. 255-272 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104>.
- JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955 - 1968*. Recife: FUNDAJ/Massangana . 1990.
- LAHIRE, Bernard. *Homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes 2002.
- LOERA, Nashieli. *Esquadrinhando os sem-terra: significados e recomposição nativas do termo*. Paper apresentado na XXV ABA, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1981.
- MARX, Karl. *18 de Brumário de Louis Bonaparte*. In: Marx Engels, Obras Escolhidas em Lisboa, 1982.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. “Sem terra”, “assentada”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: Norma Giarraca (org.). *Uma nueva ruralidad em América Latina*. Buenos Aires, EUDELA/CLACSO, 2001.
- _____. MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Sindicalismo no campo. Entrevistas. Avaliação, perspectivas, desafios*. 01. ed. Rio de Janeiro: CEDI, 1990. v. 01. 120 p.
- _____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE. 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; SANTOS FILHO, J. R. . A questão sindical no IV Congresso da CONTAG. *Desvios*, São Paulo, v. 5, p. 70-85, 1986.
- MELUCCI, Alberto. *Por uma Sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes. 2001.
- _____. *Challenging codes. Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NAVARRO, Zander. (org) *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

- NOVAES, Regina. Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDEMBERG, Mirian. (Org) *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas: reflexão sobre a questão agrária, Debates CPDA N° 1. Rio de Janeiro, 1997.
- PANDOLFI, Maria Lia. *Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural*. Dissertação de mestrado, UFPE. Recife, 1986.
- PAULILO, Maria Ignez. *Movimentos de mulheres agricultoras e empoderamento no Brasil*. (2007). Mimeo.
- _____. *Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise*. Revista Estudos Feministas, CFH, v. 12, n. 01, p. 229-252, 2004.
- _____. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio em PAULILO e SCMIDT (orgs). In: *Agricultura e espaço em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003.
- PEIRANO, Mariza. *Uma Antropologia no Plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora da UnB, 1992.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- _____. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- RICCI, Rudá. Terra de ninguém: o sistema confederativo rural em crise in *Reforma Agrária* no. 94. Campinas: jan/abr. 1994. n°. 1 vol.24. pag. 5 a 26.
- ROSA, M. C. Estado, ações coletivas e expressões individuais: por uma teoria de países não exemplares. Mimeo. 2007.
- _____. *Para Além do MST: O Impacto nos Movimentos Sociais Brasileiros*. Mimeo. 2005
- _____. *Quando o sentido é o movimento: a “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva no Brasil*. Paper apresentado na VI RAM, 2005.
- _____. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- SAUTU, RUTH *et alli*. *Manual de Metodología: construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología*. Buenos
- SCHAFF, A. Van der. *Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo. 2001.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil para análise histórica*. Recife: mimeo. 1991.
- SIGAUD, Lígia. “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana”. Novos Estudos Cebrap, n 58. 2000.
- _____. “A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento”. In: Camargo, A. e Diniz, E. (orgs), *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. Rio de Janeiro: Iuperj/vértice, 1989.
- _____. *Greve nos engenhos*. São Paulo: Paz e Terra. 1980.
- _____. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades. 1979
- SIQUEIRA, Deis e BANDEIRA, Lourdes. *Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro*. Brasília: Série Sociológica N° 153, 1998.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- STEPHEN, Lynn. *Woman and Social Movements in Latin America: Power from Below*. Austin: University of Texas Press, 1997.

- TAYER, Millie. *Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão*. Estudos feministas: 1/2001.
- THIOLLENT. Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. Editora Polis. 1987.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. (Vol 1 e Vol 2). Brasília: Unb: São Paulo: IOESP, 1999.
- _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

Fontes Primárias

Documentos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

- Fala Mulher! Jornal do MMTR-NE, Março/ Abril/ Maio de 2007.
- MMTR-NE. A estrada da Sabedoria. Sistematizando os caminhos para a formação de educadoras rurais do Nordeste. Pernambuco, 2006.
- Fala Mulher! Jornal do MMTR-NE, Julho/ Agosto/ Setembro de 2006.
- Políticas Públicas para as mulheres rurais do Nordeste: análises e propostas, MMTR-NE, 2005.
- Relatório Anual, 2005.
- Relatório Anual MMTR-NE, 2004.
- MMTR-NE. Mulheres organizadas combatendo mentalidades de Submissão. Pernambuco, 2004.
- Texto base para Assembléias MMTR-NE, 2004.
- Programa Geração de Renda, folder MMTR-NE, 2003.
- Cidadania da trabalhadora rural, folder MMTR-NE, 2003.
- História dos 70 anos do voto da mulher, MMTR-NE, 2002.
- Relatório Anual MMTR-NE, 2002.
- Relatório da Avaliação Institucional MMTR-NE, 2002.
- Relatório Anual MMTR-NE, 2001.
- Relatório Anual MMTR-NE, 2000.
- Relatório Anual MMTR-NE, 1999.
- Almeida, Vanete. Ser mulher num mundo de homens. Livro biográfico de Vanete Almeida, Serra Talhada: Universal, 1999.
- Relatório Anual MMTR-NE, 1998.
- Concepção de Educação do MMTR-NE, 1998.
- Relatório Anual MMTR-NE, 1997.
- Relatório Anual do MMTR-NE, 1996.
- Relatório Anual do MMTR-NE, 1995.
- Relatório Anual do MMTR-NE, 1994.
- Relatório Anual do MMTR-NE, 1993.
- Relatório Anual do MMTR-NE, 1992.
- Relatório do 6º Encontro do MMTR-NE, Ceará, 1992.
- Relatório do 5º Encontro do MMTR-NE, Rio Grande do Norte, 1990.
- Relatório do 4º Encontro do MMTR-NE, Piauí, 1989.
- Relatório do 3º Encontro do MMTR-NE, Pernambuco, 1988.
- Relatório do 2º Encontro do MMTR-NE, Paraíba, 1988.
- Relatório do 1º Encontro do MMTR-NE, Paraíba, 1987.

Documentos do MMTR-RS/ ANMTR/ MMC

ANMTR. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Cartilha do 1º Encontro Nacional. Passo Fundo, 1995.

MMC (Movimento das Mulheres Camponesas). Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas. Brasília, 2004.

_____. Gênero, Classe e Projeto Popular - compreender mais para lutar melhor. Passo Fundo, 2004.

_____. Plantando Saúde pelos caminhos do RS. Passo Fundo, 2004.

_____. Cartilha de preparação da 6ª Assembléia Estadual do MMC-RS.

MMTR-RS. Missão do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – RS / Resoluções da IV Assembléia Estadual do MMTR-RS. Passo Fundo, 1998.

Documentos do Movimento de Mulheres trabalhadoras Rurais do Sertão Central

Uma História de mulheres, MMTR-Sertão Central/ Pólo Sindical Sertão Central, 2004.

Relatório do 8º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada, 1993.

Relatório do 4º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada, 1987.

Relatório do 3º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada, 1986.

Relatório do 2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada, 1985.

Relatório do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada, 1984.

Documentos da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco

Fetape - Quatro décadas de luta, Recife, 2006a.

Caderno de Teses Fetape, Recife, 2006b.

Relatório do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, STRs e Fetape, 1987.

Relatório do 2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, STRs e Fetape, 1987.

Proposta para aumentar a participação de nós Mulheres Trabalhadoras Rurais no nosso Movimento Sindical. Tese do Pólo Sindical da Fetape no Sertão Central de Pernambuco apresentada no 4º Congresso da CONTAG, 1985.

Documentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CNMTR. *Cartilha de preparação da Marcha das Margaridas: 2007 razões para marchar.*

A mulher e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais- Trajetória de lutas, 2002.

Anais do I Congresso CONTAG (colocar data)

Anais do II Congresso CONTAG (colocar data)

Anais do III Congresso CONTAG (colocar data)

Anais do IV Congresso CONTAG (colocar data)
Anais do V Congresso CONTAG (colocar data)
Anais do VI Congresso CONTAG (colocar data)
Anais do VII Congresso CONTAG (colocar data)
Anais do VIII Congresso CONTAG (colocar data)
Anais do IX Congresso CONTAG (colocar data)
CONTAG. *As lutas camponesas no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1981.
_____. *30 anos de luta*. Brasília: Contag. 1993.
_____. *40 anos de luta*. Brasília: Contag. 2003.

Anexo I
(DOCUMENTOS CITADOS)

1. Documento de reivindicação aos Constituintes

Senhor Constituinte,

As participantes do 1º Seminário Nacional das Trabalhadoras Rurais, promovido pela Contag, reunidas em Brasília, vêm, pela presente, manifestar as seguintes considerações:

A mulher enfrenta problemas específicos resultantes de sua discriminação geral, tanto por sua condição feminina, como também discriminações outras resultantes de sua condição de trabalhadora.

Objetivando solucionar esses problemas, a Trabalhadora Rural vem participando das lutas gerais de toda a população brasileira, destinada à construção de uma nova sociedade, guiada pela solidariedade e pelo respeito à dignidade humana.

Participa, ainda, de todas as lutas travadas pela Classe: pela realização de uma verdadeira reforma agrária, que democratize a propriedade da terra, das campanhas salariais e das greves dos que vivem de salário no meio rural, das mobilizações em favor de uma política agrícola adequada às necessidades do pequeno agricultor, da luta pela Previdência Social e pela Saúde.

A Trabalhadora Rural deseja permanecer no campo, continuando a contribuir direta e indiretamente, para a produção de alimentos mas, para tanto, exige que sejam assegurados direitos que lhe permitam o pleno desenvolvimento de sua condição feminina, bem como o seu efetivo reconhecimento como trabalhadora, contra todas as discriminações que a atingem.

Por isso, esperam que a Assembléia Nacional Constituinte, no 2º Turno de votação, mantenha os seguintes princípios já aprovados no 1º turno:

1º) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias (art. 7º, item XVIII);

2º) Licença paternidade de 8 dias aos que preencham os requisitos fixados em Lei (art.7º, item XIX);

3º) Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei (art.7º, item XX);

4º) Equiparação de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos (art.7º “caput”);

5º) O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independente do estado civil. (art.194 § único);

6º) Aposentadoria aos 60 anos para o trabalhador rural e aos 55 anos para a trabalhadora rural (art. 207, item I);

7º) Anistia da correção monetária aos mini e pequenos produtores rurais, em relação aos débitos relativos aos créditos rural, contraídos no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987 (art.53 das Disposições Transitórias).

Por outro lado, o 1º Seminário Nacional da Trabalhadora Rural, reafirma, nessa oportunidade, a posição de toda a classe, esperando seja suprimido o inciso II do art.190, que exclui da possibilidade de desapropriação por interesse social as chamadas “propriedades produtivas”, bem como o § 1º do art. 7º, que remete para regulamentação via lei ordinária, direitos importantes para o trabalhador rural, anulando assim, a igualdade de direitos, entre trabalhadores rurais e urbanos estabelecidos no “caput” do referido artigo.

Finalizando, a Trabalhadora Rural entende oportuno ressaltar que o texto aprovado no 1º Turno não corresponde integralmente às reivindicações apresentadas pelo movimento social e popular, de forma que a manutenção dos princípios acima indicados, bem como a supressão das disposições referidas em seguida constituem o mínimo para assegurar que a futura Constituição se transforme num texto em harmonia com as exigências da população.

Face às considerações acima, esperamos que V. Exa. defenda, junto a sua bancada e às lideranças partidárias, a manutenção e supressão dos princípios indicados, conforme sugerido.

Brasília (DF), 28 de julho de 1988.

2. Tese apresentada no 4º Congresso da CONTAG em 1985.

A Comissão de Sindicalismo do 4º Congresso Nacional
dos Trabalhadores Rurais

Proposta para aumentar a participação de nós mulheres Trabalhadoras Rurais, no nosso Movimento Sindical.

APROVADA

Resumo: No 4º Congresso Nacional
dos Trabalhadores Rurais-85

PROPOSTA DO POLO SINDICAL DA FETAPE NO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO

NOSSAS CONSIDERAÇÕES procurarão esclarecer alguns pontos importantes da realidade:

- a participação das mulheres no Mov.Sindical de Trabalhadores Rurais ainda não é suficiente. A participação das mulheres ainda é pouca diante das grandes necessidades das lutas do Movimento Sindical;
- há um grande potencial de participação sindical nas mulheres do campo, elas vivem diretamente todas as consequências das péssimas condições de vida de trabalhadores rurais;
- as mulheres têm importante papel, direto e indireto, na produção. As mulheres garantem as condições para o homem trabalhar. E muitas mulheres assumem a chefia da família sozinhas, e aí sofrem bem mais do que os homens;
- existe a absurda e injusta situação da mulher do campo fazer o mesmo trabalho do homem, quando assalariada, e receber metade do salário do homem;
- as mulheres vivem uma situação específica de discriminação como mulher. Muitas vezes são inseguras, sentem-se inferior aos homens. São mães, e sua vida é para gerar e amamentar os filhos, merece cuidados especiais. Tem uma responsabilidade mais direta com os filhos, basta juntarmos 30 mulheres do campo casadas e, se somarmos seus filhos, serão 240 filhos!
- as transformações sociais necessárias ao país necessitam da participação das mulheres. A verdadeira democracia para o povo necessita da participação organizada de todos os trabalhadores - homens e mulheres!

POR ISTO PROPOMOS:

- que, de forma organizada e planejada, com programação específica dirigida às mulheres, os Sindicatos assumam aumentar a participação das mulheres no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais;

COMO?

- que sejam encaminhados ENCONTROS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: é preciso ouvir as mulheres e discutir com elas a sua participação;
- fazer levantamento e encaminhar as reivindicações específicas das mulheres, tal como a do salário igual para trabalho igual, o aumento da participação sindical, etc.;
- promover treinamentos de lideranças femininas para que estas auxiliem o Sindicato no desenvolvimento da participação sindical das mulheres;

SEM PARALELISMO SINDICAL . SEM COMPETIÇÃO COM OS HOMENS . SEM PERDER A REFERENCIA SINDICAL . RESPEITANDO O NÍVEL EM QUE SE ENCONTRAM AS MULHERES

PARA O 4º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS

PROPOSTA DO POLO SINDICAL DO SERTÃO CENTRAL - PERNAMBUCO

SOBRE: A Participação das Mulheres no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

Nossas considerações procuraram esclarecer que:

- a participação das mulheres no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais ainda não é suficiente, embora exista um grande potencial de participação sindical nas mulheres;
- as mulheres têm importante papel, direto e indireto, na produção;
- existe a absurda e injusta situação da mulher do campo fazer o mesmo trabalho do homem, quando assalariada, e, no entanto, receber metade do salário do homem;
- as mulheres vivem uma situação específica de discriminação como mulher;
- para a transformação social é indispensável a participação das mulheres.

Vejamos então:

CONSIDERANDO:

- que, apesar de existir dentro do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, a concepção de que as mulheres já são parte naturalmente integrante no Movimento Sindical, verificamos, mesmo sem necessitar de levantamento rigoroso, que a participação da mulher ainda não é suficiente.

É pouco:

- . o número de MULHERES ASSOCIADAS (inclusive, sabemos que muitas mulheres, esposas e filhas de trabalhadores rurais, não se associam porque pensam que a associação do homem é suficiente);
- . o número de DELEGADAS SINDICAIS E REPRESENTANTES DE BASE;
- . o número de MULHERES DISPONÍVEIS PARA DIRETORIAS DE SINDICATO;
- . o número de MULHERES NAS ASSEMBLEIAS, REUNIÕES E MANIFESTAÇÕES,

É pouco em relação:

- . à participação dos homens;
- . ao número de mulheres;
- . às necessidades de luta do Movimento Sindical;
- que há, sem dúvida nenhuma, grande potencial de participação sindical nas mulheres trabalhadoras rurais como membros que são da classe trabalhadora rural, por causa da sua situação objetiva de vivenciarem, diretamente e indiretamente, todas as consequências das péssimas e injustas condições de vida dos trabalhadores rurais;

- que as mulheres têm um papel fundamental na reprodução da força de trabalho dos homens quando assumem todas as tarefas domésticas que dão condições concretas para o homem trabalhar, assim como cozinhar, limpar, arrumar, cuidar da saúde dos filhos, cuidar dos animais pequenos, remendar e costurar roupas e demais serviços domésticos;
- que as mulheres, além de garantirem a reprodução da força de trabalho dos homens, ainda auxiliam no trabalho geral da roça, contribuindo então diretamente na produção;
- que as mulheres trabalhadoras rurais, ao terem que assumir a chefia da família, passam por sofrimentos ainda maiores que os homens, pois não é valorizada sua capacidade de trabalho e, quando conseguem trabalhar, pagam-lhe metade do salário do homem pelo mesmo trabalho;
- que as mulheres vivem uma situação com características bem próprias do seu mundo de mulher, as quais pesam muito no seu modo de viver, pensar e participar; pois, vejamos:
 - a. na vida familiar a autoridade é do homem; por ser assim, a mulher vive certos sentimentos de inferioridade e insegurança que necessitam ser discutidos e superados para um melhor desenvolvimento da mulher como pessoa e da sua participação sindical e política;
 - b. como mães, vivem situações de saúde que são só delas como mães e que trarão consequências também para os filhos; a gestação, a amamentação, a perda de filhos no ventre, são questões que merecem discussões e soluções, afinal estes problemas são vividos por todas as mulheres trabalhadoras e não são discutidos, principalmente no meio rural;
 - c. se reunirmos apenas 30 mulheres do campo, casadas, estaremos reunindo mães de uma média de 240 filhos: imaginemos então a responsabilidade real que têm as mulheres no cuidado e educação das crianças;
- que o nosso país atravessa momentos importantíssimos em que necessita da participação ativa e consciente de todos os seus cidadãos, homens e mulheres, principalmente dos homens e mulheres da classe trabalhadora e que, nesta situação atual do país, com o advento da democracia tão necessária aos trabalhadores brasileiros, o Movimento Sindical necessita recorrer a todas as seus potenciais para aprofundar sua solidez orgânica e sua ação sindical, no objetivo de enfrentar com segurança os novos tempos políticos do Brasil;

PROPOMOS:

- dores Rurais, de forma organizada e planejada, para fortalecimento e enriquecimento do Movimento Sindical;
- que esta integração desenvolva-se de forma específica, que se dê incentivo e oportunidade para facilitar maior participação das mulheres no Movimento Sindical;
 - que o trabalho específico com as mulheres se dê dentro da referência sindical, sem paralelismo de nenhuma forma, sem competição com a participação dos homens, sem divisões, guiando-se apenas pelos seus problemas e reivindicações específicas;
 - é preciso, então, ouvir as mulheres, é preciso reuni-las, é preciso discutir com elas como elas pensam sua situação e como decidem participar: para isto, ENCONTROS DE MULHERES TRABALHADORES RURAIS é instrumento indispensável; estes Encontros de Mulheres Trabalhadoras Rurais deverão constar de uma programação estruturada a nível de comunidades, municípios, regiões, estado, principalmente área de produção com mão de obra feminina, dentro de um processo de análise vivido pelos Sindicatos para que estes assumam a coordenação do trabalho com consciência e firmeza;
 - é preciso desenvolver e capacitar lideranças femininas para a coordenação e o desenvolvimento da participação das mulheres no Movimento Sindical através de TREINAMENTOS DE CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS TRABALHADORAS RURAIS;
 - é preciso fazer levantamento dos problemas e reivindicações específicas da mulher trabalhadora rural;
 - é preciso assumir o estudo do desenvolvimento do trabalho específico de estímulo à participação sindical das mulheres trabalhadoras rurais, para ir definindo e aprofundando:
 - . sua importância
 - . sua necessidade
 - . sua metodologia
 - . suas perspectivas.

3. Comunicação da Fetape (dezembro de 2006)

Em nota oficial, Fetape critica governador Eduardo Campos

NOTA À IMPRENSA

A direção da Fetape se pronunciou na tarde da última sexta-feira (15), através de nota oficial, imediatamente após o anúncio do novo secretário de Produção Rural, Ângelo Ferreira. É que a entidade não foi ouvida no processo e critica em nota à imprensa a falta de diálogo do futuro governador Eduardo Campos com o movimento sindical de trabalhadores rurais, que o apoiou no segundo turno das eleições estaduais. O socialista também não considerou a sugestão dos sindicalistas, que esperavam o desmembramento da atual Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária em duas secretarias: Agricultura (ligada à agroindústria) e Agricultura Familiar (ligada às políticas voltadas ao trabalhador rural). A Fetape já demonstra sua primeira insatisfação ao criticar o comportamento do neto do ex-governador Miguel Arraes, com o qual a federação mantinha estreito relacionamento, tendo sido historicamente ouvida em suas sugestões e reivindicações. Por outro lado, a Fetape elogia o atual governo pela criação da Secretaria de Mulheres. Gênero é uma das políticas prioritárias da federação no esforço pela inclusão social nas políticas públicas.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) apoiou no 2º turno a candidatura do deputado Eduardo Campos a governador por apostar na construção de um governo democrático, que estabelecesse um diálogo franco e permanente com os trabalhadores rurais, representados pela federação. Um governo que priorizasse a agricultura familiar e que ajudasse a resolver e enfrentar os conflitos no campo, buscando alternativas de geração de emprego e renda e desenvolvimento para o Estado, de forma descentralizada e sustentável. Neste período de transição a Fetape, em reunião com o governador eleito, apresentou a sugestão de desmembramento da atual Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária em duas Secretarias: a Secretaria de Agricultura – trataria das políticas relacionadas ao setor da agroindústria -, e a Secretaria da Agricultura Familiar, que cuidaria das políticas ligadas aos trabalhadores rurais, a exemplo da reforma agrária e da assistência técnica. O futuro governador Eduardo Campos não acatou a proposta de desmembramento e, ainda, não ouviu a Fetape sobre o perfil do Secretário de Produção Rural e Reforma Agrária. Por outro lado, a Fetape já demonstra sua primeira insatisfação ao criticar o comportamento do neto do ex-governador Miguel Arraes, com o qual a federação mantinha estreito relacionamento, tendo sido historicamente ouvida em suas sugestões e reivindicações. Apesar das primeiras insatisfações em relação ao comportamento do próximo governo, reafirmamos a nossa confiança de que pelo passado histórico do futuro governador, vindo a partir da relação com o ex-governador Miguel Arraes, no contato direto com os trabalhadores rurais, teremos um governo com mais participação e condições objetivas para avançar na implantação de políticas públicas, que possibilitem melhorias significativas na igualdade de homens e mulheres do campo. Sendo assim, a Fetape se coloca mais uma vez à disposição para o diálogo, mas reitera que manterá sua autonomia frente aos governos estadual e federal.

Recife, 15 de dezembro de 2006

Aristides Santos

Presidente

Fonte: site da Fetape, dezembro de 2006

4. Apresentação do MMTR-Ne

- **MISSÃO**

Articular, capacitar e organizar mulheres trabalhadoras rurais no Nordeste despertando e fortalecendo grupos e outras organizações de modo a construir na elevação de sua auto-estima e criatividade para o enfrentamento de problemas e desafios do mundo rural principalmente no combate a todo tipo de discriminação e violência sexista rumo a construção de novas relações de gênero e de uma sociedade justa e solidária.

- **OBJETIVO**

- * Reforçar a participação consciente das mulheres trabalhadoras rurais para transformar a realidade de opressão nas relações existentes;
- * Construir mecanismos para ampliar a participação das mulheres trabalhadoras rurais nos espaços públicos a nível estadual, regional, nacional e Latino América;
- * Trabalhar a questão da produção, articulando-se com a problemática de gênero e as políticas de governo para o campo;

- **QUEM SOMOS:**

O MMTR-Ne é uma organização de Mulheres trabalhadoras Rurais com atuação nos nove estados do Nordeste. A nossa trajetória histórica está em permanente construção. O movimento se constrói definindo sua missão, seus objetivos, seus temas e suas metodologias. A prática educativa é por nós elaborada e tem por finalidade transformar nossa mentalidade de desvalorização, submissão e opressão, construindo novas relações de gênero. O movimento está estruturado em todo o Nordeste a partir dos grupos de base, coordenações municipais, estaduais, uma diretoria composta por duas trabalhadoras de cada estado e uma secretária executiva.

- **TEMAS E PROGRAMAS**

- * Articulação, Capacitando e organizando;
- * Relações de gênero;
- * Violência contra a mulher;
- * Cidadania;
- * Relações de parcerias;
- * Políticas públicas;
- * Terra, produção e geração de renda;
- * Convivência com o semi-árido;
- * Fortalecimento institucional;
- * Capacitação de lideranças;

- **RESULTADOS**

- * Modificação na qualidade de vida;
- * Crescimento das mulheres e do Movimento;
- * Ampliação das lideranças com visão descentralizada;
- * Mulheres rurais ocupando espaços públicos (sindicatos, partidos, fóruns e redes)

- * Estruturação do movimento e das relações de parcerias em todos os estados;
- * Maior visibilidade e respeito ao Movimento e às Mulheres.

Fonte: Relatório MMTR-NE (2007)

5. Quadro MMTR - Sertão Central

| Evento / Local | Temas | Questões presentes | Data |
|--|---|--|------------------|
| 1ª Reunião com mulheres trabalhadoras rurais / Serra Talhada | - iniciar um trabalho com mulheres trabalhadoras rurais “Somos <u>mulheres e trabalhadoras: temos valor!</u> ” | -o trabalho realizado pela mulher -criando e fortalecendo vínculos entre as mulheres - o semi-árido e o fenômeno da seca | Dezembro de 1982 |
| 2ª Reunião com mulheres trabalhadoras rurais / Serra Talhada | - discutir sobre seca - as frentes de emergência e as mulheres | - elaboração de um documento pelos STRs denominado: “Mulher excluída do plano de emergência” | 1983 |
| 1º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada | - Discutir a situação da mulher, como mulher e como <u>trabalhadora</u> - Definir e planejar a continuidade do trabalho no Pólo Sertão Central | - Elaboração de uma tese para o 4º Congresso da CONTAG, sobre o aumento da participação das mulheres no movimento sindical | Dezembro de 1984 |
| 2º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada | - Avaliação dos trabalhos dos grupos de mulheres - dificuldades do trabalho de se organizar mulheres | - expansão dos trabalhos para outras regiões do estado - Desenvolver a participação na luta sindical e trabalhista | Novembro de 1985 |
| 3º Encontro do MMTR-Sertão Central | - História do Brasil e do Sertão - Discussão sobre a situação da mulher -incentivo à participação no sindicato | - “Quem somos nós?” identificação das participantes - Realizar uma campanha de sindicalização - conhecer os direitos | Dezembro de 1986 |
| 4º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada | -Aprofundar problemas vividos pelas mulheres - Discutir propostas de incentivo à participação sindical (22 sindicatos presentes) - afirmar-se como <u>mulher</u> e como <u>trabalhadora</u> | - Preparação do 1º Encontro Estadual (escolha de delegadas e de propostas de ação) - seca -dificuldades do alistamento nas | Novembro de 1987 |

| | | frentes de emergência | |
|--|---|---|------------------|
| 5º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada | <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar e planejar as ações do movimento -Discutir sobre o sindicato - avaliar a participação nas eleições e discutir a importância do voto | <ul style="list-style-type: none"> -articulações no estado e em outros estados - o semi-árido e o fenômeno da seca -violência de gênero -eu, mulher trabalhadora rural -movimento sindical | Dezembro de 1988 |
| 6º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada | <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar as ações de 1980 a 1990 -planejar as ações futuras -Discutir seca e saúde | <ul style="list-style-type: none"> - eu, mulher trabalhadora rural -poder e acesso a direitos -conhecendo nosso corpo -fortalecimento dos vínculos no estado e na região -o semi-árido e o fenômeno as seca -movimento sindical | Dezembro de 1990 |
| 7º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada | <ul style="list-style-type: none"> - O nosso corpo e a nossa sexualidade -Violência de gênero -Movimento sindical | <ul style="list-style-type: none"> -eu, mulher trabalhadora rural -poder e acesso a direitos - segurança alimentar | Janeiro de 1992 |
| 8º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada | <ul style="list-style-type: none"> - Relação de poder entre homens e mulheres (na família, no trabalho agrícola, nos sindicatos) - Relação de poder entre mulheres | <ul style="list-style-type: none"> - o semi-árido e o fenômeno da seca - articulações no estado e na região | Novembro de 1993 |
| 9º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada | <ul style="list-style-type: none"> - Discutir com homens e mulheres a relações de gênero na área rural - Analisar as relações de gênero na família, na roça, no sindicato e na sociedade | <ul style="list-style-type: none"> - As relações de gênero nos vários espaços sociais -a organização das trabalhadoras rurais no sertão -Identificar transformações nas relações de gênero no campo | Novembro de 1995 |

6. Quadro MMTR-NE

| Evento / Local | Temas | Questões presentes | Data |
|---|--|---|----------------|
| 1º Encontro | <ul style="list-style-type: none"> - Como se organizam as mulheres? - Como elas têm participado nos sindicatos? - Campanha de sindicalização | <ul style="list-style-type: none"> - Em todos os estados os MMTRs estão ligados aos Sindicatos. - capacitar-se politicamente para assumir cargos. - Criação de uma Escola Sindical - O que é a CUT? - troca de experiências de lutas de sindicalização. - articular entidades e sindicatos para reservarem parte do orçamento para o movimento de mulheres (proposta baseada na experiência das mulheres rurais no Rio Grande do Sul) | Maio de 1987 |
| 2º Encontro/ João Pessoa Paraíba | <ul style="list-style-type: none"> - incentivo à sindicalização -Direito a participar nas frentes de emergência. -Engajamento nos partidos políticos. - Discutir a proposta da CUT | <ul style="list-style-type: none"> - Realização do 8 de março -Audiência com o Governador para o alistamento das mulheres nas frentes de emergência | Abril de 1988 |
| 3º Encontro/ Pernambuco | <ul style="list-style-type: none"> - articulação dos grupos e movimentos existentes. - participação nos acontecimentos importantes à nível regional e nacional. | <ul style="list-style-type: none"> - como consolidar ações articuladas nos municípios, regiões e estados - participação no sindicato: estratégias e propostas - necessidade de maior capacitação política das mulheres | Agosto de 1988 |
| 4º Encontro/ Piauí | <ul style="list-style-type: none"> - Unir as lutas e reivindicações, fortalecer os MMTRs e expandir os trabalhos. - A mulher e a política. - A mulher e o sindicato. | <ul style="list-style-type: none"> -Levantamento dos grupos de mulheres rurais existentes no nordeste - Como fazer reunião e participar no sindicato - Previdência | Maio de 1989 |

| | | | |
|---|---|--|------------------|
| 5º Encontro/ Rio Grande do Norte | <ul style="list-style-type: none"> - participação no sindicato e na política partidária. - Análise das eleições estaduais - Religião e política: organização das mulheres nos grupos de base | <ul style="list-style-type: none"> - a importância dos sindicatos - dificuldades de participação e organização das mulheres no MMTR-NE e nos sindicatos (marido, filhos, não ter como pagar o sindicato, etc) | Julho de 1990 |
| 6º Encontro/ Ceará | <ul style="list-style-type: none"> - Mulher e autonomia - Mulher e poder - Mulher, corpo e Produção - maior participação sindical | <ul style="list-style-type: none"> - Escolha da nova coordenação - discussões a partir dos conceitos de “gênero e classe” - Parceria com a ONG SOS Corpo | Julho de 1992 |
| 7º Encontro/ Pernambuco | <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o intercâmbio entre os estados no nordeste - mapear a participação da mulher na produção agrícola - análise da conjuntura política (ano eleitoral) | <ul style="list-style-type: none"> - continuidade dos trabalhos de organização - documentação - previdência | Julho de 1994 |
| 8º Encontro/ Maranhão | <ul style="list-style-type: none"> - sensibilização dos homens quanto à organização das mulheres - Reunião do MMTR-NE e CEMTR - Fetape com Miguel Arraes pela campanha de documentação | <ul style="list-style-type: none"> - 30% de participantes homens - Corpo, gênero e preservação do meio ambiente - observam que aparece pela 1ª vez escrito nos cartazes da CONTAG trabalhador e trabalhadora rural - documentação - previdência | Setembro de 1998 |
| 9º Encontro/ Paraíba | <ul style="list-style-type: none"> - Participação das mulheres nos espaços de poder (sindicatos e | <ul style="list-style-type: none"> - agricultura familiar, gênero e meio ambiente - gênero no MMTR-NE - Previdência | Março de 2007 |

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
| | partidos) - capacitação política das mulheres | -Marcha das Margaridas | |
|--|--|------------------------|--|

Anexo II
(FOTOS)

Foto 1. Sem data precisa, a foto registra a participação das mulheres nas frentes de emergência no início da década de 1980. (MMTR-Sertão Central, 2002)



Foto 2. Registro das primeiras reuniões de mulheres no município de Serra Talhada/Pe. Sem data precisa, a foto data dos primeiros anos da década de 1980. (MMTR-Sertão Central, 2002)



Fotos 3. Registro das reuniões de trabalhadoras rurais realizadas pelo MMTR-Sertão Central em Serra Talhada. A foto não possui data precisa, mas é apresentada como “o início do movimento”. (MMTR-Sertão Central, 2002)



Foto 4. Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco durante a Marcha das Margaridas de 2003 em Brasília. (Acervo MMTR-Ne)

